



CADERNO
DA **POLÍTICA**
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO
MUSEAL

CADERNO
DA **POLÍTICA**
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO
MUSEAL



Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Cultura

Sérgio Sá Leitão

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus

Marcelo Mattos Araújo

Diretora do Departamento de Processos Museais

Renata Bittencourt

Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus

Eneida Braga Rocha de Lemos

Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Interna

Dênio Menezes da Silva

Coordenador Geral de Sistemas de Informação Museal

Alexandre César Avelino Feitosa

Coordenação de Museologia Social e Educação

Cinthia Maria Rodrigues Oliveira

Divisão de Educação

Dalva Oliveira de Paula

Joana Regattieri Adam

Marcos Calebe Passos B. Barcellos

Mônica Padilha Fonseca

Renata Silva Almendra

Vitor Rogerio Oliveira Rocha

Vivian de Oliveira Cobucci

Divisão de Museologia Social e Educação

Juliana Vilar Ramalho Ramos

Raquel Fuscaldi Martins Teixeira

Sandro dos Santos Gomes

Coordenadores dos Grupos de Trabalho do Blog PNEM

Daniele de Sá Alves (GT de Gestão)

Diego Luiz Vivian (GT de Museus e Comunidades)

Diogo Guarnieri Tubbs (GT de Comunicação)

Fernanda Santana Rabello de Castro (GT de Redes e Parcerias)

Girlene Chagas Bulhões (GT de Sustentabilidade)

Isabel Maria Carneiro de Sanson Portella (GT de Acessibilidade)

Kátia Regina de Oliveira Frecheiras (GT de Formação,

Capacitação e Qualificação)

Ozias de Jesus Soares (GT de Perspectivas Conceituais)

Rafaela Gomes Gueiros Rodrigues de Lima (GT de Profissionais de Educação Museal)

Rita Matos Coitinho (GT de Estudos e Pesquisa)

Equipe editorial

Cinthia Maria Rodrigues Oliveira

Dalva Oliveira de Paula

Joana Regattieri Adam

Marcos Calebe Passos B. Barcellos

Mônica Padilha Fonseca

Vitor Rogério Oliveira Rocha

Vivian de Oliveira Cobucci

Pesquisa e elaboração dos textos

Cinthia Maria Rodrigues Oliveira

Dalva Oliveira de Paula

Daniele de Sá Alves

Diego Luiz Vivian

Diogo Guarnieri Tubbs

Fernanda Santana Rabello de Castro

Isabel Maria Carneiro de Sanson Portella

Joana Regattieri Adam

Kátia Regina de Oliveira Frecheiras

Luciana Conrado Martins

Moana Campos Soto

Mônica Padilha Fonseca

Ozias de Jesus Soares

Rafaela Gomes Gueiros Rodrigues de Lima

Renata Silva Almendra

Rita Matos Coitinho

Vitor Rogerio Oliveira Rocha

Apoio administrativo

Danilo Alves de Brito

Maria das Gracas Rocha G. Silva

Estagiário

Kim Rafael Lima Carvalho Teixeira de Albuquerque

Projeto gráfico e diagramação

Avante Brasil

Capa

Kim Rafael Lima Carvalho Teixeira de Albuquerque

Revisão

Avante Brasil

Bruno Aragão Santos

I59 Instituto Brasileiro de Museus.
Caderno da Política Nacional de Educação Museal.
Brasília, DF:
IBRAM, 2018.
132p. : il. ; 21x28 cm.

ISBN por 978-85-63078-59-9.

1.Educação Museal. 2. Política Pública. 3. Museus I.
Instituto Brasileiro de Museus. II. Título.

CDD 069

Ficha elaborada pelo Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia 25/07/2017

SUMÁRIO

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO MUSEAL NO BRASIL	13
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PNEM	23
A PNEM E AS REDES DE EDUCADORES EM MUSEUS	37
A PNEM NA PRÁTICA: INSPIRAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO MUSEAL	43

GLOSSÁRIO

ACESSIBILIDADE PLENA	59
COMUNIDADE	62
CULTURA DIGITAL	67
ECONOMIA SOLIDÁRIA	70
EDUCAÇÃO MUSEAL	73
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	78
FORMAÇÃO INTEGRAL	81
MEDIAÇÃO	84
MUSEU INTEGRAL	89
PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO	92
POLÍTICA EDUCACIONAL, MISSÃO EDUCATIVA, PROGRAMA EDUCATIVO E CULTURAL	95
PÚBLICOS	99
SUSTENTABILIDADE	106

DOCUMENTOS

CARTA DE PETRÓPOLIS	111
CARTA DE BELÉM	122
CARTA DE PORTO ALEGRE	126
POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL – PORTARIA Nº 422/2017	128



Apresentação

A Política Nacional de Educação Museal é produto de um processo iniciado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em 2010. O documento resultante é representativo da interlocução entre museus de todo o país, com o protagonismo de seus educadores. Essa ampla construção coletiva gerou a constituição de parâmetros, no intuito de impulsionar a área museológica brasileira e contribuir com a reflexão no cenário internacional.

A PNEM vem desenvolver a Política Nacional de Museus no campo da educação, tendo como base os demais documentos orientadores do campo da cultura, contribuindo para a instituição de políticas públicas consolidadas e continuadas. O resultado apresenta-se alinhado aos princípios adotados pelo Ibram, como o respeito à diversidade, a promoção da participação social e a valorização do relacionamento da sociedade com o patrimônio.

O amadurecimento dos museus e a crescente conscientização acerca da importância de sua função social têm se traduzido na valorização de sua natureza educativa. O Ibram acredita ser fundamental que cada vez mais instituições voltem suas atenções para as potencialidades da educação em museus, indispensável na mediação com os públicos e suas memórias.

Nossos cumprimentos a todos por esta realização, com agradecimentos aos museus e seus educadores, à Comissão de Ação Educativa e Cultural do Conselho Internacional de Museus (CECA-ICOM, do inglês *Committee for Education and Cultural Action do International Council of Museums*) às Redes de Educadores de Museus (REMs), aos professores dos cursos superiores de Museologia, bem como aos servidores do Ibram, todos atores fundamentais para a condução exitosa dos trabalhos.

Marcelo Mattos Araújo
Presidente do Instituto Brasileiro de Museus



Foto: Renata Bohrer

Visita Escolar Programada.
Ação educativa promovida
pela Coordenação de Edu-
cação em Ciências do Museu
de Astronomia e Ciências
Afins - MAST (RJ).

INTRODUÇÃO

A publicação do Caderno da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) é um dos passos fundamentais apontados na Carta de Porto Alegre, documento aprovado durante o 7º Fórum Nacional de Museus, no âmbito do 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal¹. Com textos de diversos profissionais atuantes no campo, o Caderno da PNEM inicia seu relato trazendo ao público um breve histórico da Educação Museal no Brasil. Nesse sentido, aborda um breve histórico do desenvolvimento do campo da Educação Museal no Brasil, a partir de marcos do universo museal nacionais e internacionais, contextualizando a trajetória de implantação das políticas de Educação Museal no país.

Em seguida, apresenta o processo de desenvolvimento e de construção participativa da PNEM, começando com a realização do 1º Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em 2010, e culminando com o 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal (2017). A memória da criação das Redes de Educadores de Museus (REMs), seu desempenho, seu legado e a grande mobilização das estratégias e ações utilizadas para a articulação e a realização de encontros regionais para a elaboração do texto da Política é o assunto abordado em “A PNEM e a Rede de Educadores de Museus”. Já a exemplificação de ações e atividades da área da Educação Museal que espelham os princípios e as diretrizes da PNEM é o assunto do texto subsequente, intitulado “PNEM na prática: inspirações para a Educação Museal”, que traça um panorama das questões mais pertinentes da Política inserida na realidade do seu campo de atuação.

¹Da mesma forma que a Política Nacional de Museus (PNM), a Política Nacional de Educação Museal surge como programa, vindo posteriormente a consolidar-se como política pública de âmbito nacional. Por isso, a sigla PNEM, que inicialmente referia-se apenas ao Programa Nacional de Educação Museal, passa também a designar a abreviatura da Política Nacional de Educação Museal.

No formato de verbetes, o Caderno da PNEM também apresenta aos leitores conceitos-chave do campo da Educação Museal, elaborados por profissionais e acadêmicos convidados especialmente para a redação de cada um, quais sejam: acessibilidade plena; comunidade; cultura digital; economia solidária; Educação Museal; educação não formal; formação integral; mediação; museu integral; planejamento participativo; política educacional, missão educativa, programa educativo e cultural; públicos; sustentabilidade. Tais conceitos foram identificados e selecionados ao longo do processo de construção da PNEM como pertinentes à área, e, portanto, demandavam definições mais detalhadas e referendadas. Para cada verbete há uma seção chamada “Para saber mais”, que traz sugestões complementares acerca de cada assunto.



Foto: Uliton Júnior

Experiências Ambientais: Casa-Corpo realizado por Sophia Novaes em outubro de 2017 no Museu Lasar Segall.

Ao final do Caderno, foram reunidos os documentos balizadores da PNEM, como a Carta de Petrópolis, a Carta de Belém, a Carta de Porto Alegre e a Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017, publicada pelo Ibram, que dispõe sobre a PNEM e dá outras providências.

A publicação desta Portaria é um marco decisivo para o desdobramento das ações de implementação dos princípios e das diretrizes da PNEM, denotando o reconhecimento e o compromisso institucional do Ibram em conjunto com o campo da Educação Museal no Brasil, sendo um importante instrumento de consolidação da área no país.

A parceria entre o Ibram, as REMs, os educadores e os cidadãos interessados no tema da Educação Museal avançou durante a construção deste Caderno, que contou com a contribuição de muitos convidados da REM Brasil e de colaboradores individuais que escreveram os textos que aqui se apresentam e registram essa importante realização no campo dos museus e da Educação Museal.

Cena do espetáculo PinaCanção, auditório da Pina Luz, 2017. Pina-coteca do Estado de São Paulo.



Foto: Christina Furiatto.



Créditos: Jean Santos

Atendimento de idosos na Pinacoteca através do projeto Meu Museu. Pinacoteca do Estado de São Paulo.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO MUSEAL NO BRASIL

Segundo a definição de 2001, do Conselho Internacional de Museus (ICOM, do inglês International Council of Museums), um museu é:

Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade.

De acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Com o objetivo de abarcar a diversidade do campo museal, o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta o Estatuto de Museus, traz não só o conceito de museu, como também a definição de processos museológicos, entendidos como:

programa, projeto e ação em desenvolvimento ou desenvolvido com fundamentos teórico e prático da museologia, que considere o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas, para produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico (BRASIL, 2013).

Segundo a Política Nacional de Museus (PNM), instaurada em 16 de maio de 2003¹, os museus, mais do que instituições estáticas, são “processos a

serviço da sociedade” (PNM, 2003), e são instâncias fundamentais para o aprimoramento da democracia, da inclusão social, da construção da identidade e do conhecimento, e da percepção crítica da realidade. Mas, para compreender com mais clareza o que é um museu e o papel da Educação Museal, precisamos voltar um pouco no tempo. A história dos museus tem origem no hábito humano do colecionismo, que nasceu junto com a própria humanidade. Desde a Antiguidade remota, o homem, por infinitas razões, coleciona objetos e lhes atribui valor, seja afetivo, seja cultural, científico ou simplesmente material, o que justifica a necessidade de sua preservação ao longo do tempo.

Milhares de anos atrás já se faziam registros sobre instituições semelhantes ao museu de hoje. Contudo, somente no século XVIII consolidou-se o museu mais ou menos como atualmente o conhecemos. Depois de outras mudanças e aperfeiçoamentos, hoje os museus abarcam um vasto espectro de campos de interesse, com diversas tipologias, e dirigem-se para uma crescente profissionalização e qualificação de suas atividades. Os museus passam a caracterizar-se pela multiplicidade de tarefas e capacidades que lhes atribuem os profissionais de museus e pensadores. Os museus deixam de ser espaços passivos de acúmulos de objetos para assumirem um papel importante na interpretação da cultura, da memória e na educação dos indivíduos, no fortalecimento da cidadania, no respeito à diversidade cultural e no incremento da qualidade de vida na contemporaneidade.

¹Em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus (18 de maio), o Ministério da Cultura (MinC) lançou a PNM, em evento no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Veja o documento da PNM no endereço eletrônico: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf>.

E a Educação Museal, onde se insere nesse contexto?

As ações educativas pensadas e implementadas no espaço museal emergiram como atividade de um setor educativo institucionalizado no Brasil em 1927, com o surgimento do então Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, criado por Roquete Pinto. O Serviço tinha como missão auxiliar o desenvolvimento de práticas educativas que colaborassem com o aprendizado e com o currículo escolar.

Hoje, quase centenária, a Educação Museal progride enquanto campo de atuação de educadores e pesquisadores, chegando ao século XXI com grandes demandas e importantes contribuições à formação humana, mas ainda carece de questões básicas

no que tange às políticas públicas, na consolidação como campo de pesquisa e atuação profissional. Contudo, vale observar que os programas, os projetos e as ações educativas no país passaram por várias transformações, já que desde o início do século XX já ocorriam no Brasil práticas no campo da Educação Museal.

Desde que os museus tornaram-se públicos, com as transformações provocadas pela Revolução Francesa no século XVIII, a função social desses espaços veio se consolidando por meio da educação. As primeiras ideias sobre a relação entre museu e público, aprendido no espaço dos museus e aumento do número de visitantes já influenciavam diretamente o campo. Para que o leitor possa compreender com mais clareza o quadro atual da Educação Museal no Brasil, é necessário traçar brevemente a trajetória histórica deste campo de saber.



Foto: Relatório anual da 5ª Seção, 1929. Seção de Memória e Arquivo - SEMEM/Museu Nacional

No Brasil, o primeiro setor educativo de museus foi criado por Roquete Pinto no Museu Nacional (Rio de Janeiro, 1927). Na foto, imagem da Sala de preparação, montagens e determinações do Serviço de Assistência ao Ensino da História Natural.

Principais marcos: do ICOM ao CECA

A partir dos anos 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), criada em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, viria a promover eventos e o desenvolvimento de comitês nacionais em diversos países, por meio do ICOM. Criado em 1946, o Conselho tinha por escopo efetivar cooperações internacionais entre instituições e debater temas que eram de interesse dos museus. Os objetivos do ICOM estabelecem seu comprometimento com o apoio à criação e ao desenvolvimento de todos os museus, seja qual for a sua tipologia, auxiliando na organização e na cooperação entre estes (museus e profissionais) em âmbito nacional e internacional, assim fazendo a divulgação, e, por consequência, o desenvolvimento do campo da Museologia e dos museus.

Seguindo este princípio, a Unesco promoveu três encontros considerados pelos profissionais de museus como marcos para o campo da Educação Museal: o primeiro em Nova Iorque, em 1952; o segundo em Atenas, em 1954; e o último no Rio de Janeiro, em 1958.

O Seminário Internacional sobre o Papel dos Museus na Educação (1952) foi dedicado especialmente à área pedagógica e contou com a participação de 25 países, entre museólogos e educadores, como nos informa Trigueiros (1956). Um dos itens acordados no evento foi a melhoria dos métodos de ensino a partir da integração entre o trabalho educativo dos museus e os programas dos Institutos de Educação, com os usos e as práticas dos museus sendo abordados na estrutura curricular do magistério. No Brasil, diversos programas e projetos educativos foram estruturados contemplando algumas ações que visavam estimular essa relação. Este seminário influenciou uma série de ações no campo da Educação Museal nos anos seguintes.

O ICOM, em 1953, criou o International Committee on Education, que, cerca de uma década depois, tornou-se o Committee for Education and Cultural Action (CECA), sendo hoje um dos maiores comitês do ICOM. A primeira conferência do CECA aconteceu na Holanda, em 1978, e, desde então, o Comitê vem, periodicamente, realizando conferências por todo o mundo, sempre tratando de aspectos pertinentes à educação em museus e à relação museu-sociedade. Mas foi apenas em 1995, durante uma assembleia do seminário “A Museologia Brasileira e o ICOM: Convergências e Desencontros”, realizada no Brasil, que foi então criado o Comitê brasileiro: o CECA-Brasil.

E no Brasil? Como tudo começou na Educação Museal?

No ano seguinte à criação do CECA (1954) ocorreu em Atenas, na Grécia, o II Seminário Internacional sobre o papel dos Museus na Educação. Ele deu continuidade às discussões ocorridas no Seminário Internacional de 1952, em Nova Iorque, desta vez com a educação já ocupando um lugar de maior destaque entre as ações do ICOM.

Em julho de 1956 foi realizado no Brasil, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, o I Congresso Nacional de Museus, resultado das reuniões organizadas pelo ICOM-BR com o objetivo de examinar a realidade dos museus nacionais. Na pauta, discussões conceituais e o entendimento do que era considerado “educação em museus”. Estes encontros desempenharam papéis importantíssimos na profissionalização da Museologia e na consagração da perspectiva pedagógica nos museus brasileiros.

O tema veio a consolidar-se no Brasil e no mundo após a realização do Seminário Regional Latino-Americano da Unesco sobre o Papel Educativo dos Museus, que contou com participação de representação internacional, realizado em 1958, no Museu de Arte Moderna, no Distrito Federal (atual cidade do Rio de

Janeiro). Este evento é considerado um dos marcos da Museologia, uma vez que lançou novos rumos e perspectivas para a esfera museal. O relatório final do seminário, de autoria de Georges-Henri Rivière, então presidente do ICOM, deixa clara a sua extrema importância para a construção de ações comprometidas com questões educacionais, sociais, econômicas e políticas.

O Seminário viabilizou a construção de um novo referencial teórico-prático no que se trata do fazer museológico e das próprias instituições ao discutir o papel educativo dos museus. E, a partir daí, o conceito de museu vai se ampliando, passando então a ser também compreendido como um espaço de educação para auxiliar nas atividades do ensino formal e como ferramenta didática, ou seja, uma espécie de extensão do espaço da escola. O documento elaborado a partir deste Seminário, a Declaração do Rio de Janeiro, apresentou uma preocupação dos profissionais de museus com as questões educativas, no âmbito da Museologia e dos museus. A questão educativa passa a ser mais enfatizada e assumida em um plano paralelo em relação às outras funções museológicas tradicionais (SOTO, 2010, p. 31):

O museu e a educação. O museu pode trazer muitos benefícios à educação. Esta importância não deixa de crescer. Trata-se de dar à função educativa toda a importância que merece, sem diminuir o nível da instituição, nem colocar em perigo o cumprimento das outras finalidades não menos essenciais: conservação física, investigação científica, deleite etc. (UNESCO, 1958, p. 11).

Para Judite Primo (2011, p. 37), o Seminário de 1958 alertou para o papel político do museólogo e reconheceu a importância do cidadão em todo o processo de preservação, entendimento e divulgação do patrimônio cultural. A participação de profissionais brasileiros no Seminário incidiu diretamente na produção intelectual naquele ano, demonstrando a sintonia existente entre esses profissionais e os debates internacionais da área. **Essas publicações técnicas,**

de relevância nacional, influenciaram gerações de profissionais e foram, com absoluta certeza, paradigmáticas na concepção dos projetos e ações pedagógicas a serem desenvolvidos nos museus.

Além das obras de referência citadas, são igualmente relevantes os artigos técnicos publicados nos Anais do Museu Histórico Nacional, pesquisas que refletem a construção do pensamento museológico brasileiro da época (FARIA, 2013, p. 99).

Segundo Frecheiras (2015, p. 57-73), o cenário da Educação Museal nesse período estava relacionado basicamente ao atendimento ao público, principalmente a estudantes em visitas guiadas (termo em voga na época), algumas complementadas com projeção de slides, sessão de cinema ou audição de música, distribuição de publicações, guias, folhetos ou boletins informativos sobre a instituição e/ou as exposições, realização de atividades visando à comemoração de datas históricas e/ou importantes para o calendário nacional, com a participação de estudantes do que hoje corresponderia aos ensinos fundamental e médio, capacitação de funcionários para o aprimoramento e o atendimento das visitas guiadas e publicação de artigos especializados.

Mesa-Redonda de Santiago e a reviravolta da Educação Museal

Na década de 1970, destaca-se a Mesa-Redonda de Santiago do Chile sobre o papel dos museus na América Latina, realizada em 1972, e considerada como um dos eventos mais marcantes para a área museal, um marco para o desenvolvimento de políticas públicas e um paradigma para as atividades museológicas, delineando uma nova prática social dos museus. Com método e ideias filosóficas atribuídas ao educador Paulo Freire, a Mesa de Santiago delineou um papel decisivo para Educação Museal, o que trouxe à tona o novo conceito de “museu

“Recursos Educativos dos Museus”, de Guy José Paulo de Hollanda (1958); “Museu e Educação”, de Florivaldo dos Santos Trigueiros (1958); e “O Museu Ideal” (1958) e “Binômio: Museu e Educação” (1969), ambos de Regina Monteiro Real e publicados pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC).

integral”, que repercutiu em toda a América Latina e proporcionou à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. De acordo com o depoimento de Varine-Bohan, então presidente do ICOM, a Mesa-Redonda deixou um legado inovador, o de “considerar o museu na sociedade como um instrumento de transformação” (VARINE-BOHAN, 1987). Ainda segundo Varine-Bohan, “o encontro teve um caráter mais filosófico da inserção do museu no mundo contemporâneo” (op. cit.).

A influência do pensamento de Paulo Freire para este movimento de renovação da Museologia já se fazia notar no convite a ele feito para a presidência da Mesa-Redonda de Santiago do Chile. Apesar de não ter conseguido participar do evento por causa da situação de autoritarismo que assolava toda a América Latina na época, o papel exercido pelo pensamento de Paulo Freire nas novas experiências de museus foi marcante, principalmente pela transformação do “homem-objeto em homem-sujeito”, como assinalou Hugues de Varine-Bohan, em 1979. A partir desta concepção, Varine formulou uma importante metáfora nesta mudança de paradigma dos museus e da própria Museologia,

o museu como finalidade, o museu como objetivo, é a universidade popular, a universidade para o povo através dos objetos. O que numa universidade normal é a linguagem das palavras e em última instância a linguagem dos sinais escritos, no caso do museu converte-se em linguagem dos objetos, do concreto (SALVAT, 1979, p. 19).

Assim, coube a Freire este papel de destaque na configuração do movimento da Nova Museologia, quando se transferiu ao campo museal suas teorias sobre educação como prática de liberdade e conscientização, que se consubstanciou na visão de que o museu pode ser também uma ferramenta de construção de identidade e de cidadania.

De fato, desde o fim dos anos 1970, o cenário museológico vai ganhando novos ares e o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) surge então buscando uma renovação dos aspectos teórico-metodológicos no âmbito das questões acerca do patrimônio, da memória e das tão diversas identidades culturais existentes na sociedade. Isto possibilita a construção de museus contextualizados

junto à realidade sociohistórica da multiplicidade de grupos humanos, ou seja, da comunidade em que está inserido e, por assim dizer, com que se compromete. Neste contexto de autorreflexão no campo dos museus e da Museologia sobre o papel social dos museus, são criados, no Brasil, diversos museus e tantos outros setores educativos em museus já existentes. Temos como exemplo o Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa e a Pinacoteca do Estado de São Paulo, na década de 1970; o Museu Lasar Segall e o Museu de Arte Contemporânea de São Paulo (MAC-SP), na década de 1980. Muitos centros de ciências também surgem neste período, trazendo a novidade do museu interativo e um novo caráter da Educação Museal.

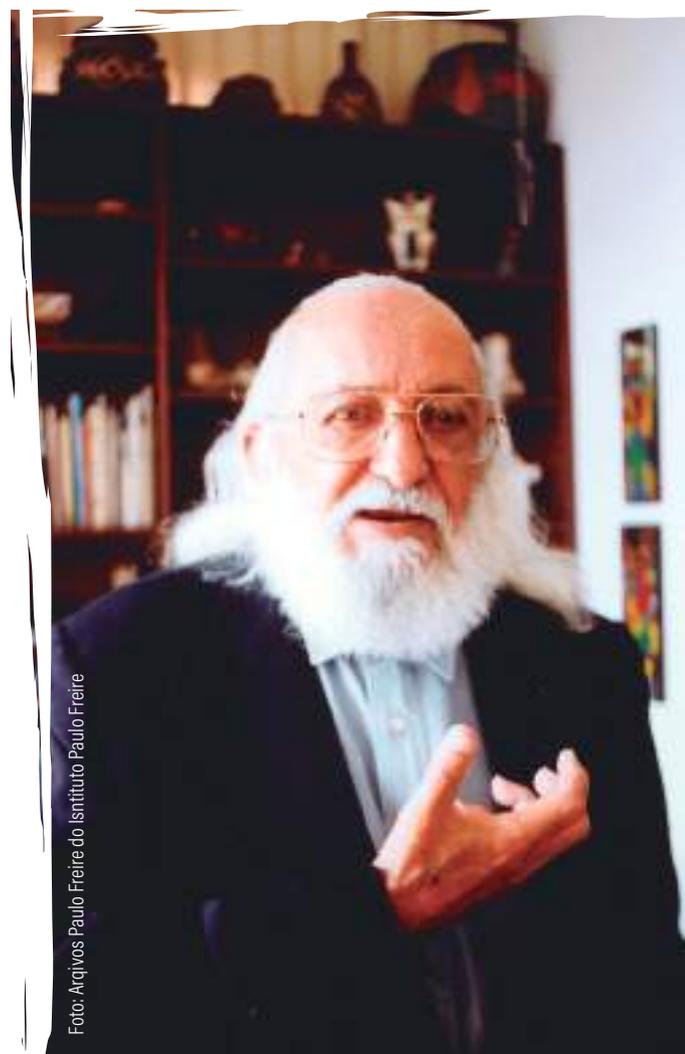


Foto: Arquivos Paulo Freire do Instituto Paulo Freire

Patrono da educação brasileira, Paulo Freire também desempenhou papel de destaque no movimento de renovação da Museologia. Suas teorias sobre educação como prática libertadora e de conscientização repercutiram no campo museal, contribuindo para a visão de que o museu pode ser uma ferramenta de construção de identidade, cidadania e de transformação social.

Do programa à política

Na década de 1980 foi implementada uma primeira política pública específica de museus no Brasil. O Programa Nacional de Museus decorreu entre 1980 e 1985 e contou com duas ações específicas no campo da educação. Uma foi o Projeto Interação, uma ação que fomentou a relação continuada entre museus e o ensino formal, com atividades colaborativas e integradas. A outra ação foi o lançamento das apostilas Museu e Educação, em dois volumes, pelo MEC, voltadas para o desenvolvimento de projetos educativos nos museus e a instrumentalização de seus profissionais².

A década de 1990 foi menos produtiva no que diz respeito às políticas públicas e às ações culturais incentivadas pelo Estado. O que se viu foi um desmonte do aparelho público, com o fim do Ministério da Cultura (MinC) e a priorização do investimento privado na cultura por meio da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), conhecida como Lei do Mecenato. No início do século XXI, este quadro mudou já nos primeiros anos, com o lançamento da PNM, em 2003. Tendo afinidades com os debates das décadas de 1970 e 1980, a PNM desenvolveu várias ferramentas de elaboração participativa de políticas públicas, que deram origem, por exemplo, ao Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), como um desdobramento do Plano Nacional de Cultura no campo dos museus. O documento fundador da PNM apresenta sete eixos programáticos. Entre esses eixos, destaca-se o de número 3, denominado Formação e Capacitação de Recursos Humanos, pelo aprofundado e pelo amadurecido do nível de discussão, principalmente dos profissionais ligados à educação.

No bojo dos avanços no campo da democratização dos museus e das formas de elaboração de suas

políticas, os profissionais relacionados à temática da Educação Museal foram um dos que mais se mobilizaram para pensar em políticas para o campo. Em 2003, com a ampla mobilização e participação em torno da PNM, o campo da educação articulou-se e foi formada a Rede de Educadores em Museus (REM), com o objetivo de se configurar enquanto fórum de discussão voltado à temática da Educação Museal. Assim, por meio do resgate de programas, projetos e atividades educativas elaboradas em museus brasileiros, foi criado um espaço de discussão que, para além dessas práticas, buscava a construção de um referencial teórico para o campo.

Outras ações em educação em museus foram tomando corpo de política pública, por iniciativa do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Demu/Iphan). Nesse sentido, foi lançado o primeiro Prêmio Darcy Ribeiro em 2007, com a finalidade de incentivar e premiar práticas relacionadas a ações educativas em museus, sobretudo aquelas consideradas inovadoras e que apresentam impactos sociais.

Em 2009, após a criação do Ibram, esta autarquia tornou-se responsável por esse prêmio.

Dando continuidade às ações do Demu, o Ibram realizou, em 2010, o primeiro Encontro dos Educadores de Museus do Ibram, que contou com a participação ativa das REMs. Nesse encontro, foi produzido um dos documentos de referência da PNEM: a Carta de Petrópolis. Com a criação do Ibram, que conta com uma coordenação específica de Museologia Social e Educação, foi incentivada a criação de outras REMs. Outra linha de ação é a formação do campo, que iniciou com a realização de oficinas, e hoje conta com o programa Saber Museu, que visa integrar os diferentes esforços de formação já empreendidos pelo Instituto. Para tanto, foi desenvolvido um ambiente virtual de aprendizagem – Moodle –, com o propósito de expandir o acesso aos conteúdos instrucionais

²Antes disso, na década de 1970, foi lançado o documento "Subsídios para implantação de uma Política Museológica Brasileira", publicado no ano de 1976, fruto do I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, realizado em 1975. Destaca-se a importância do documento como fonte histórica, sendo uma das primeiras publicações oficiais de diretrizes especialmente voltadas para uma política museológica no Brasil, fazendo-nos considerar os perfis dos agentes e das instituições, e a situação peculiar em que se encontrava a relação entre Estado e cultura nos meados da década de 1970, em que convergem política ditatorial centralizadora e liberalismo econômico.

que são produzidos e disponibilizados pelo Ibram. Além disso, a plataforma possibilita articular, divulgar, coletar informações, organizar materiais didáticos das ações de formação do Instituto e realizar parcerias para atender à demanda por formação na área museológica.

A Museologia Social também é inspirada na educação popular de Paulo Freire e hoje, por meio do

Programa Pontos de Memória, reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira.



Foto: Seção de Assistência ao Ensino (SAE), Museu Nacional/UFRJ.

A Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (RJ) constitui uma das ações de extensão universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como exemplo, o curso "Descobrimos a Terra", voltado para professores de escolas públicas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 27 jan. 2018.

_____. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Diário Oficial da União, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm>. Acesso em: 27 jan. 2018.

CABRAL, M.; PEREIRA, M.; GRUZMAN, C. Apresentação: uma Rede de Educadores de Museus no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Unirio, 2005.

DESVALLÉES, A.; DE BARRY, M.; WASSERMAN, F. (Coords.). Vagues: une antologie de la Nouvelle Muséologie. Savigny-le-Temple: Éditions W-M.N.E.S, 1992. (Collection Museologie, v. 1).

FARIA, A. G. O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: o curso de museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro, 1922-1958). 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FRECHEIRAS, K. Do Palácio ao Museu: a trajetória pedagógica do Museu da República. Do governo bossa nova à ditadura civil-militar (1960-1977). Petrópolis: KBR Editora Digital, 2015.

HOLLANDA, G. J. P. Recursos Educativos dos Museus Brasileiros. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educativas, 1958.

NASCIMENTO JUNIOR, J.; TRAMPE, A.; SANTOS, P. (Orgs.). Mesa Redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. Brasília: Ibram/MInC; 2012.

POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. Maio de 2003. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-tent/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf. Acesso em 06 fev. 2018.

PRIMO, J. Documentos básicos de Museologia: principais conceitos. Lisboa: Universidade Lusófona, 2011. (Cadernos de Sociomuseologia, n. 41).

RANGEL, A.; HARDIUM, B.; SEIBEL, M. I. A Rede de Educadores em Museus do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição ao campo da educação não-formal. [s.l.]: [s.n.], 2011.

REAL, R. M. Museu Ideal. Belo Horizonte: Tipografia da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1958.

_____. Binômio: Museu e Educação. 2. ed. Petrópolis: MNBA; Departamento Gráfico do Museu de Armas Ferreira Cunha, 1969.

SALVAT. Os Museus no Mundo. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979. v. 26.

SCOCUGLIA, A. C.; MELO NETO, J. (Orgs.). Educação Popular – Outros Caminhos. João Pessoa: UFPB, 1999.

SOTO, M. Quem educa no Templo das Musas? Reflexões e caminhos ao pensar a formação dos educadores em museus. 2010. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

TORRES, C. A. Leitura crítica de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1981.

TRIGUEIROS, F. S. Museus: sua importância na educação do povo. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.

_____. Museu e Educação. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus Rio Janeiro. Tradução de Maria Cristina Oliveira Bruno, Maria Pierina Ferreira Camargo. Rio de Janeiro: Unesco, 1958,

VARINE-BOHAN, H. O Tempo Social. Rio de Janeiro: Eça Editora, 1987.



Foto: Museo Túcuime, Peru.

Día de plantio/semearura.

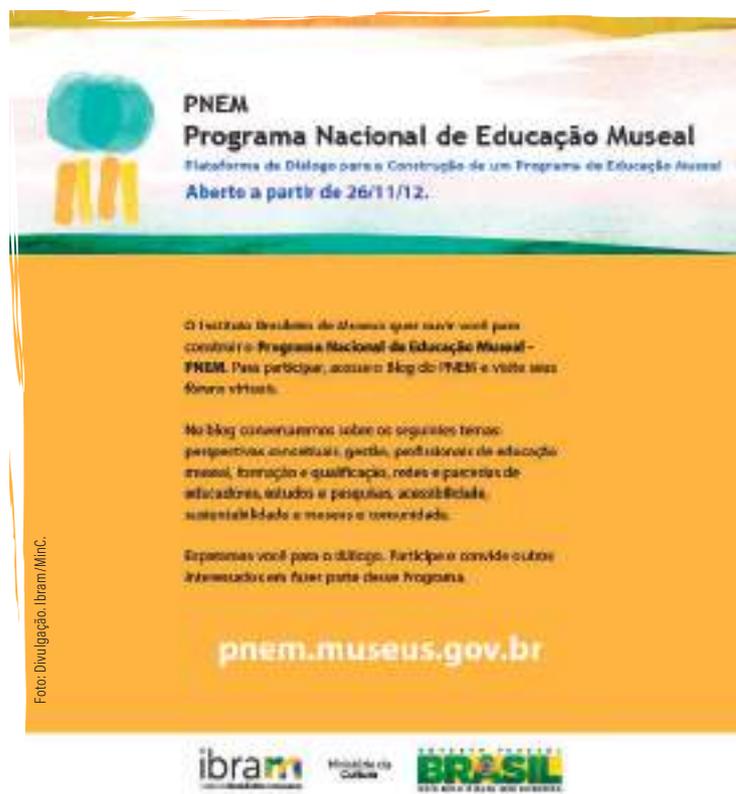
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL

I Encontro de Educadores do Ibram

Nos dias 28, 29 e 30 de junho e 1º de julho de 2010, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) realizou, no Museu Imperial, o 1º Encontro de Educadores do Ibram, do qual resultou a Carta de Petrópolis, documento que oferece subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal. Participaram deste encontro educadores dos museus do Ibram, convidados do campo e representantes das Redes de Educadores em Museus (REMs) e centros culturais. Dois anos após esse evento, a Coordenação de Museologia Social e Educação (Comuse), do Departamento de Processos Museais (DPMUS) do Ibram, deu continuidade a essa iniciativa por meio de um processo de consulta e construção participativa visando à constituição do Programa Nacional de Educação Museal. Para isso, a Comuse desenvolveu o *Blog* PNEM, um espaço virtual composto por Eixos Temáticos – também denominados Grupos de Trabalho (GTs) –, com o objetivo de reunir reflexões, discussões e o envio de propostas diretamente do campo.

Para coordenar cada Eixo Temático foram convidados servidores do Ibram com experiência no respectivo tema. Desse modo, a distribuição dos coordenadores pelos eixos foi assim definida: Diego Luiz Vivian, técnico em Assuntos Culturais – História, do Museu das Missões, no GT de Museus e Comuni-

dades; Fernanda Santana Rabello de Castro, técnica em Assuntos Educacionais do Museu Chácara do Céu (Museus Castro Maya), no GT de Redes e Parcerias; Daniele de Sá Alves, então diretora do Museu Casa da Hera, atual professora da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), no GT de Gestão; Girlene Chagas Bulhões, então diretora do Museu das Bandeiras, no GT de Sustentabilidade; Isabel Maria Carneiro de Sanson Portella, pesquisadora de



Lançado em novembro de 2012, durante o 5º Fórum Nacional de Museus, o Blog PNEM foi um importante instrumento no processo de consulta e de construção participativa da Política Nacional de Educação Museal.

acervo do Museu da República e gerente da Galeria do Lago, no mesmo museu, no GT de Acessibilidade; Kátia Regina de Oliveira Frecheiras, pesquisadora do Museu da República, no GT de Formação, Capacitação e Qualificação; Ozias de Jesus Soares, então técnico em Assuntos Educacionais do Museu Chácara do Céu (Museus Castro Maya) e hoje pesquisador no Museu da Vida/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no GT de Perspectivas Conceituais; Rafaela Gomes Gueiros Rodrigues de Lima, técnica em Assuntos Educacionais da Coordenação de Produção e Análise da Informação da Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal (CPAI/CGSIM/Ibram), no GT de Profissionais de Educação Museal; e Rita Matos Coitinho, técnica em Assuntos Culturais – Sociologia, do Museu Victor Meirelles (Ibram), no GT de Estudos e Pesquisa.

Em novembro de 2012, durante o 5º Fórum Nacional de Museus, realizado em Petrópolis (RJ), foi lançado o *Blog PNEM*, que permaneceu aberto para as discussões virtuais até abril do ano seguinte. Cada GT virtual continha tópicos de discussão com propostas sugeridas pela equipe, a partir de estudos que contemplavam a Carta de Petrópolis, o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) e a própria Política Nacional de Museus (PNM) no tocante à Educação Museal. A discussão ainda tinha como referência as metas do Plano Nacional de Cultura (PNC) e o próprio PNC. Havia ainda a possibilidade de os participantes acrescentarem novas sugestões e debater o conteúdo dos tópicos apresentados.

Encontros presenciais de 2013 e seus desdobramentos

Para dinamizar o debate no *Blog PNEM*, foi feita uma chamada para a inscrição de articuladores. Geralmente profissionais atuantes na área de Educação Museal, os articuladores dispuseram-se como voluntários na mobilização da comunidade, sensibilizando-a a participar das discussões promovidas no espaço virtual e contribuindo para a construção do Programa, por meio dos mais diversos canais, como, por exemplo, redes sociais, reuniões com interessados, encontros locais, envio de *e-mails*, articulação com organizações, entre outros. Dessa forma, foram realizados encontros presenciais, que resultaram em propostas coletivas enviadas aos GTs virtuais. Ao final da construção do Programa, contou-se com 58 articuladores cadastrados, em diferentes unidades da federação.

Encontro regional do Distrito Federal, realizado em 2014, no Museu Nacional Honestino Guimarães.



Tabela 1. Encontros organizados pela sociedade civil

LOCAL	DATA	ORGANIZADORES
Rio de Janeiro, RJ Museu da República/Ibram Oi Futuro	25/02/2013 11/03/2013	REM-RJ
Florianópolis, SC	11/03/2013	REM-SC e Sistema Estadual de Museus-SC
São Leopoldo, RS Unisinos	20/03/2013	Curso de História e Pós-Graduação em História dapp Unisinos/RS
Porto Alegre, RS Planetário UFRGS	01/04/2013	REM-RS
Juiz de Fora, MG MAMM	05/04/2013	Museu Casa da Hera/Ibram e Museu de Arte Murilo Mendes/UFJF
Canoas, RS Ulbra	06/04/2013	Universidade Luterana do Brasil
Porto Alegre, RS Ponto de Memória Lomba do Pinheiro	25/04/2013	REM-RS e Ponto de Memória Lomba do Pinheiro
Porto Alegre, RS UFRGS	24/05/2013	Semana Acadêmica Integrada das Ciências da Informação – Centro Acadêmico de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia (Cabam/UFRGS)
Salvador, BA Museu Udo Knoff	17/06/2013	REM-BA
Cabo Frio, RJ Mart/Ibram	03/07/2013	Museu de Arte Religiosa e Tradicional/Ibram
Ouro Preto, MG. Museu de Ciência e Técnica/UFOP	01/11/2013	Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto
Cidade de Goiás, GO Museu das Bandeiras/Ibram	10/12/2013	Museu das Bandeiras/Ibram

Fonte: Blog PNEM

Estes encontros foram organizados pelas REMs, pelos sistemas de museus, pelas universidades e pelos museus, demonstrando a forte atuação da sociedade civil no debate e na construção da PNEM. Contaram também com a atuação do Ibram, por meio do Museu de Arte Religiosa e Tradicional (Cabo Frio/RJ), Museu das Bandeiras (Cidade de Goiás/GO), Museu Casa da Hera (Vassouras/RJ) e Museu da República (Rio de Janeiro/RJ). O objetivo dos encontros era não somente discutir os temas propostos nos GTs temáticos, como também sistematizar textos coletivos para a inserção nas discussões do *Blog*.

Neste processo, foram levantadas questões e polêmicas, que perduraram durante todo o Programa. Alguns tópicos importantes foram: diferença entre programa e política; discussões em torno de conceitos como educação, mediação, projeto político-pedagógico, programa educativo e cultural, acessibilidade, sustentabilidade e comunidade. O conteúdo desses debates, disponível até hoje no *Blog*, deu-se na maior parte das vezes de maneira informal, sem que tenham sido feitas propostas explícitas. Muitas vezes as contribuições tiveram a forma de relatos de experiência e mesmo de desabaços sobre a situação dos educadores em suas práticas profissionais. Como fonte de estudo, as contri-

buições geraram um diagnóstico informal do campo e seu atual estágio de desenvolvimento. De 26 de novembro de 2012 a 7 de abril de 2013, o

Blog contou com 708 cadastrados, 598 comentários, 83 tópicos de discussão e 681 postagens, distribuídas conforme disposto na tabela 2.

Tabela 2. Inclusão de propostas nos GTs pelo Fórum Virtual

TEMA	TÓPICOS ORIGINAIS	TÓPICOS APÓS DEBATE	POSTAGENS
Perspectivas Conceituais	3	15	129
Gestão	3	6	67
Profissionais de Educação Museal	3	11	143
Formação, Capacitação e Qualificação	3	8	65
Redes e Parcerias	3	8	58
Estudos e Pesquisas	3	8	48
Acessibilidade	3	7	45
Sustentabilidade	1	9	41
Museus e Comunidade	3	11	85
TOTAL	25	83	681

Fonte: Blog PNEM

Em muitos tópicos há contribuições assinadas pelas REMs, como, por exemplo, pela REM – BA, pela REM – RJ, pela Rede de Educadores em Museus e Patrimônio de Mato Grosso (Remp/MT) e por estudantes e educadores de diferentes instituições, como de museus públicos e privados, centros culturais, sistemas de museus e secretarias de cultura, universidades, escolas.

Uma vez encerrada essa etapa, cada coordenador de Eixo Temático dedicou-se a elaborar um relatório sobre o seu respectivo GT. No período de 6 a 8 de agosto de 2013, aconteceu o Encontro dos Coordenadores de Grupos de Trabalho do Programa, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Desse encontro participaram os coordenadores de GTs do Programa e servidoras da Comuse. Na ocasião, foram sistematizadas, a partir das relatorias de cada coordenador, as proposições recebidas no *Blog*. Além

disso, foi criado mais um GT (o GT Comunicação), que passa a ser coordenado por Diogo Guarnieri Tubbs, coordenador do setor educativo do Museu Histórico Nacional, contemplando questões debatidas nos demais fóruns, mas que não pertenciam a nenhum dos Eixos Temáticos já existentes. No mês seguinte, o *Blog* PNEM foi reaberto, agora com o objetivo de manter-se como um espaço informativo e como um canal de comunicação sobre assuntos afetos à Educação Museal. Nesse contexto, o *Blog* inaugurou a seção “Banco de Projetos”, com o objetivo de ser uma referência para troca de experiências entre profissionais do campo, além de uma memória de suas ações.

Realizou-se, novamente nas dependências do Museu Histórico Nacional, entre os dias 7 e 11 de outubro de 2013, o trabalho de sistematização para preparação do Documento Preliminar do Programa. Participa-

ram dessa atividade técnicos dos museus do Ibram, que alocaram em diretrizes, estratégias e ações as informações obtidas no *Blog*. Nos dias 21 e 22 de novembro, aconteceu a reunião dos coordenadores do Programa na sede do Ibram em Brasília, com o escopo de discutir e aprovar o Documento Preliminar, bem como definir os próximos encaminhamentos do Programa. Na ocasião, foi enfim consolidado o Documento Preliminar do Programa Nacional de Educação Museal. Totalizando 86 páginas, o referido documento foi composto por dez GTs, cada qual contendo diretrizes, estratégias e ações. Além disso, contou com um texto elaborado pela educadora convidada, Luciana Conrado Martins, sobre um tema que suscitou polêmica durante o processo de consulta virtual: a construção de uma Política ou de um Programa Nacional de Educação em Museus. Na reunião que aconteceu em Brasília, foi também elaborada a metodologia e a organização de encontros regionais a serem realizados pelo país com a finalidade de submeter o Documento Preliminar do Programa à apreciação do campo. Tais encontros foram uma demanda apresentada pelos participantes da consulta virtual e por grande parte dos participantes dos encontros presenciais realizados em 2013.



Cartaz de divulgação do encontro regional realizado em Belo Horizonte (MG)

Encontros regionais de 2014: discussão do Documento Preliminar

Oficialmente, o Documento Preliminar foi lançado, no *Blog* PNEM, em janeiro de 2014. Em 26 de março do mesmo ano, educadores dos museus do Ibram do estado do Rio de Janeiro, por meio da REM-RJ, reuniram-se no Museu Histórico Nacional e elaboraram um documento dirigido à direção do DPMUS/Ibram. No texto, pleiteavam a continuidade do Programa e destacavam a importância da realização dos encontros regionais como espaços para a discussão do Documento Preliminar. Assinaram o documento os educadores Amândio Santos (Museu Nacional de Belas Artes), Ana Paula Zaquieu (Museu da República), Carolina Knibel (Museu Imperial), Cintya Callado (Comuse-RJ), Diogo Tubbs (Museu Histórico Nacional – GT de Comunicação), Fernanda Castro (Museus Castro Maya – Chácara do Céu – GT de Redes e Parcerias), Flávio Carvalho (Museu Histórico Nacional), Kátia Frecheiras (Museu da República – GT de Formação, Qualificação e Capacitação), Marcelo Pereira (Museu da República), Ozias Soares (Museus Castro Maya – Chácara do Céu – GT de Perspectivas Conceituais), Regina Resende (Museu Imperial) e Rossano Almeida (Museu Nacional de Belas Artes).

A equipe do Ibram responsável pelo desenvolvimento do Programa Nacional de Educação Museal foi sensível a tais reivindicações e levou a cabo o compromisso em realizar encontros regionais, com a ajuda das REMs e de articuladores locais, para fomentar a discussão do Documento Preliminar. Com efeito, os encontros para debater o Documento Preliminar do Programa foram realizados de março a dezembro de 2014. As cidades do Rio de Janeiro/RJ, de Juiz de Fora/MG, de Manaus/AM, de Florianópolis/SC, de João Pessoa/PB, de Belo Horizonte/MG, de Recife/PE, de Salvador/BA, de Santo Ângelo/RS, de Taubaté/SP, de Blumenau/SC, de Fortaleza/CE, de Brasília/DF, de São Paulo/SP, de Belém/PA e de São Luís/MA foram palcos desses encontros.

ENCONTROS REGIONAIS

SALVADOR (BA)

DATA

4 encontros:
31/março/2014,
28/abril/2014,
29/setembro/2014
e 13/outubro/2014.

Principais temas debatidos: Projeto Político-Pedagógico x Programa Educativo Cultural, Política x Programa, diluição do GT Perspectivas Conceituais e criação de um glossário com referências comentadas.

JOÃO PESSOA (PB)

DATA

1 encontro:
14 e 15/maio/2014.

Principais temas debatidos: Gestão e Profissionais de Educação Museal.

SÃO LUIZ (MA)

DATA

1 encontro:
14 e 15/outubro/2014.

O encontro suscitou a formação da REM-MA.

JUIZ DE FORA (MG)

DATA

2 encontros:
25/março/2014
e 13/maio/2014.

Em sua maioria os participantes eram estudantes e professores.

RECIFE (PE)

DATA

3 encontros:
12/maio/2014,
06/outubro/2014 e 16
a 19/dezembro/2014.

Público composto principalmente por educadores e integrantes da Remic-PE.

FORTALEZA (CE)

DATA

1 encontro:
09 e 10/outubro/2014.

O principal momento das discussões da PNEM deu-se no Encontro Regional Pontos de Memória e Museologia Social.

RIO DE JANEIRO (RJ)

DATA

3 encontros: 10/março/2014,
14/abril/2014 e
13/outubro/2014.

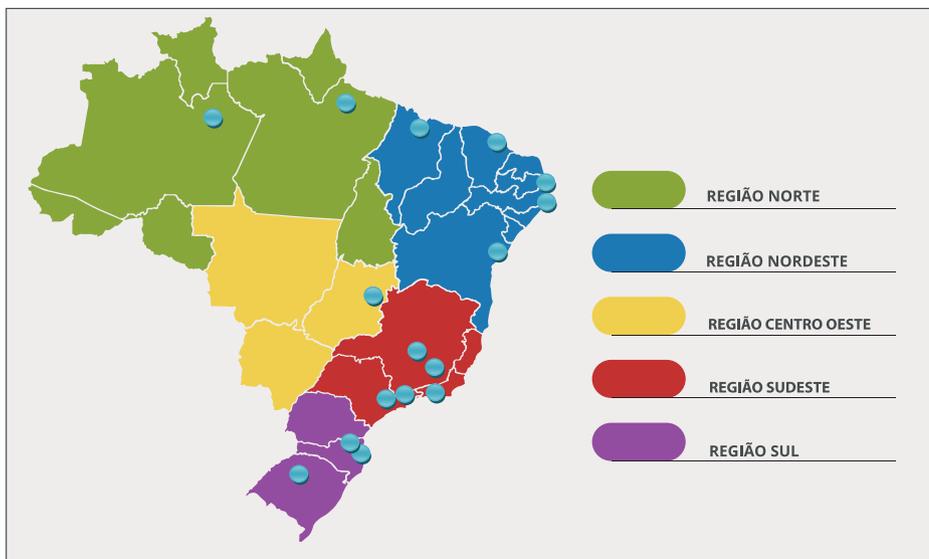
Principais temas debatidos: Ensino- Aprendizagem, Política x Programa, Projeto Político-Pedagógico x Política Educacional, Acessibilidade e Sustentabilidade.

TAUBATÉ (SP)

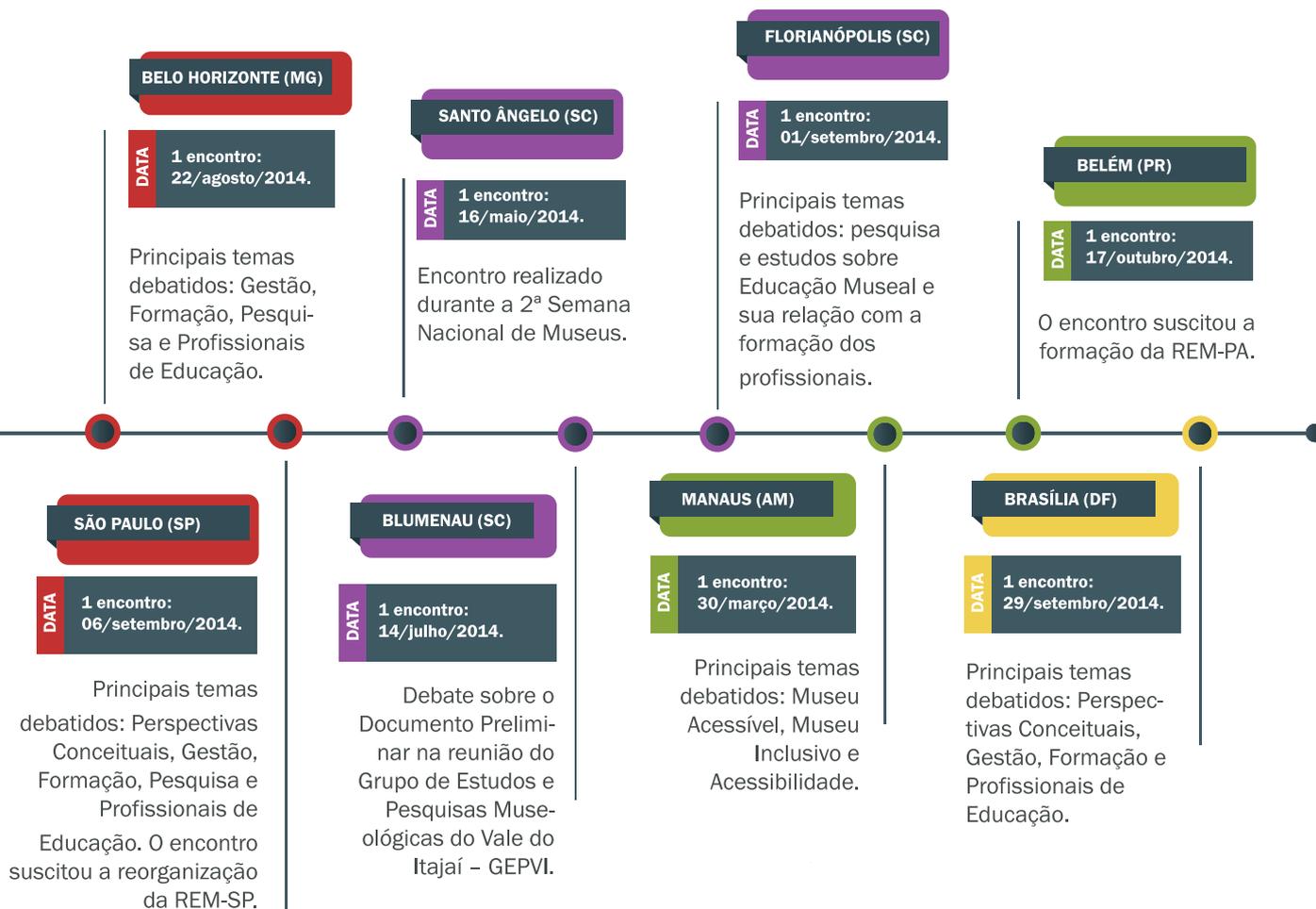
DATA

1 encontro:
26/maio/2014.

Principais temas debatidos: pessoal qualificado para atuação no campo museal, formação dos mediadores em museus, relação museu-escola, desafios dos museus da região, carência de profissionais. O encontro suscitou a reorganização da REM Vale do Paraíba, que depois se uniu com a REM-SP



Em 2014, os debates sobre o Documento Preliminar aconteceram em todas as regiões do país, confirmando a abrangência nacional do processo que resultou na elaboração da PNEM.



Com efeito, a discussão da PNEM nas diversas regiões do país foi diversificada. Nesse sentido, as características dos debates realizados revelaram o grau de maturidade da Educação Museal em cada região. Em Taubaté, por exemplo, verificou-se a existência de um campo ainda em consolidação, com uma maioria de estagiários exercendo funções profissionais e com pouca experiência para o debate teórico e político. Neste caso o debate centrou-se nas condições de trabalho, da formação, dos desafios dos museus e da relação museu-escola. Nos casos do Rio de Janeiro e de Salvador, por outro lado, locais onde surgiram os primeiros cursos de Museologia já há algumas décadas, o debate girou em torno de polêmicas conceituais e demandas políticas, como, por exemplo, a necessidade de se ter um documento estruturante dos setores educativos e a nomenclatura para este instrumento.

Esse momento foi importante para que fossem feitas sugestões de alterações nas diretrizes e coletas de novas propostas de estratégias e ações. Após as discussões e os debates que aconteceram pelo país, foram contabilizadas 411 propostas e 355 destaques ao Documento Preliminar, distribuídos da seguinte forma: 52 diretrizes e 83 destaques; 117 estratégias e 127 destaques; 242 ações e 145 destaques.

I Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal (2014)

O I Encontro Nacional do Programa aconteceu durante o 6º Fórum Nacional de Museus, em novembro de 2014, na cidade de Belém (PA). No evento, não foi feita uma sistematização das propostas decorrentes dos encontros regionais. Em vez disso, os participantes discutiram as diretrizes do GT Perspectivas Conceituais, por considerarem que esse GT reunia as concepções teóricas básicas para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal. Um dos principais resultados do debate foi a aprovação dos cinco princípios da PNEM, expressos no documento final do encontro, denominado Carta de Belém. Além disso, o referido documento reivindicava a continuidade do processo até a definição de uma Política Nacional.

O Ibram colaborou para a participação de representantes de algumas REMs, subsidiando suas diárias e passagens. Cerca de 50 pessoas participaram do



Foto: Ibram/Mine.

No I Encontro do Programa Nacional de Educação Museal foram aprovados os cinco princípios da PNEM, expressos na Carta de Belém.

encontro em cada dia. Esse público foi composto não apenas por representantes das REMs de todo o país, mas também por diretores e educadores de unidades museológicas, estudantes de Museologia, professores universitários e outros interessados no tema da Educação Museal. No encontro, foi apresentado um panorama do processo de construção do PNEM desde 2012 até aquele momento, e uma linha do tempo, com datas e eventos significativos. A educadora Luciana Conrado Martins foi convidada para palestrar sobre a importância da educação em museus e a pertinência de se criar uma política pública para o setor. Já o educador e coordenador do GT Perspectivas Conceituais, Ozias de Jesus Soares, apresentou as diretrizes propostas para o referido GT.

Uma importante alteração foi proposta a partir dos debates realizados no 1º Encontro do Programa. A polêmica em torno dos termos Projeto Político-Pedagógico e Programa Educativo e Cultural foi superada e instituiu-se o termo Política Educacional como designação para o instrumento institucional que deve conter as bases teóricas e metodológicas do trabalho educativo. Também no GT de Educação do 6º Fórum Nacional de Museus, que avaliou o Plano Nacional Setorial de Museus, foi feita a proposta de se alterar o termo Programa Educativo e Cultural neste documento. Porém, durante a plenária final do 6º Fórum Nacional de Museus, esta proposta não foi aceita e persistiram as duas terminologias para designar o mesmo instrumento.

Além da aprovação da Carta de Belém contendo os cinco princípios que norteiam a PNEM, com base nas diretrizes do eixo Perspectivas Conceituais, a plenária final do 1º Encontro Nacional solicitou a realização do 2º Encontro Nacional do Programa como passo necessário para a criação e posterior implementação da PNEM. Nesse contexto, apresentou-se a necessidade de realização de algumas ações, entre elas a sistematização de conteúdos dos documentos elaborados durante o processo de construção da PNEM e a ampla divulgação da minuta da Política, bem como a manutenção dos processos democráticos de consulta e participação dos educadores museais e da sociedade civil na elaboração, na implementação e na avaliação da PNEM.

Sistematização do Documento Preliminar

Passados dois anos do 1º Encontro do Programa, com o Ibram sob nova direção, a partir de janeiro de 2017, ficaram prementes o atendimento às demandas do campo apontadas em seu processo de construção e a retomada dos trabalhos de articulação, especialmente o de conclusão da sistematização das diretrizes, estratégias e ações do Documento Preliminar. Tais metas, já apontadas no planejamento da Comuse para o ano, foram reforçadas com uma carta endereçada ao presidente do Ibram, de 8 de março de 2017, assinada pelas REMs do Brasil, pela Rede de Acessibilidade em Museus (RAM), pelo Movimento Internacional por uma Nova Museologia (Minom) e pelo Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (CECA-ICOM). Na carta, apontava-se a importância de tal iniciativa, sem precedentes na América Latina, e reivindicava-se a retomada do processo democrático e participativo de construção da PNEM e a realização de um 2º Encontro Nacional do Programa. A partir de tais reivindicações, o Ibram deliberou que o 2º Encontro seria realizado no âmbito do 7º Fórum Nacional de Museus, em Porto Alegre, entre os dias 30 de maio e 4 de junho de 2017.

Com o objetivo de realizar a sistematização analítica dos documentos já produzidos por meio de consulta pública, presencial e virtual, de forma isenta e respeitando-se a representatividade de cada proponente, considerou-se pertinente a contratação de uma consultoria técnica com experiência na utilização de *softwares* para tratamento de dados qualitativos, tendo em vista o exíguo período de tempo até o início do 7º Fórum Nacional de Museus e o grande volume de trabalho que se apresentava. Assim, a Comissão de Seleção do Ibram analisou os currículos de 14 candidatos inscritos. Destes, três candidatos foram habilitados para serem entrevistados e avaliados por servidores da Comuse. Ao fim do processo de seleção, a candidata Luciana Conrado Martins foi selecionada para a consultoria, cujo contrato visava

à criação de um documento sintético o suficiente para permitir a discussão e a finalização da Política Nacional de Educação Museal pelos participantes do 2º Encontro. O andamento da consultoria foi acompanhado, de forma efetiva, pela equipe da Comuse e pelos coordenadores de GTs do Programa, por meio de reuniões sistemáticas e trocas de informações. O documento sistematizado foi organizado a partir de três novos eixos: Gestão; Profissionais, Formação e Pesquisa e Museus e Sociedade. A proposta de Documento Final contou com aglutinações e supressões de propostas, de acordo com sua pertinência a uma política específica de Educação Museal e à adequação a um documento orientador sintético e representativo das diversas propostas, regiões e realidades expressadas no processo de construção coletiva da PNEM. O compilado de todas as propostas, sugestões, alterações, comentários e supressões do

Documento Preliminar que surgiram nas discussões dos 23 encontros regionais realizados pelo Ibram, em parceria com as REMs e os articuladores, pode ser conferido no Formulário Completo de Propostas PNEM, publicado no *Blog PNEM*.

Em reunião no Rio de Janeiro, no mês de maio de 2017, com a participação dos coordenadores de GTs, da consultora e de uma representante da Comuse, foram definidas as novas propostas de diretrizes. Esse documento foi divulgado para o conhecimento público no *Blog PNEM*, com antecedência, no intuito de ser apreciado na plenária do 2º Encontro Nacional do PNEM, no âmbito do 7º Fórum Nacional de Museus. Antes da realização do 2º Encontro, algumas REMs também organizaram encontros para discutir a proposta de Documento Final da PNEM, conforme é possível verificar na tabela 3.

Tabela 3. Encontros para discussão do Documento Final da PNEM. Maio de 2017

LOCAL	ORGANIZADORES
Camaquã, RS Memorial da Câmara dos Vereadores de Camaquã	REM-RS e Memorial da Câmara dos Vereadores de Camaquã
Rio de Janeiro, RJ Oi Futuro	REM - RJ
Salvador, BA Sala Multiuso da Dimas	REM - BA
Belém, PA Museu da UFPA	REM - PA
Belo Horizonte, MG Casa do Baile	RIMC - BH
Fortaleza, CE Museu da Imagem e do Som	REM - CE

Fonte: Blog PNEM

No geral, todos os encontros realizados para debater o conteúdo da PNEM durante o seu processo foram fundamentais para o amadurecimento das propostas e a viabilização de debates de qualidade nos encontros nacionais. Eles garantiram a representatividade da sociedade civil no processo de construção da política pública, na medida em que foram não somente registrados, como o fruto de seus debates incorporados à redação final da PNEM. Os educadores de museus, articuladores e fomentadores das Redes de Educadores evidenciaram, por meio de sua organização política, o importante papel que possuem no campo da Educação Museal, atuando como responsáveis pela execução da educação no dia a dia dos museus e processos patrimoniais, e como conceptores/redatores da política pública.

A construção da metodologia do 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal foi realizada de maneira conjunta entre a equipe da Comuse, os coordenadores de GTs e a consultoria, com o objetivo de estabelecer um espaço de debate e discussões democrático, respeitando as participações e as construções coletivas anteriores. Uma das estratégias do Ibram para garantir uma maior representatividade no 2º Encontro foi a de financiar a participação, por meio do subsídio de passagens e diárias, de nove representantes de REMs, quais sejam: REM-CE; REM-MA; REM-SP; REM-BH; REM-BA; REM-PA; REM-SC; REM-MT; REM-PB, assim como de cinco coordenadores de GT, totalizando uma lista de 14 convidados para participação no 7º Fórum Nacional de Museus, especialmente no 2º Encontro.

O II Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal e a aprovação da PNEM

Nos dias 2 e 3 de junho de 2017, aconteceu o 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal. Realizado no âmbito do GT nº 3 – Educação em Museus, o 2º Encontro teve como principal objetivo o debate e a votação das diretrizes da PNEM e sua finalização. No primeiro dia de atividades, o GT de Educação em Museus contou com a participação do presidente do Ibram, Marcelo Mattos Araújo, e da diretora do DPMUS, Renata Bittencourt, que fizeram a abertura do encontro e deram as boas-vindas aos participantes, ressaltando a importância da retomada do Programa Nacional de Educação Museal. Em seguida, a coordenadora de Museologia Social e Educação, Cinthia Maria Rodrigues Oliveira, apresentou breve histórico do Programa Nacional de Educação Museal. Em seguida, a consultora Luciana Conrado Martins e a servidora do Museu da Chácara do Céu/Ibram e integrante do grupo de coordenadores do Programa, Fernanda Santana Rabello de Castro, apresentaram a metodologia utilizada para a sistematização da proposta de Documento Final da PNEM. Posteriormente, o servidor Vitor Rogério Oliveira Rocha, técnico em Assuntos Culturais da Comuse, apresentou a metodologia de trabalho para os dois dias do encontro. Por fim, Fernanda Castro fez uma leitura de todas as diretrizes que seriam debatidas e submetidas à votação pela plenária.

Nesse sentido, no dia 2 de junho os participantes dividiram-se em grupos, correspondentes aos três eixos propostos para o Documento Final da PNEM. Os participantes do grupo 1 debateram as propostas de diretrizes do eixo Gestão. Já os integrantes do grupo 2 discutiram a respeito das diretrizes do eixo Profissionais, Formação e Pesquisa. Os membros do grupo 3, por sua vez, analisaram as diretrizes sugeridas para o eixo Museus e Sociedade. Nesta etapa

do trabalho, os participantes podiam, de acordo com a metodologia, dentro do seu respectivo grupo, ratificar as diretrizes propostas ou, ainda, sugerir a supressão, a aglutinação ou a alteração de redação delas. Ao final do dia, o relator de cada grupo fez um resumo de como foram as discussões entre os membros e, em seguida, apresentou os consensos e os dissensos acerca das propostas de diretrizes do eixo analisado. As diretrizes consensuais foram submetidas à apreciação e aprovadas pela plenária já no primeiro dia do encontro. No dia seguinte, foram votadas as diretrizes não consensuais. Dessa forma, cada participante teve a oportunidade de argumentar a favor da proposta de diretriz que considerava mais pertinente para, em seguida, a plenária votar.

Como resultado do 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal, foi aprovado o texto final da PNEM, que totalizou 19 diretrizes distribuídas ao longo dos seus três eixos. Além disso, a plenária também aprovou a Carta de Porto Alegre,

a qual contém compromissos importantes, tais como publicar o Caderno da PNEM, realizar pesquisas sobre o atual estágio de desenvolvimento da Educação Museal no Brasil, realizar o 1º Encontro de Educação Museal até o 8º Fórum Nacional de Museus, garantir um espaço para discutir questões de Educação Museal nos Fóruns Nacionais de Museus e incentivar a realização de seminários regionais para discussão e implementação da PNEM em parceria com as REMs. Ao final do evento, foi lida a Carta das REMs do Brasil para o Ibram, apresentando as demandas dos educadores organizados em rede.

No dia 30 de novembro de 2017, foi publicada a Portaria nº 422, que dispõe sobre a PNEM e dá outras providências. Assim, concluiu-se mais uma etapa do processo democrático de construção da PNEM, que agora será implementada e avaliada pelo Ibram, em colaboração com as REMs e de forma aberta e articulada à sociedade civil.



Debate das propostas de diretrizes da Política Nacional de Educação Museal, durante o 7º Fórum Nacional de Museus. Porto Alegre (RS), 2017.



Participantes do II Encontro Nacional do PNEM, realizado no GT de Educação do 7º Fórum Nacional de Museus. Porto Alegre (RS), 2017.



Plenária do II Encontro Nacional do PNEM, durante o 7º Fórum Nacional de Museus. Porto Alegre (RS), 2017.



Foto: Museu Tucume, Peru.

O ecomuseu promove as danças tradicionais entre as novas gerações.

A PNEM E AS REDES DE EDUCADORES EM MUSEUS

O que significa REM?

REM é a sigla para Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais. Foi com esse nome que a primeira Rede de Educadores Museais surgiu, no Rio de Janeiro, em 2003. Muitas outras Redes surgiram depois dessa experiência inicial, com outros nomes e siglas, como: Rede de Educadores de Museus (REM); Rede de Educadores em Museus e Instituições Culturais (Remic); Rede de Educadores em Museus e Patrimônio (Remp); Rede Informal de Museus e Centros Culturais (RIMC); Rede de Educadores em Museus do Brasil (REM BR). Certamente muitas outras não de surgir!

O que é uma REM?

As REMs são, na maior parte, organizações voluntárias e informais. Há poucas exceções a essa regra. Surgiram pela vontade e pela necessidade de educadores museais articularem-se e realizarem atividades de formação, de troca de experiências e de debates sobre práticas e teorias, bem como sobre assuntos pertinentes ao campo. Elas elaboram, implementam, acompanham, avaliam e reivindicam ações e políticas específicas para o campo, além de atuarem como espaço político e de formação para os educadores. Nesse sentido, representam a capacidade de organização, de pressão e de trabalho coletivo em colaboração, apontando lacunas nas políticas públicas no setor da Educação Museal e propondo soluções para elas.

As REMs têm funcionamento, composição e organização diferentes em cada região do país. Há quem realize visitas técnicas, encontros temáticos, seminários anuais, viagens exploratórias e muito mais! As instituições museais são, em geral, parceiras muito próximas e ótimas anfitriãs. Mas uma coisa partilham em comum: a responsabilidade e o compromisso com a luta por uma Educação Museal consolidada, emancipadora e para todos.

Como funcionam as REMs?

Como são organizações da sociedade civil – informais e voluntárias –, cada REM funciona do seu jeito. Possuem diferentes formas de gestão, na maior parte das vezes funcionando com coordenações e/ou grupos de trabalho democraticamente eleitos entre seus membros. Há Redes que se reúnem mensalmente, outras realizam eventos anuais. Tem Rede que já mudou a forma de se organizar para garantir sua continuidade. Tem Rede que já acabou e voltou a se organizar. Rede que funciona no interior dos estados e outras só em capitais. São muitas as possibilidades. O importante é chegar a um funcionamento que seja democrático, aberto e que garanta a existência da Rede.

As REMs e o processo de construção da PNEM

A primeira REM a ser fundada no Brasil foi a do Rio de Janeiro, em 2003, por educadores e estudiosos da área, com a finalidade de reunir informalmente educadores museais, de trocar experiências, de promover atividades de formação e para debater a situação da Educação Museal e de seus profissionais. Desde então, ela tem colaborado na fundação de outras Redes, seja por meio da realização de encontros e palestras, seja pela ação conjunta com o próprio Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em cursos e oficinas que têm como objetivo organizar educadores em torno desta proposta de ação em rede. Em 2017, comemoramos dez anos do I Encontro

Nacional da REM/RJ, que aconteceu na Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro), tendo como tema central a educação em museus e reunindo especialistas de todo o Brasil. Já o II Encontro Nacional da REM aconteceu em 2009, desta vez no Palácio Gustavo Capanema, sede carioca do Ibram, e, desta vez, contando com a presença de especialistas no campo da Educação Museal em âmbito nacional e internacional. Neste último encontro, foi elaborada a Carta de Princípios, um documento para ser entregue a diversas esferas governamentais e também da sociedade civil (RANGEL; HARDIUM; SEIBEL, 2011).

Esta integração das ações práticas desenvolvidas para dar suporte ao cumprimento do objetivo prioritário do museu aliada ao estudo permanente de conceitos, estratégias, metodologias etc. contribui para a reflexão em conjunto e se constitui como principal fator de atração do grupo. Nas reuniões, os participantes encontram informações que apontam para a diferença entre as instituições



Foto: Coletivoduas.

REM/RJ. Encontro Temático no Museu Histórico Nacional. Acessibilidade sem rampas: é possível? Maio, 2016.

e elementos de complementaridade que possibilitam o debate e a apropriação de temas de interesse comum, visando ao crescimento profissional e a construção de conhecimento integrado e condizente com a realidade dos museus (CABRAL; PEREIRA; GRUZMAN, 2005).

Assim surgiram Redes como as do Ceará (2008), da Paraíba (2009), da Bahia (2010) e de São Paulo (2014), que possuem funcionamento e organização diversificados. Outras Redes surgiram da vontade de educadores em se articularem, mesmo sem o incentivo externo, embora com inspiração nos processos existentes, como é o caso da RIMC Belo Horizonte/MG (2008), da REM Goiás (2010), da REM/RS (2010) e da REM Campo das Vertentes/MG (2017). Alguns dos casos mais recentes, como os da REM/MA e da REM/PA, tiveram sua história iniciada durante a elaboração da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), o que mostra que o debate da política foi rico em teoria e prática e já deu o pontapé inicial para a sua implementação durante o seu próprio processo de construção!

As REMs participaram de diferentes maneiras do processo de construção da PNEM, organizando encontros de forma independente, em parceria com outras instituições da sociedade civil, colaborando na organização dos encontros regionais e nacionais e em discussões que os antecederam. Foram também organizadoras de debates e palestras com o tema da política e seu desenvolvimento durante todo o período em que a PNEM esteve em discussão.

As REMs têm o compromisso de cooperar com o Ibram na implementação e na avaliação da PNEM, fazendo parte dessa história inédita de parceria e construção democrática de políticas públicas de Educação Museal no Brasil.

Como fundar uma REM?

A maior parte das REMs foi fundada a partir da convocatória de pequenos grupos dirigida a toda a comunidade de educadores de museus e instituições culturais. A possibilidade de utilização das redes sociais facilitou o trabalho de articulação e criação das REMs.

Geralmente, essas reuniões de fundação aconteceram em um museu anfitrião, debatendo as necessidades locais e as formas de organização viáveis, bem como elegendo grupos gestores voluntários. Algumas REMs surgiram no processo de debate da PNEM, ou pelo incentivo da REM/RJ, em parceria com sistemas estaduais de museus e o Ibram, após a realização de cursos ou eventos da área.

Se você quiser fundar uma REM na sua cidade ou no seu estado, pode entrar em contato com a REM Brasil ou com a Coordenação de Museologia Social e Educação (Comuse) do Ibram. O apoio à criação de Redes é também nosso compromisso!

Quantas REMs existem hoje no Brasil?

As Redes em funcionamento são:

- Rede de Educadores em Museus da Bahia (REM/BA);
- Rede Informal de Museus e Centros Culturais de Belo Horizonte e Região Metropolitana (RIMC);
- Rede de Educadores em Museus do Ceará (REM/CE);
- Rede de Educadores em Museus do Campo das Vertentes (REM Campo das Vertentes);
- Rede de Educadores em Museus de Goiás (REM/GO);
- Rede de Educadores em Museus do Maranhão (REM/MA);
- Rede de Educadores em Museus e Patrimônio de Mato Grosso (Remp/MT);
- Rede de Educadores em Museus do Pará (REM/PA);
- Rede de Educadores em Museus da Paraíba (REM/PB);
- Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Rio de Janeiro (REM/RJ);
- Rede de Educadores em Museus do Rio Grande do Sul (REM/RS);
- Rede de Educadores em Museus de Santa Catarina (REM/SC);
- Rede de Educadores em Museus de São Paulo (REM/SP).

Há também a Rede de Educadores em Museus e Instituições Culturais de Pernambuco (Remic/PE), já constituída e passando por reestruturação.

Em 2014, no âmbito das discussões da PNEM, foi fundada a Rede de Educadores em Museus do Vale do Paraíba, mas por questões de estrutura e funcionamento, seus membros passaram a integrar a REM/SP, não existindo mais de forma autônoma.

A Rede de Educadores em Museus e Instituições Culturais do Distrito Federal (Remic/DF) é um caso em que as atividades pararam e não têm previsão de retorno. Ela foi fundada em 2008 e manteve seu funcionamento até 2013. Na mesma situação temos a Rede de Educadores em Museus e Instituições Culturais de Mato Grosso do Sul (Remic/MS), fundada em 2010, e que manteve suas atividades até 2012. A Rede de Educadores em Museus de Sergipe (REM/SE) tentou uma articulação em 2014, que durou até 2015, por meio de um projeto de extensão do curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), quando encerrou suas atividades.

A REM Brasil

Em 2014, após encontro paralelo das Redes de Educadores em Museus no 6º Fórum Nacional de Museus, foi criada a REM Brasil. Por enquanto seu funcionamento é virtual, por meio de um grupo de e-mails e um grupo no Facebook, em que se articulam textos, intervenções e participações das REMs dos estados de forma conjunta, sempre que se considere pertinente. A ideia da REM Brasil é conseguir realizar mais do que isso: produzir debates, encontros presenciais, publicações. Mas, por ser uma organização também informal, a REM Brasil esbarra nos problemas relacionados ao financiamento de suas ações e capacidade de articulação cotidiana. Mesmo assim, foi e tem se mostrado uma importante ferramenta para integração das REMs no processo da PNEM e no diálogo com o Ibram.



REM/RJ. Visita Técnica no Museu do Amanhã. Abril, 2016.

Outras Redes...

Existem também outras Redes, que são parceiras das REMs e que se organizam em torno de outros temas, tais como a Rede de Acessibilidade em Museus, a Rede Cearense de Museus Comunitários, a Rede de Museus e Pontos de Memória do Sul da Bahia e a Rede de Museologia Social.

Existem REMs em outros países?

Em outros países, os educadores museais também se articulam e se reúnem de diferentes formas. Podemos dizer que são casos semelhantes às nossas Redes. Citamos o exemplo de Portugal, com a Rede de Colaboradores de Serviços Educativos (Recose), uma rede virtual de troca, que funciona por meio de uma página no Facebook. Neste país também funcionou, entre 1993 e 2001, um grupo articulado de educadores museais que fazia encontros em diferentes museus, em diferentes cidades, com objetivos semelhantes aos das REMs no Brasil.

Alguns países da América Latina reúnem-se em um site, o <<http://www.pedagogiademuseos.org/>>. Esta foi uma iniciativa organizada pelo Goethe-Institut na América Latina, que gerou a *Red Pedagógica de Museos Latinoamérica*. Algumas iniciativas são realizadas, como encontros, publicações e trocas virtuais.

Na Espanha, existe o Observatório de Educação Patrimonial (Oepe), que realiza, entre outras atividades, um importante congresso sobre o tema, e que já teve três edições. O Oepe é uma organização governamental que funciona em rede e em parceria com a sociedade civil.

Em países como Canadá, Estados Unidos e Reino Unido, assim como em alguns casos na Europa, existem redes de museus ou de educadores museais, de cunho mais institucional, ligadas a grupos de pesquisa em universidades, órgãos governamentais ou instituições privadas.

Referências bibliográficas

CABRAL, M.; PEREIRA, M.; GRUZMAN, C. Apresentação: uma Rede de Educadores de Museus no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Unirio, 2005.

RANGEL, A.; HARDIUM, B.; SEIBEL, M. I. A Rede de Educadores em Museus do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição ao campo da educação não-formal. [s.l.]: [s.n.], 2011.

Foto: Christina Rufatto.

Ilha de atividades para famílias, 2º andar Pina Luz, 2017. Pinacoteca do Estado de São Paulo.



A PNEM NA PRÁTICA: INSPIRAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO MUSEAL

A Política Nacional de Educação Museal (PNEM) tem, entre seus objetivos, direcionar a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, subsidiando a atuação dos educadores. Neste capítulo vamos trazer elementos palpáveis para a implementação da PNEM, destacando ações e processos museológicos que estejam em consonância com os seus princípios e suas diretrizes gerais.

A partir dos princípios e das diretrizes dos três eixos temáticos propostos para a PNEM – Gestão; Profissionais, Formação e Pesquisa; e Museus e Sociedade – pretende-se, nesse momento, apontar caminhos viáveis de atuação e desenvolvimento de estratégias e ações. Para isso, levamos em consideração a diversidade de tipologias, organizações e processos museais, institucionalizados ou não, públicos, privados, universitários, comunitários, escolares, entre muitas outras possibilidades, a partir de suas boas práticas em Educação Museal. Entendemos que todos os princípios e diretrizes da PNEM trazem em sua concepção inúmeras possibilidades conceituais e estratégicas, que permitem um vasto leque de atuações, de acordo com as potencialidades e os limites de cada instituição ou processo museológico.

Os casos selecionados para compor este caderno têm a intenção de serem referências inspiradoras além de demonstrarem possibilidades reais e factíveis de processos em educação museal em consonância com as orientações da PNEM. Os exemplos apresentados não esgotam a imensa diversidade de ações, arranjos e estruturas educacionais museais existentes. Fazendo jus ao seu papel inspirador,

esperamos que acrescente ao repertório dos educadores, contribuindo para adaptações, reestruturas e ressignificações em prol de novas, criativas e desafiantes ações educativas.

Para melhor organização do texto, optamos por não ter um caso para ilustrar cada um dos princípios ou diretrizes. Dessa forma, selecionamos três casos para o conjunto de princípios e seis para o conjunto de diretrizes. Foram selecionadas boas práticas de Educação Museal, tanto nacionais quanto internacionais, que dialogam com a realidade brasileira. Também identificamos alguns temas fundamentais, como o Programa Educativo e Cultural, para apontarmos, de forma mais aprofundada, caminhos de execução.

Princípios da PNEM

Os princípios da PNEM foram estabelecidos a partir da assembleia do I Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal (Belém/2014). Sua origem reside no Grupo de Trabalho "Perspectivas Conceituais", que levou à frente não só as discussões sobre os conceitos que norteariam a PNEM, como também o debate dos termos utilizados na área da Educação Museal como um todo.

Como resultado, foram estruturadas as bases de uma Educação Museal desejada por aqueles que a praticam: os educadores de museus. Nesse duplo papel de executores e agentes da estruturação da política pública (MARTINS e MARANDINO, 2013), os educadores definiram a Educação Museal como função institucional em pé de igualdade com as já consa-

gradas funções de preservação, comunicação e pesquisa (princípio 1)¹. A garantia da existência de um setor de educação em cada museu foi também sistematizada como princípio (princípio 3). Na medida em que os dados apontam que apenas 48% das instituições possuem setor de ação educativa², considerou-se fundamental garantir na PNEM que cada vez mais museus contem com uma equipe específica para a proposição educacional.

Estabelecida a partir de uma perspectiva contemporânea do fazer educacional (FREIRE, 1987; LIBÂNEO, 1994; SAVIANI, 1999; GADOTTI, 2000, entre outros), a ideia de Educação Museal, explicitada na segunda diretriz, funda-se a partir do diálogo com a sociedade. O diálogo interno também é foco de atenção, quando da opção pelo conceito de patrimônio integral, apontado, no quinto princípio, como matriz orientadora da educação praticada nos museus. Selecionamos aqui ações educacionais que explicitam alguns dos conceitos que norteiam os princípios da PNEM.

¹Duas das principais legislações e definições de museus existentes e utilizadas na área museal no Brasil, a definição do Estatuto de Museus (Lei 11.904/2009, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm) e do Conselho Internacional de Museus (<http://icom.museum/la-vision/definicion-del-museo/L/1/>), não consideram a educação como função do museu e sim como fim.

²Apesar da existência do setor não ser condicionante para a realização de atividades educativas (SANTOS, 2008), é interessante notar como já nos princípios da Pnem, considerou-se essencial sua existência para o fomento e a estruturação do campo da educação museal.

Projeto de Criação do Ecomuseu de Pacoti (CE)

Princípio 2 – A educação museal compreende um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade.

Esse projeto surgiu na Escola de Ensino Médio Menezes Pimentel, visando à criação do Ecomuseu de Pacoti, pequena cidade da Serra de Baturité, interior do Ceará. Os protagonistas do projeto são os "jovens exploradores", alunos do ensino médio que participam de formações e desenvolvem ações de pesquisa e levantamento para composição do acervo museológico, por meio da elaboração de um inventário dos bens do patrimônio cultural e natural da comunidade em que habitam. O processo museológico em curso é estabelecido a partir de parâmetros educacionais, na medida em que os jovens participantes atuam como investigadores e visam à criação de um "espaço educativo de conscientização histórica e ambiental".

PARA SABER MAIS:

<<http://jovemexplorador-ecomuseu.blogspot.com.br/>>.

<<http://www.ibermuseus.org/boas-praticas/jovem-explorador/>>.



O projeto desenvolvido pelo Ecomuseu de Pacoti possibilita aos estudantes resgatarem cultura de território no interior do Ceará.



O projeto "Jovem Explorador", do Ecomuseu de Pacoti, surgiu do desejo de colocar em prática três importantes questões: pesquisa, interdisciplinaridade e retorno à comunidade.

Coordenação de Educação em Ciências do Museu de Astronomia e Ciências Afins (RJ)

Princípio 3 – Garantir que cada instituição possua setor de educação museal, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, prevendo dotação orçamentária e participação nas esferas decisórias do museu.

Criado em 1985 com o propósito de “[...] despertar vocações para a atividade de pesquisa, estimular o pensamento crítico e favorecer a compreensão do papel destacado da ciência e tecnologia na vida nacional” (OBSERVATÓRIO NACIONAL, 1983, p. 3), o Museu de Astronomia e Ciências Afins é um museu de ciência e tecnologia com ênfase nas ações educativas dirigidas ao público e à sensibilização para a ciência. A Coordenação de Educação em Ciências, onde estão lotados os educadores da instituição, é composta por profissionais oriundos de diferentes áreas, e com uma forte atuação na produção de conhecimento na Educação Museal e divulgação da ciência. Os educadores dessa instituição participam ativamente em atividades de formação, pesquisa,

criação de materiais didáticos e atividades educativas e concepção de exposições.

PARA SABER MAIS:

<<http://www.mast.br/index.php/2013-10-27-00-11-5.html>>.

Projeto Educação e Cidadania (RJ)

Princípio 5 – Assegurar, a partir do conceito de patrimônio integral, que os museus sejam espaços de educação, de promoção da cidadania e colaborem para o desenvolvimento regional e local, de forma integrada com seus diversos setores.

1º lugar do V Prêmio Ibero-Americano de Educação e Museus – Categoria 1, em 2014.

Selecionado entre os cinco primeiros colocados do prêmio Best Practice CECA-ICOM, em 2015.

Em 2014 o Museu da República desenvolveu o projeto “Educação e Trabalho: Uma Ação de Cidadania” em conjunto com o Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Tancredo Neves, com os alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos, matriculados em horário noturno, com idade entre 15 e 70 anos. A ideia do projeto surgiu a partir de uma expo-



“Observação do sol com filtros.” Ação educativa promovida pela Coordenação de Educação em Ciências do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST (RJ).



Projeto “Educação e Trabalho: uma ação de cidadania”. Museu da República, 2014.

sição implementada pela equipe do setor de pesquisa denominada “Trabalho, Luta e Cidadania: 70 Anos da CLT”, e a proposta pedagógica da Coordenação de Educação foi o de atuar com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A experiência pedagógica levou os alunos ao entendimento do conceito de cidadania e a sentirem-se pertencentes ao espaço do museu. O primeiro prêmio, pelo qual o projeto recebeu uma quantia, trouxe a possibilidade de repetir o trabalho, desta vez atingindo mais escolas e em outros pontos da cidade do Rio de Janeiro, onde foi possível conseguir transporte mais rápido para recebê-los em seu horário escolar, ou seja, à noite. Atualmente o Museu da República dá continuidade ao atendimento aos alunos da EJA, abrindo o museu à noite toda última terça-feira do mês.

PARA SABER MAIS:

<<http://museudarepublica.museus.gov.br/>>

Eixo I – Gestão

O eixo Gestão da PNEM reuniu as diretrizes que tratavam da organização administrativa e financeira da Educação Museal. Nesse sentido, suas diretrizes 1 e 2 referem-se a um dos tópicos mais importantes para a criação e a organização de um setor ou processo de Educação Museal: o Programa Educativo e Cultural. No espírito que norteou a sistematização dos princípios da PNEM, o Programa Educativo e Cultural deverá ser concebido de forma participativa, com envolvimento da equipe do museu e da sociedade na sua construção. Sua composição é indicada na diretriz 2, e, apesar de nela aparecer de forma bastante completa, o Programa Educativo e Cultural deve ser antes de tudo um documento útil para a gestão e a avaliação das ações educacionais. Ou seja, cada instituição ou processo museológico deve construí-lo em consonância com suas necessidades.

Como todas as diretrizes da PNEM, as do eixo Gestão não deixam de ser faróis que iluminam aquilo que desejamos para a Educação Museal: a garantia de continuidade por meio de fomento financeiro sistemático, a participação da sociedade na definição dos

parâmetros educacionais do museu, o embasamento conceitual e político das ações e a estruturação de um Programa Educativo e Cultural passível de avaliação permanente. Nos exemplos a seguir, apresentamos algumas possibilidades interpretativas para a execução dessas diretrizes.

Programa de Educação para a Conservação – Museu Túcume (Peru)

Diretriz 1 – Incentivar a construção do Programa Educativo e Cultural, entendido como uma política educacional, definido a partir da missão do museu, pelo setor de educação museal, em colaboração com os demais setores do museu e a sociedade.

Best Practice CECA-ICOM 2015.

Criado em 1998 como resultado das pesquisas arqueológicas realizadas no Cerro Purgatorio o La Raya, o Museu Túcume realiza uma ação educativa sistemática que tem como objetivo relacionar a cultura com o desenvolvimento local. Para isso, a comunidade local é envolvida de forma sistemática na concepção e na realização das ações. A cada ano o planejamento educacional é realizado de forma



Oficina de tingimento de tecido.

participativa, assim como o processo de avaliação, resultando em um amplo reconhecimento do trabalho por vizinhos do museu, alunos, professores e pais das escolas locais. A Oficina de Educação para a Conservação do Patrimônio Cultural e Ambiental, programa principal do Museu Túcume, tem, entre seus objetivos, "converter o museu em um espaço público vital para a comunidade" e "envolver os estudantes locais na preservação do patrimônio cultural e natural" (NARDI e ANGELINI, 2015). Suas atividades englobam um programa de rádio, uma oficina de arqueologia para crianças, uma escola de cerâmica, entre muitas outras ações.



Aprendendo a conservação do barro.

PARA SABER MAIS:

1. NARDI, Emma; ANGELINI, Cinzia. Best practice 4. A tool to improve museum education internationally. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/OByk7_DBcikJ8VGI-CbExaWXA0dGc/view>. Acesso em: 14 dezembro 2017.
2. www.museodesitiotucume.org.

Programa Educativo e Cultural: como fazer?

Conceber o Programa Educativo e Cultural desde o início pode parecer uma tarefa impossível. Muitas vezes o linguajar da área educacional não é familiar e pensar em objetivos pedagógicos ou avaliações parecem tarefas escolarizadas, distantes do universo museal. Mas, ao partirmos da premissa de que o papel social dos museus é educacional, baseamo-nos em uma noção contemporânea de educação, na qual os processos pedagógicos são dialogados e o conhecimento é construído coletivamente. Levar em consideração essas premissas é fundamental na construção do programa educativo e cultural dialógico, tanto pela equipe do museu ou processo museológico quanto pela sociedade.

Para que o Programa Educativo e Cultural seja feito de uma forma participativa, o primeiro passo é a escuta dos envolvidos no processo. Por meio da escuta é possível acessar as experiências, as percepções e os pensamentos dos sujeitos envolvidos nas ações do Programa Educativo e Cultural do museu.

E quem são esses sujeitos? Vai depender de cada museu. O segundo aspecto a ser considerado no Programa: delimitar quem participará da sua construção. Um conceito interessante para essa definição é o de comunidade museal. Partindo da perspectiva de que uma comunidade partilha modelos culturais, valores, normas e formas de conviver e de relacionar-se (SUBIRATS, 2003), é preciso investigar quem são os sujeitos que fazem parte, ou potencialmente poderiam fazer, da comunidade do museu. Reconhecer e ativar essa comunidade pode ser uma ação do desenvolvimento de um Programa participativo. A partir disso, é fundamental formar o grupo que vai organizar a metodologia para discutir, elaborar e definir o programa.

Também é importante considerar como a educação é compreendida no museu: ela é vista como parte essencial de sua missão ou apenas como tradutora dos discursos expositivos para o público de não especialistas? Esse aspecto é fundamental para estabelecer as possibilidades e os limites de atuação educacional na instituição. Neste momento, deve-se também

estudar e compreender o Plano Museológico institucional. Este é um documento basilar da concepção e atuação do museu e deve estar em permanente diálogo com Programa Educativo e Cultural³.

A partir desses levantamentos, sugerimos um breve roteiro para a redação do Programa Educativo e Cultural, de acordo com a segunda diretriz do eixo Gestão da PNEM:

- **Diagnóstico** – diagnosticar a situação e o potencial educacional do museu é fundamental no início do processo. Saber se o museu realiza ações educativas; se tem equipes destinadas a essa função; qual é o orçamento disponível para executar essas ações; se existe uma concepção de educação definida e um referencial teórico que embasem as ações educativas do museu; se existem documentos de registro e avaliação das ações⁴;
- **Referências teóricas e conceituais** – aqui são definidos os referenciais teóricos da atuação educacional do museu, ou seja, sua concepção de educação. Para compreender em que concepção de educação o programa se baseia é preciso responder a algumas perguntas básicas: para que serve a educação no meu museu? O que estamos ensinando? Como estamos ensinando? Qual o melhor jeito de aprender? O que desejamos que o público aprenda? Como é a relação com o público? Existem várias correntes pedagógicas que defendem diferentes tipos de concepção de educação, vale a pena ler e se informar sobre o tema!
- **Sujeitos/públicos** - quais são os públicos com os quais você irá trabalhar? É importante considerar que diferentes ações podem ser desenvolvidas para diferentes públicos.
- **Missão educativa** – a missão educacional do museu deve estar em diálogo com a missão institucional. Ela deve ser sucinta e dizer claramente aquilo que o museu pretende em termos educacionais. Ou seja, sua redação deve deixar claro para todos os colaboradores e visitantes os resultados que o museu deseja alcançar, em um texto de fácil compreensão, sem uso de palavras rebuscadas e frases muito longas;
A missão é eficaz quando consegue definir a identidade da organização e quando cria sinergia com seus públicos de interesse. Isto é, faz parte da construção da missão o conhecimento das necessidades de seus públicos. A missão deve ser revisada periodicamente (IBRAM, 2016).
- **Objetivos educacionais** – a partir de sua concepção educacional, você definirá quais os objetivos do seu programa. Para isso, é importante considerar que formação se almeja por meio das ações educacionais. Todo processo educacional tem como premissa a transformação cognitiva dos sujeitos envolvidos. Saber quais são essas transformações que idealmente você espera conseguir operar é fundamental na definição dos objetivos educacionais;
- **Ação educativa** – neste item as ações a serem realizadas devem ser descritos de forma clara e objetiva, levando em consideração os seguintes aspectos: tema da ação, justificativa, objetivos, duração, público-alvo, local, etapas/roteiro da atividade, custos, cronograma de execução, proposta de avaliação.
- **Sustentabilidade e financiamento** - É preciso sempre apontar os caminhos para realização financeira das ações, bem como sua sustentabilidade futura. Algumas possibilidades são: financiamento direto pela instituição, editais, parcerias públicas e privadas, venda de produtos e serviços – todas as fontes de sustento devem ser listadas e analisadas quanto à sua manutenção e potencialidade;
- **Profissionais** – delimitação e caracterização das equipes necessárias ao desenvolvimento das ações, bem como suas atribuições. É importante, nesse item, prever um plano de formação e

³O Programa Educativo e Cultural faz parte de um documento mais amplo, que é o Plano Museológico. Segundo o Estatuto de Museus, é dever dos museus elaborá-lo e implementá-lo. O Plano Museológico é a ferramenta básica de planejamento estratégico do museu.

⁴ Ver perguntas diagnósticas mais detalhadas na publicação "Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos" (IBRAM, 2016).

capacitação da equipe, com o levantamento das necessidades coletivas e individuais;

- **Registro, sistematização e avaliação** – todo projeto e toda ação educacional devem vir acompanhados de uma estratégia de sistematização, registro e avaliação que permita preservar a memória das atividades, conhecer se os objetivos foram efetivados e estudar o impacto das ações sobre os públicos a que elas se destinam. As estratégias são múltiplas e podem combinar tendências mais qualitativas com aquelas mais quantitativas. Essa etapa do trabalho é muitas vezes esquecida, mas feita de forma organizada, facilita o repasse de informação para novos membros da equipe, coletam-se os dados para pesquisas e para justificar novos projetos e auxilia na tomada de decisões.

Eixo II – Profissionais, Formação e Pesquisa

O eixo Profissionais, Formação e Pesquisa da PNEM tem como foco o desenvolvimento do campo da Educação Museal, tanto do ponto de vista profissional quanto acadêmico. Ele é o resultado da aglutinação de diferentes Grupos de Trabalho que, durante as discussões em torno da PNEM, debruçaram-se sobre esses temas.

Como toda a política redigida, a PNEM espelha o que são os desejos da comunidade museal no que se refere à estruturação do campo. Buscou-se, assim, garantir a existência da profissão de educador museal, sua formação de nível superior e, concomitantemente, a conformação de um campo acadêmico. Muitas são as disputas em jogo, no universo museal e acadêmico, para a consolidação desses temas enquanto áreas de atuação, investigação e geração de conhecimentos específicos. Os casos relatados a seguir trazem alguns caminhos para a reflexão sobre as ações que podemos fomentar para esses fins.

Projeto Residência Educativa – Museu Lasar Segall (SP)

Diretriz 1 – Promover o profissional de educação museal, incentivando o investimento na formação específica e continuada de profissionais que atuam no campo.

O projeto **Residência Educativa** existe desde 2012 no Museu Lasar Segall. Nele, são promovidos encontros de educadores para debater práticas educativas e inquietações, em eventos anuais realizados no museu. A partir de 2016, esta ação foi adaptada para o formato de Residência Educativa, em que jovens educadores apresentam propostas de projetos para análise e discussão em grupo, sob orientação e mediação da equipe da área de ação educativa. Considerando a residência como uma formação compartilhada, a ideia é fomentar a troca de experiências e projetos entre os educadores residentes.



Trabalho de Marilá Dardot, no Museu Lasar Segall, em 2013. A obra nasceu de um trecho do poema "Educação pela Pedra", de João Cabral de Melo Neto.



Experiências Ambientais: Casa-Corpo realizado por Sophia Novaes em outubro de 2017 no Museu Lasar Segall.

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Museal

Diretriz 5 – Potencializar o conhecimento específico da Educação Museal de forma a consolidar esse campo, por meio da difusão e da promoção dos trabalhos realizados, do intercâmbio de experiência e do estímulo à viabilização de cursos de nível superior em Educação Museal

O curso de pós-graduação em Educação Museal foi estabelecido por meio de parceria técnica entre os Museus Castro Maya e o Museu da República, ambos pertencentes ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) do Ministério da Cultura (MinC), e o Instituto Superior de Educação, vinculado à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec). O curso foi criado em 2014 para atender à demanda existente na área, assim como enfatizar o compromisso com uma educação integral e que atenda a sociedade, formando um profissional ético, com responsabilidade social e cultural. Único no Brasil, o curso objetiva

Sobre a Educação Superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) aponta que será composta por "cursos e programas", compreendidos por: "cursos sequenciais", "cursos de graduação", "cursos de pós-graduação" (mestrado, doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros) e "cursos de extensão".

formar educadores para atuar em museus e instituições culturais, podendo ter ainda como campo de atuação a área de pesquisa, articulando teoria e prática, sendo capaz de prever e solucionar questões dentro desse campo, contribuindo como um multiplicador para uma



Foto: Divulgação.

Divulgação do Curso de Pós-Graduação em Educação Museal. Rio de Janeiro, 2014.

Educação Museal de qualidade. A equipe de docentes e coordenadores, com grande experiência no campo, atua nos maiores museus nacionais do país e disponibilizou seu arcabouço teórico e prático para formar um grupo de especialistas, sem envolver recursos financeiros para tal. A primeira turma encerrou o período letivo em 2016 e um novo convênio está sendo estabelecido para continuidade do curso.

PARA SABER MAIS:

<<https://pnem.museus.gov.br/noticias/inscricoes-para-a-especializacao-em-educacao-museal-vaio-ate-o-dia-1109/>>

<<http://www.museus.gov.br/tag/pos-graduacao/>>

<<https://pnem.museus.gov.br/tag/educacao-museal-2/>>

Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca de São Paulo

Diretriz 9 – Promover, em colaboração com outros setores dos museus, diagnósticos, estudos de público e avaliação, visando à verificação do cumprimento de sua função educacional.

Com base nos diagnósticos e estudos de públicos

feitos pela instituição, o Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca de São Paulo oferece diversas ações com foco em cada um desses públicos identificados. As ações estão estruturadas em dois eixos desenvolvidos para atender diferentes públicos-alvo: Programa de Atendimento ao Público Escolar e em Geral (Papeg): programas e projetos dedicados aos públicos tradicionalmente recebidos pelos processos educativos. Inclui as seguintes ações:

- o Visitas educativas;
- o Formação de professores;
- o Clube dos professores;
- o Museus para Todos;
- o Pinafamília;
- o Dispositivos para Autonomia de Visita (DAV);
- o Ações educativas em exposições temporárias.

Programas Educativos Inclusivos (PEI): abrangem os programas inclusivos, dedicados ao chamado “não público” do museu, aqueles que não costumam frequentar espontaneamente a instituição, e incluem os seguintes programas:

- o Programa Educativo para Públicos Especiais (Pepe);
- o Programa de Inclusão Sociocultural (Pisc);
- o Programa Meu Museu;
- o Programa Consciência Funcional.

PARA SABER MAIS:

<<http://museu.pinacoteca.org.br/programas-desenvolvidos/>>



Foto: Christina Rufatto

Projeto de oficinas plásticas para funcionários da Pinacoteca, pelo programa Consciência Funcional. Pinacoteca do Estado de São Paulo.



Foto: Rosane Lima

Formação de educadores da Pinacoteca com artista Daniel Acosta. Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Eixo III – Museus e Sociedade

Esse eixo da PNEM espelha as múltiplas preocupações dos educadores museais acerca de seu objetivo profissional principal: a relação do museu e do patrimônio com a sociedade. Suas diretrizes aglutinam os conteúdos dos Grupos de Trabalho “Redes e Parcerias”, “Acessibilidade”, “Sustentabilidade” e “Museus e Comunidade”. A seguir, estão relatados dois casos que ampliam as possibilidades de utilização da PNEM.

Museu Kanindé (CE)

Diretriz 4 – Estimular, promover e apoiar a sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural nos programas, projetos e ações educativas, respeitando as características, as necessidades e os interesses das populações locais, garantindo a preservação da diversidade e do patrimônio cultural e natural, a difusão da memória sociocultural e o fortalecimento da economia solidária.

Localizado na Aldeia Sítio Fernandes, em Aratuba (CE), o Museu Kanindé é fruto da mobilização comunitária em prol da preservação da memória e do patrimônio do povo indígena Kanindé. Foi criado em 1995 e trata-se de um espaço que retrata a história desse povo, por meio dos seus objetos e da memória indígena local. Em seu acervo traz objetos representativos do modo de vida do povo Kanindé, de como classificam aquilo que de fato é importante para a sua vivência em comunidade e enquanto coletividade. Os objetos estão individualmente ligados a significados e interpretações que remetem a um passado comum e, sobretudo, de organização étnica.

Em 2011, junto com a realização do inventário participativo, foi formado um Grupo de Trabalho que originou o Núcleo Educativo do Museu Kanindé. Entre 2011 e 2016 foram realizadas inúmeras ati-

dades de pesquisa, mediação e formação nas áreas de arqueologia, patrimônio, educação e memória. Este processo resultou na formação de uma geração de jovens pesquisadores, o que fortaleceu a criação de uma rede permanente de pesquisa. Em 2016 foi criado o Núcleo de Estudo e Pesquisa Indígena Kanindé (Nepik), organizando atividades integradas entre o Museu Kanindé e a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos. Daí surgiu a segunda geração do Núcleo Educativo do museu. Essa formação integrada tem como objetivo o fortalecimento da autonomia dos jovens da comunidade, qualificando-os para o desenvolvimento da pesquisa e da gestão indígena nos processos museológicos comunitários.



Encontros, formação de acervo e mediação das visitas no Museu Kanindé.

A partir deste percurso, o Museu Kanindé é considerado um centro de referência sobre o processo de organização política em torno da identidade étnica. Participa ativamente das mobilizações indígenas que envolvem as temáticas da memória, do patrimônio e dos museus a nível local, estadual e nacional.

PARA SABER MAIS:

<<http://mkindio.blogspot.com.br/>>



Formação para Núcleo Educativo Museu Kanindé - saberes nativos e museologia social.



Roda de conversa com monitores do museu kanindé - presença de João Pacheco de Oliveira.

Projeto "Olhares do Patrimônio", do Museu de Artes e Ofícios (MG)

Diretriz 6 – Estimular e ampliar a troca de experiências entre museu e sociedade, incentivando o uso de novas tecnologias, novas mídias e da cultura digital.

Este projeto tem como foco explorar a fotografia, feita por meio do celular, como ponte entre o indivíduo e o patrimônio cultural, com destaque para a representação dos ofícios tradicionais e o mundo do trabalho.

A partir desse tema, alunos das redes pública e privada de ensino formal, que tenham participado de uma visita mediada ao acervo do Museu de Artes e Ofícios, são convidados a produzirem fotos em suas comunidades, evidenciando o patrimônio local, tombado ou não, bem como atividades de trabalho tradicionais ou que se configuram, para aquele indivíduo ou para sua comunidade, como um bem patrimonial ou de importância significativa. As imagens são posteriormente selecionadas pela equipe do museu para comporem uma exposição. A ação configura-se como um importante mecanismo de interação entre os alunos, a escola, o Museu de Artes e Ofícios, a sociedade e seu patrimônio cultural.



Abertura da exposição "Olhares do Patrimônio". Museu de Artes e Ofícios (MG).



PARA SABER MAIS:

<<http://www.mao.org.br/acao-educativa/olhares-do-patrimonio/>>

Projeto "Olhares do Patrimônio: a valorização e preservação do patrimônio cultural através da fotografia". Museu de Artes e Ofícios (MG).

Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 2, abr./jun. 2000.

_____. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.

IBRAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos*. Brasília: Ibram, 2016. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/SubsidiosPlanosMuseologicos.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

LIBANEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, Luciana; MARANDINO, Martha. Políticas de financiamento da educação em museus: a constituição das ações educacionais em museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia *Ensino Em Re-Vista*, v.20, n.1, p.57-68, jan./jun. 2013.

NARDI, Emma; ANGELINI, Cinzia. *Best practice 4*. A tool to improve museum education internationally. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/OByk7_DBciKJ8VGICbExaWXA0dGc/view>. Acesso em: 14 dezembro 2017.

OBSERVATÓRIO NACIONAL. *Projeto Memória da Astronomia e Ciências Afins no Brasil (PMAC)*. *Museu de Ciência: proposta de criação*. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 1983.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

SUBIRATS, Joan. Educação: responsabilidade social e identidade comunitária. In: GÓMES-GRANELL, Carmen.; VILA, Ignácio. (Orgs.). *A Cidade como Projeto Educativo*. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 67-83.



Foto: Alvaro César da Trindade de Silva

Projeto "Olhares do Patrimônio: a valorização e preservação do patrimônio cultural através da fotografia". Museu de Artes e Ofícios (MG).





Glossário



Foto: Museu Túcume, Peru.

Dia de colheita na horta biológica do Museu Túcume.

"Acessibilidade plena" foi um termo criado por Regina Cohen e Cristiane Duarte e apresentado pela primeira vez no artigo premiado "Acessibilidade Plena a Museus: Perspectivas de uma Acessibilidade Cultural, Sensorial e Emocional" (DUARTE et al., 2013), apresentado em Florianópolis (SC). Nele, as autoras, utilizaram o termo "acessibilidade plena", que depois foi mudado para "acessibilidade emocional" e é assim utilizado atualmente.

O conceito de "acessibilidade emocional" parte do princípio de que apenas a boa acessibilidade física (considerada apenas em sua vertente espacial ou comunicacional) não é suficiente para a apreensão e o usufruto dos espaços pelas pessoas com deficiência e que os lugares devem considerar aspectos emocionais, afetivos e intelectuais de seus usuários (DUARTE et al., 2013).

Para a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), o termo "acessibilidade plena" inclui todas as questões acima, como também o entorno do edifício, buscando a superação das diversas barreiras que dificultam ou impedem a acessibilidade aos museus e centros culturais. Tais barreiras podem ser arquitetônicas, existentes no percurso à instituição, em seu interior ou em seus espaços expositivos.

É imprescindível, quando se busca a organização de espaços que atendam às necessidades dos usuários, que se pense em projetos e conceitos que falem de segurança, respeito e plena fruição para todos. Todos os cidadãos têm o direito de ir e vir, inclusive aqueles que possuem deficiências permanentes ou ocasionais. Cadeirantes, deficientes auditivos ou visuais, gestantes e idosos precisam transitar e acessar todos os

espaços da cidade, prédios públicos e institucionais, usar sanitários, telefones, sem que isso lhes cause dificuldades e constrangimentos.

Acessibilidade é "possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos" (ABNT, 2004). Apesar da abrangente legislação, um esforço maior por parte da sociedade seria necessário para promover a acessibilidade universal em todos os seus aspectos. Museus, centros culturais e espaços educativos, quando acessíveis, devem proporcionar a comunicação para todos os seus usuários, permitindo que cada um possa usar seus próprios sentidos de maneira independente. A igualdade de condições para usufruir do espaço e do que está sendo apresentado e exposto é uma necessidade primordial. O contrário seria uma indesejada exclusão social.



Foto - créditos: Stephany Barroso de Vasconcelos



Foto 2 - Créditos: Raíael Pereira.

Projeto "Olhares do Patrimônio: a valorização e preservação do patrimônio cultural através da fotografia". Museu de Artes e Ofícios (MG).

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira. ABNT NBR 9050. Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004, Rio de Janeiro.

DUARTE, Cristiane et al. Acessibilidade plena a museus: perspectivas de uma acessibilidade cultural, sensorial e emocional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 4., 2013, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ABERGO, 2013.

ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 4., 2013, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ABERGO, 2013.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. Políticas públicas de inclusão de públicos especiais em museus. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Política de acessibilidade comunicacional em museus: para quê e para quem? Revista Museologia & Interdisciplinaridade, v. 4, n. 7, p. 190-202, 2015.

CAMBIAGHI, Silvana. *Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. São Paulo: Senac, 2007.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose. *Acessibilidade para todos: uma cartilha de orientação*. Rio de Janeiro: Núcleo Pró-Acesso, UFRJ/FAU/PROARQ, 2004.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice. *Acessibilidade a Museus*. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. 190p.

SARRAF, Viviane; BRUNO, Cristina; COHEN, Regina. *Acessibilidade em espaços culturais: mediação e comunicação sensorial*. 1. ed. São Paulo: EDUC - Editora da PUC, 2015. 236p.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. Museu de arte e inclusão de públicos especiais. In: UNIPLAC; UNIVILL; FURB (Org.). *Livro de Memórias: a arte e o diferente no contexto educacional*. Lages: Uniplac, 2004.

Isabel Sanson Portella

É museóloga e crítica de arte, doutora e mestre em história e crítica da arte pela Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, especialista em história da arte e arquitetura do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ, pesquisadora de acervo, coordenadora e curadora da Galeria do Lago Arte Contemporânea do Museu da República-RJ/Ibram (MinC). É coordenadora da Rede Acessibilidade em Museus. Foi coordenadora do GT de Acessibilidade do Programa Nacional de Educação Museal.

Sujeito social coletivo, historicamente constituído e concretamente situado em um espaço territorial ou simbólico que, diante da alteridade, identifica-se como tal e define-se nos próprios termos. Seu princípio é a relação ética entre seres que se reconhecem mutuamente como distintos, livres e igualmente legítimos. Na convivência guiada por um fundamento emocional inclusivo, eles produzem e partilham um mundo comum de forma autoconsciente. De sua interação construtiva e reiteradamente coordenada emerge a comunicação, essa delicada trama de relações que tecem os sentidos daquilo que se traz à existência comum. Assim, uma comunidade é aquela que diz a própria palavra, pois recobre de significados particulares os termos com que descreve os elementos e as conexões que constituem seu universo. Essa linguagem partilhada expressa uma episteme coletiva, isto é, o conjunto dos princípios que regem a produção do conhecimento e da verdade considerados válidos pelo grupo.

Uma comunidade nem sempre é definida com base na partilha de um território geográfico ou na longa duração temporal, podendo-se reconhecer por um certo grau de exterioridade ou desentranhamento em relação à sociedade moderna – capitalista e patriarcal. No âmbito dos movimentos sociais brasileiros, o termo alcançou larga aplicação a partir de meados dos anos 1960, denominando organizações – por vezes temporárias – constituídas em torno de projetos ou objetivos conjuntos específicos, cuja singularidade repousa na suposição da igualdade entre os participantes e na existência de uma vontade comum. Assim, nesse contexto, as comunidades podem ser consideradas heterotopias, espaços outros que invertem e contestam as relações hegemônicas na sociedade e permitem vivenciar e incorporar, ainda

que momentaneamente, a experiência de valores insurgentes, que, de outra forma, seriam considerados utópicos ou irrealizáveis no presente.

Na perspectiva decolonial, a noção de comunidade ergue-se sobre fundamentos não antropocêntricos e não dualistas. Nas epistemologias africanas e ameríndias, ela abarca todos os viventes – aí incluídos a água, o ar, o solo, a natureza, o cosmo, os ancestrais falecidos e os ainda não nascidos, os aspectos materiais e espirituais da existência, em permanente desdobramento. Trata-se de reconhecer a integralidade de seu contexto como uma trama de conexões sistêmicas que a tudo perpassa. É nesse âmbito comunitário alargado, em que não cabem relações de domínio, propriedade, exploração ou hierarquia que se torna possível a humanização. Entre masculino e feminino, indivíduo e comunidade, humano e natureza não há oposições, mas complementaridades. O convívio comunitário não implica homogeneidade, podendo existir diferenciação, divergência e conflito, geridos desde o respeito e a busca da harmonia. Analogamente, a interculturalidade promove o diálogo entre comunidades, negociando seus pontos de vista e as desigualdades de poder.

Decorrem desta concepção certos atributos comunitários. As relações recorrentes que se dão em contextos concretos do cotidiano ativam uma memória coletiva, orientando o fazer/conhecer da comunidade em congruência com a vida. Dessa forma, produção e reprodução da existência comum implicam já consciência e expressividade, leitura e escrita do mundo, incorporadas nos indivíduos por meio de múltiplas pedagogias e permanentemente reelaboradas em suas criações. Por isso, a cultura viva comunitária preexiste a cada indivíduo como sua matriz e, ao

mesmo tempo, renova-se e alimenta-se de suas contribuições singulares. Uma comunidade desenvolve processos museológicos na medida em que dirige e desdobra sua reflexividade sobre o próprio modo de vida, deliberando e intervindo sobre os aspectos culturais que considera essenciais e que, por esse motivo, deseja conservar no seu viver. Assim, no contexto comunitário, a Educação Museal é o aprendizado que se colhe ao participar dessas decisões e ações coletivas, em uma dinâmica ininterrupta de criação, preservação e comunicação patrimonial.

Mapeamentos e aplicações do enfoque sociológico clássico

Da oposição entre os conceitos de “comunidade” e “sociedade” à concepção de comunidade como utopia ou heterotopia.

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. **Raízes**, ano XVIII, n. 20, p. 50-53, nov. 1999. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_27.pdf>. Acesso em: 28 de ago. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 141p.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Comunidade. In: _____. **A dinâmica da cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 219-225.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 411-422.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Heterotopias urbanas: espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro. **Polis**: Revista Latinoamericana, n. 27, 2010. Disponível em: <<https://polis.revues.org/916>>. Acesso em: 29 de ago. de 2017.

SILVA, Juniele Martins; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Discussão sobre comunidade e características das comunidades rurais no município de Catalão (GO). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 361-374, set/dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v28n3/1982-4513-sn-28-03-0361.pdf>>. Acesso em: 29 de ago. 2017.

WILLIAMS, Raymond. Comunidade [community]. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 103-104.

Bases emocionais, biológicas e ambientais de uma definição biocêntrica de comunidade

O vínculo amoroso e inclusivo implícito na concepção biocêntrica de comunidade, que não exclui o ambiente nem se opõe à natureza. A obra de Humberto Maturana é de especial importância para educadores de museus, uma vez que aborda e relaciona questões como: aprendizagem, linguagem, comunicação, emoções, subjetividade, objetividade, cultura, sociedade, democracia, política e ecologia.

MATURANA R., Humberto; VARELA G., Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. 8. ed. São Paulo: Palas Athena, 2010. 83p.

MATURANA R., Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG,

1998.

MATURANA R., Humberto; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. **Amar e brincar**: fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Athena, 2004. 266p.

Bases filosóficas: ontologias relacionais fundamentando o conceito de comunidade

A ética e o reconhecimento da alteridade como princípio do existir e do pensar. Os educadores museais que pretendam trabalhar em solidariedade com comunidades, numa perspectiva intercultural crítica, muito se beneficiarão ao estudar e compreender os princípios das ontologias relacionais, a fim de poder estabelecer um diálogo autêntico e operar com a produção partilhada de conhecimento.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo, Piracicaba: Edições Loyola, Editora UNIMEP, 1980.

DUSSEL, Enrique, MENDIETA, Eduardo, & BOHÓRQUEZ, Carmen. (Ed.). **El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y "latino" (1300-2000)**: historia, corrientes, temas y filósofos. México: Siglo XXI; Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe, 2009. 1111p.

COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P. J. (Ed.). **The African philosophy reader**. New York: Routledge, 2002.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2011. 312p. (Original publicado em 1961).

TROWSELL, Tamara Ann. **Robust relationality**: lessons from the ontology of complete interconnectedness for the field of international relations. Tese de doutorado. Washington, D.C.: American University, 2016. 475p. Disponível em: <<http://aislandora.wrlc.org/islandora/object/thesesdissertations%3A335>>. Acesso em: 20 de ago. 2017.

Comunidade sob o enfoque crítico decolonial e do feminismo comunitário

Desde as contribuições do feminismo comunitário, o conceito que estamos analisando é enriquecido e politizado pelo enfoque situado concretamente, com ênfase nos aspectos cotidianos da produção e reprodução da vida comum, na afetividade e na desconstrução dos valores patriarcais como a propriedade, a competição, o individualismo, a hierarquia e a artificial separação entre conhecimento teórico e prático.

DE VRIES, Pieter. Comunidad y desarrollo en los Andes peruanos: una crítica etnográfica al Programa de Modernidad/Colonialidad. **Sociologías**. Porto Alegre, ano 15, n. 33, p. 248-281, maio/ago. 2013.

FRAGA, Eugenia. La comunidad en Walter Mignolo. Cinco dimensiones de un mismo concepto. **E-latina**. Revista electrónica de estudios latinoamericanos, v. 13, n. 51, abr/jun. 2015. Disponível em: <<http://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/928>>. Acesso em: 25 de ago. 2017.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino**. Desde el feminismo comunitario. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PAREDES, Julieta. O feminismo comunitário é uma provocação, queremos revolucionar tudo: depoimento. [23 de maio, 2016]. **IHU Online**. Instituto Humanitas Unisinos. Entrevista concedida a Patrícia Dopazo Gallego. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/555380-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocacao-queremos-revolucionar-tudo>>. Acesso em: 1 de set. 2017.

ROZAS, Germán. Hacia una Psicología Social Comunitaria del Sur. **Psicología, conocimiento y sociedad**, v. 5, n. 2, p. 278-306, nov. 2015/abr. 2016.

SACAVINO, Susana. Tecidos feministas de Abya Yala: feminismo comunitário, perspectiva decolonial e educação intercultural. **Uni-pluriversidad**, v. 16, n. 2, p. 97-109, 2016.

Comunidade no pensamento museológico

A partir das contribuições da Nova Museologia, o conceito de comunidade assumiu um lugar central no entendimento dos processos museológicos, tomados como as relações entre uma coletividade humana e seu patrimônio integral, em um dado território.

DE VARINE, Hugues. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 256p.

MORALES, Teresa; CAMARENA, Cuauhtémoc; ARZE, Silvia; SHEPHARD, Jennifer. **Manual para la creación y desarrollo de museos comunitarios**. La Paz: Fundación Interamericana de Cultura y Desarrollo, 2009. 129p.

MORALES, Teresa; CAMARENA, Cuauhtémoc. Capacitación de los actores de los museos comunitarios. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS, IV., 2012, Belém. **Anais...** Belém, 2012. Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/pdf/3art/1.pdf>>. Acesso em: 12 de set. 2017.

PRIOSTI, Odalice Miranda. **Memória, comunidade e hibridação**: Museologia da Libertação e estratégias de resistência. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Memória Social, orientada por Profa. Dra. Josaida de Oliveira Gondar. Rio de Janeiro, 2010. 245p.

FILMES RECOMENDADOS

Caiçaras – às margens do Brasil. (Brasil, 2017). Dir.: Guilherme Rodrigues. Documentário que trata da vida e da cultura da população caiçara residente no litoral paulista e na costa sul do Estado do Rio de Janeiro. Identifica e revela os fatores que colocaram e ainda colocam sua forma de vida em risco, como o turismo excessivo, a especulação imobiliária, a grilagem de terras, a implantação de parques de conservação em locais tradicionalmente habitados e a indústria petrolífera que explora os campos de pré-sal. A produção do filme foi realizada em caráter social, sendo sua distribuição garantida gratuitamente para comunidades caiçaras. Duração: 88 min.

Presentación de Teresa Morales (México, 2014). Entrevista sobre museus comunitários realizada para a Jornada de Práticas Comunitárias em Museus e Espaços Culturais. Duração: 6 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q4WzS6E88Vk>>. Acesso em: 12 de set. 2017.

Museu da Maré: memórias e (re)existências. (Brasil, 2012). Realização: Departamento de Museus e Centros Culturais – IPHAN/MINC, Museu da Maré, Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, Imagine Filmes. Um grupo de moradores da favela da Maré, integrantes da ONG Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), idealizou e construiu um museu numa antiga fábrica desativada da região. Partindo de narrativas colhidas entre os antigos moradores, o Museu da Maré vem representando impor-

tante experiência de construção da memória social e a da afirmação da identidade de moradores em uma região marginalizada no contexto urbano do Rio de Janeiro. Duração: 52min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4qv-b7E5KE&t=1570s>>. Acesso em: 12 de set. 2017.

Juliana Siqueira

É mestra pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - USP e doutoranda em Museologia na Universidade Lusófona (Portugal). É formada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Estudou Multimeios na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Trabalhando no Museu da Imagem e do Som, se descobriu educadora. Anda por muitos caminhos: de cada um aprende um pouco.

Cultura digital é um termo genérico. Designa desde a cultura mediada por tecnologias de comunicação em rede até os artefatos criados por novos processos de prototipagem, como as impressões 3D. Híbrida, expressa no seu nome a interlocução entre as humanidades (a cultura) e as ciências (o digital). Com a popularização da internet tornou-se de tal modo entranhada ao nosso cotidiano que impacta praticamente todas as esferas da vida social. São tantas as evidências da cultura digital que mais preciso seria dizer que vivemos um processo de digitalização da cultura. No que diz respeito aos museus, esse processo afeta seus campos tradicionais de atuação e cria circuitos nas redes dos quais ele não pode deixar de participar. Modificam-se as formas de gestão de acervos e abre-se a possibilidade do público acessar as coleções na internet, em redes locais ou interconectar os acervos a outros pela combinação de dados e usando aplicativos relacionados à instituição.

A função do museu de conservar o patrimônio, seja ele material ou imaterial, é reconfigurada pela introdução de novos perfis de acervos que são impossíveis de resguardar de acordo com os procedimentos já estabelecidos. O problema atinge diretamente os museus de Arte Contemporânea, mas também os de Ciências e em breve os de História. Apesar de existir uma tradição de trabalho com obras de arte efêmeras, performances e artes eletrônicas, como o vídeo, a cultura digital propriamente dita nos coloca diante de outros universos, como obras de arte online, por exemplo. Elas dependem, para compreensão, não só da preservação de equipamentos, mas de seus “ambientes” de rede, o que é impossível. Como manter viva uma obra de net art criada no tempo da linha discada (analogica) em um mundo no qual apenas existem linhas digitais de extrema velocidade? O que fazer com websites que apontavam para inúmeros outros que já não são mais acessíveis?

Além das rápidas transformações de infraestrutura, que afetam a conservação dos bens relacionados à cultura digital, tornam-se recorrentes também problemas advindos da obsolescência programada. A cultura digital, assim como toda a cultura das mídias, é intrinsecamente relacionada aos equipamentos em que seus conteúdos são veiculados. Algumas das metodologias em uso são: processos de emulação (softwares que reproduzem determinados ambientes), migração (substituição de vídeos VHS por DVDs, por exemplo), ou atualização do código do sistema. Todas elas, porém, estão em desenvolvimento e tão importante quanto atentar para o fato de que estão sendo testadas é perceber que são soluções provisórias e paliativas.

Em decorrência da velocidade que sucateia as tecnologias em períodos cada vez mais curtos, as soluções encontradas, por ora, estão fadadas a criar os mesmos problemas que pretendem resolver. A transposição e adequação de obras para novos equipamentos ou sua reprogramação não resulta em soluções definitivas. Antes, esses procedimentos apontam para a necessidade de uma prática contínua de atualizações, a qual poderá também implicar, em algum ponto, um resultado bastante distinto da obra criada pelo artista em um contexto histórico determinado.

Mas a cultura digital não impacta os museus apenas de dentro para fora. Impacta também de fora para dentro, a partir da emergência de um público paralelo que se comporta como um “contra-colecionador online”. Esse contra-colecionador nos impõe refletir sobre uma gama de iniciativas pessoais, informais e não institucionais, mas organizadas, como a UbuWeb por exemplo, e uma miríade de coleções que se organizam em torno de hashtags (palavras-chave com link) em redes sociais e sites de curadorias de informação como Scoop.it e Pinterest. Sua intensa movimentação cria uma outra cultura do arquivamento.

mento e da musealização, para além do mundo acadêmico e fora da tradição institucional das práticas e políticas de memorização. Como absorver essa inteligência distribuída e dinamizar os acervos, transformando o diálogo entre o museu e seus novos públicos?

Outro aspecto a considerar diz respeito a experiências de digitalização de diferentes tipos de coleções (impressas, pictóricas, tridimensionais etc.) e sua publicação. Esses processos envolvem um esforço multidisciplinar da padronização de metadados a questões jurídicas, passando por discussões do campo do webdesign (relacionadas à acessibilidade e arquitetura das informações). A cultura digital anuncia aí um museu sem paredes, nos quais os conteúdos podem ser multiplicados, com recursos disponíveis nas redes, que interconectam conteúdos de vários museus e outras bases de dados, apontando para aquilo que é o diferencial da digitalização da cultura: a era dos meta-museus.

Artigos e livros

BERTACCHINI, Enrico; MORANDO, Federico. The future of museums in the digital age: new models for access to and use of digital collections. *International Journal of Arts Management*, v. 15, n. 2, p. 60-72, 2013.

Artigo discute os processos de digitalização e o impacto da internet no acesso às coleções, com ênfase nas transformações dos processos de gestão de acervos.

BEIGUELMAN, Giselle; MAGALHÃES, Ana Gonçalves (Org.). *Futuros possíveis: arte, museus e arquivos digitais*. São Paulo, Petrópolis/Edusp, 2014.

Traz discussões sobre metodologias de preservação de obras digitais, análises de novos formatos de curadoria de informação, questões relacionadas aos processos de informatização de acervos e discute aspectos políticos das novas tecnologias de armazenamento.

FREIRE, Cristina. *Museus em Rede: a dialética impecável de Walter Zanini/ A Network of Museums: the impeccable dialectic of Walter Zanini*. *Art Journal*, v. 73, n. 2, p. 20-45, 2014.

Por meio da reconstituição da atuação do Professor Walter Zanini à frente do MAC-USP, a autora faz uma reflexão que problematiza uma ação em rede para além das “paisagens midiáticas dominantes”.

IPPOLITO, John; RINEHART, Richard. *Re-Collection: art, new media and social memory*. Cambridge: Mass: MIT Press, 2015.

Apresenta uma grande variedade de exemplos, casos de estudo e formula novos modelos conceituais e metodológicos para a conservação de acervos digitais. Analisa as especificidades dos acervos nativamente digitais, discutindo as diversas tipologias de obras de arte digital.

Sites

<https://www.museumsandtheweb.com/> Plataforma de discussão sobre os múltiplos usos que os museus podem fazer da internet. Promove conferências anuais, apresenta estudos de caso de destaque e mantém um repositório de todos os papers apresentados em suas conferências desde 1997.

<https://www.museumnext.com> Uma associação de produtores, profissionais de museus e pesquisadores da área da inovação que promove conferências e mantém um blog constantemente atualizado com temáticas voltadas para o futuro dos museus.

<http://mattersinmediaart.org/> Parceria do MoMA (Museum of Modern Art) de Nova York, SFMOMA (San Francisco Museum of Modern Art) e Tate para apoiar trabalhos na área de acervos digitais. Discute proce-

dimentos de aquisição, empréstimo de obras, documentação e conservação.

<http://culturadigital.br/simposioacervosdigitais/> Documentação do Simpósio Internacional de Políticas Públicas em Acervos Digitais (2010). Traz entrevistas com pesquisadores da América do Sul, dirigentes de empresas como o Google e ativistas. Apresenta um conjunto sistematizado de políticas públicas propostas para o setor.

Giselle Beiguelman

É artista e professora livre-docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - USP. Pesquisa as estéticas da memória do século XXI, os impactos da tecnologia na cultura urbana e a preservação do patrimônio artístico digital. É membro do Laboratório para Outros Urbanismos - USP e do Interdisciplinary Laboratory Image Knowledge - Humboldt-Universität zu Berlin. Site: www.desvirtual.com. Email: gbeiguelman@usp.

O termo economia solidária adquire significado público no Brasil a partir de meados dos anos de 1990, quando passa a designar uma série de experiências que vinham se expandindo desde a década anterior e que se caracterizavam por serem formas associativas, solidárias e democráticas de organizar as atividades econômicas. O termo passa a ser utilizado para designar as formas de produção, distribuição, consumo e crédito realizadas cooperativamente por trabalhadores e trabalhadoras de forma autogestionária.

A autogestão é uma das características centrais da economia solidária. Isso significa que em uma experiência de economia solidária todos e todas que dela participam decidem juntos os rumos da experiência a partir da democracia direta. O poder é exercido de forma autônoma pelo conjunto de pessoas que integram a iniciativa, seguindo o princípio básico de “cada cabeça um voto”, independente de qualquer outro critério (seja o capital investido no empreendimento, o maior ou menor conhecimento de um assunto, ou o grupo social que se origina).

Nesse sentido, a economia solidária é antagônica à economia capitalista. Enquanto na economia capitalista a organização econômica está baseada na separação entre quem detém o controle das empresas (os meios de produção) – e por isso, o poder de decidir – e de outro lado aqueles que vendem sua força de trabalho aos primeiros e devem obedecer suas diretrizes, na economia solidária o controle dos meios de produção é coletivo e a decisão sobre os rumos da empresa também. Isso significa que, enquanto uma organização econômica capitalista é eminentemente antidemocrática (uma vez que o poder é exercido por poucos segundo o critério da posse), a economia solidária leva a democracia para a própria organização econômica.

Articulada a esta diferença fundamental entre a economia capitalista e a economia solidária existem outras: enquanto a primeira está baseada na competição entre sujeitos econômicos, a segunda está baseada na cooperação; enquanto a primeira funciona segundo a lógica de maximização do excedente (lucro), sendo este o seu fim, na economia solidária o objetivo último da organização são as pessoas. Ou seja, enquanto a primeira transforma pessoas em instrumentos para obter lucro, a segunda transforma o excedente em instrumento para valorizar as pessoas.

Estas experiências de economia solidária, ou seja, formas autogestionárias e cooperativas de organizar as atividades econômicas, foram criadas e recriadas historicamente em diferentes lugares e em diferentes épocas. No Brasil, as experiências de gestão democrática e participação direta e autônoma de trabalhadores na organização do trabalho e da produção têm uma história antiga. Podemos localizá-las em experiências organizativas de algumas das sociedades originárias (povos indígenas), na organização de quilombos, em diversas experiências da longa história de resistência camponesa e, no mundo urbano, em experiências originadas no movimento operário desde as primeiras décadas do século XX. Contudo, estas experiências se intensificaram nas últimas décadas como forma da classe trabalhadora de resistir (e superar) aos efeitos do desemprego e das desigualdades geradas pelo capitalismo, particularmente na sua forma atual, o neoliberalismo.

Hoje, a economia solidária está presente em diferentes iniciativas econômicas que vão de cooperativas, associações e grupos informais de produção, prestação de serviço, comercialização ou crédito; fundos rotativos solidários e bancos comunitários que trabalham com finanças solidárias; clubes de troca; centrais de cooperativas e redes de cooperação, entre outras formas caracterizadas pela autogestão.

Mais do que um conceito acadêmico, economia solidária é um conceito político que vem sendo construído no processo de constituição dessas experiências de democracia econômica e que tem como eixos principais, por um lado, o conceito de autogestão, ou seja, de gestão democrática e posse coletiva dos meios de produção e, por outro, práticas comunitárias de produção, isto é, atividades produtivas não capitalistas (não assalariadas) de sociedades originárias e grupos populares.

Bibliografia

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Ótimo livro introdutório sobre economia solidária escrito por um de seus maiores especialistas, o professor Paul Singer. Nesta obra, Singer apresenta conceitos básicos para compreender o que é a economia solidária, destacando suas diferenças fundamentais com a economia capitalista. Além disso, Singer traz exemplos de experiências existentes de economia solidária em Mondragon (Espanha), Emilia Romana (Itália), usina Catende em Pernambuco, cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e vários outros, mostrando como estas experiências são uma prova contundente de que é possível construir circuitos eficientes de economia não-capitalista.

SINGER, Paul. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998. Obra de Paul Singer com aprofundamento histórico e teórico da economia solidária. A obra discute a economia solidária como parte de um processo de revolução social que tem sua origem nos instrumentos criados pela classe trabalhadora para resistir aos efeitos de exclusão e desigualdade gerados pelo capitalismo.

GAIGER, Luiz Inacio. A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.

Este livro de Luiz Inácio Gaiger, outro importante teórico da economia solidária no Brasil, faz um debate sobre os fundamentos da economia solidária e uma prospecção de suas possibilidades. Discute alternativas recentes para acionar princípios de ação promotores de laços sociais e que impulsionam a solidariedade.

HESPANHA, P; GAIGER, Luiz Inacio; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L. (Org.). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009.

O Dicionário Internacional da Outra Economia inclui verbetes produzidos por diferentes autores e autoras onde são analisados diversos temas relacionados com a economia solidária e com alternativas econômicas ao capitalismo, como os fundamentos e as modalidades da outra economia, os marcos históricos do pensamento alternativo, as redes de colaboração solidária, o comércio justo, entre outros. A obra abarca conceitos e teorias mais marcantes sobre as alternativas à economia capitalista.

Sites

- <http://www.fbes.org.br> - Site do Fórum Brasileiro de Economia Solidaria que traz uma série de informações sobre a economia solidária no Brasil, documentos, trabalhos acadêmicos e notícias.

- <http://www.ripess.org> - Site da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária que traz informações da organização da economia solidária em âmbito mundial e em cada continente.

- <http://cirandas.net> - Rede social da e para a economia solidária que reúne empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio a economia solidária, notícias e informações.

- <http://www.rededegestoresecosol.org.br> - Site da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária que reúne informações gerais das políticas públicas de economia solidária, legislações, eventos e notícias.

Filmes

- Economia Solidária - Outra economia acontece
<https://www.youtube.com/watch?v=sfYAejvZmms>

Filme de aproximadamente 25 minutos, produzido em parceria pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que apresenta o conceito de economia solidária e suas características no Brasil.

- Economia solidaria com Paul Singer
<https://www.youtube.com/watch?v=Wt4PjIDFUtU>

Entrevista com o Professor Paul Singer realizada pela TV Senado onde o entrevistado fala sobre os conceitos, história e perspectivas da economia solidária no mundo e no Brasil.

Documentários

- La Toma Argentina 2004 -
<https://www.youtube.com/watch?v=2K8XNrCuuWg>

Documentário que mostra a imensa crise econômica vivida pela Argentina em 2002, consequência das políticas neoliberais adotadas pelo país nos anos anteriores que gerou enorme desemprego e fechamento de empresas, e como, neste cenário, trabalhadores e trabalhadoras ocuparam empresas falidas e passaram a recuperá-las a partir da autogestão.

- II Fórum Social Mundial de Economia Solidária e II Feira Mundial de Economia Solidária.
<https://www.youtube.com/watch?v=MQhpAdQLoTE>

Documentário sobre a realização da II Feira Mundial de Economia Solidária e o II Fórum Mundial de Economia Solidária realizados em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 2013. O documentário traz o registro destas atividades e experiências de produtores e militantes da economia solidária.

Fabio José Bechara Sanchez

É sociólogo e professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Militante da economia solidária desde o final dos anos de 1990, foi formador e coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP da Universidade de São Paulo - USP, um dos fundadores da Rede Nacional de ITCPs e chefe de gabinete e secretário adjunto da Secretária Nacional de Economia Solidária.

Diversas expressões são usadas há algum tempo para designar a especificidade da dimensão educativa dos museus. Desde termos mais abrangentes, que procuraram abarcar o tipo de educação que ocorre em espaços não escolares, tais como “educação extraescolar”, “educação não formal” e “educação permanente”, até termos que se aproximam mais do que é próprio para caracterizar o trabalho com a memória e com o patrimônio cultural musealizado.

Entre esses últimos, o termo “educação em museus” (MCMANUS, 2013) é frequente no léxico do campo, em especial a partir dos seminários realizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) nos anos 1950 para discutir o papel educativo dos museus. A partir da década de 1980, o termo “educação patrimonial” teve seu uso difundido no Brasil, com o objetivo de trabalhar com o patrimônio cultural estabelecido, primordialmente, nos museus e nos monumentos históricos visando promover a sua valorização e apropriação, capacitando os indivíduos “para o melhor usufruto desses bens” (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6). Neste contexto, surgiram outros termos que buscaram problematizar os usos de “educação patrimonial”, tais como “educação para o patrimônio” (GRINSPUM, 2000) e “educação com o patrimônio”.

Ainda se referindo às ações e à estrutura da educação que se faz nos museus, o termo “pedagogia museal” passou a ser usado para definir

um quadro teórico e metodológico a serviço da elaboração, da realização e da avaliação das atividades educativas no meio museal, atividades cujo objetivo principal é a aprendizagem de saberes (conhecimento, habilidades e atitudes) pelo visitante (ALLARD; BOUCHER, 1998, p. 390 apud DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013).

Também ligados às práticas educativas museais, na literatura inglesa sobre o assunto, foram concebidos conceitos como experiência museal (FALK e DIERKING, 1998) e aprendizagem museal (FALK e DIERKING, 1998; HEIN, 1998; HOOPER-GREENHILL, 1999). Estes apontam para as particularidades dos processos de aprendizagem ocorridos em museus e processos museais.

O termo “museal” é um neologismo utilizado recorrentemente para qualificar tudo aquilo que é relativo ao museu, distinguindo-se de outros domínios (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2014, p. 54). Mais recentemente, o termo “Educação Museal” passa a ser utilizado como uma reivindicação tanto de uma modalidade educacional – que contempla um conjunto integrado de planejamento, sistematização, realização, registro e avaliação dos programas, projetos e ações educativas museais – quanto de um campo científico. O termo vem sendo usado por vários autores para se referir ao conjunto de práticas e reflexões concernentes ao ato educativo e suas interfaces com o campo dos museus (PEREIRA, 2010; SIQUEIRA, 2010; MARTINS, 2011; CASTRO, 2013; MATOS, 2014; MELO, 2015).

A Educação Museal envolve uma série de aspectos singulares que incluem: os conteúdos e as metodologias próprios; a aprendizagem; a experimentação; a promoção de estímulos e da motivação intrínseca a partir do contato direto com o patrimônio musealizado, o reconhecimento e o acolhimento dos diferentes sentidos produzidos pelos variados públicos visitantes e das maneiras de ser e estar no museu; a produção, a difusão e o compartilhamento de conhecimentos específicos relacionados aos diferentes acervos e processos museais; a educação pelos objetos musealizados; o estímulo à apropriação da

cultura produzida historicamente, ao sentimento de pertencimento e ao senso de preservação e criação da memória individual e coletiva. É, portanto, uma ação consciente dos educadores, voltada para diferentes públicos. Para Desvallées e Mairesse (2013, p. 38), “a Educação Museal pode ser definida como um conjunto de valores, de conceitos, de saberes e de práticas que têm como fim o desenvolvimento do visitante”.

A Educação Museal coloca em perspectiva a ciência, a memória e o patrimônio cultural enquanto produtos da humanidade, ao mesmo tempo em que contribui para que os sujeitos, em relação, produzam novos conhecimentos e práticas mediatizados pelos objetos, saberes e fazeres. Possui também estrutura e organização próprias, que podem relacionar-se com outras realidades que não a específica dos museus, de acordo com os objetivos traçados no seu planejamento. São ações fundamentalmente baseadas no diálogo. Isso inclui o reconhecimento do patrimônio musealizado, sua apropriação e a reflexão sobre sua história,

sua composição e sua legitimidade diante dos diversos grupos culturais que compõem a sociedade.

Neste contexto, a Educação Museal é uma peça no complexo funcionamento da educação geral dos indivíduos na sociedade. Seu foco não está em objetos ou acervos, mas na formação dos sujeitos em interação com os bens musealizados, com os profissionais dos museus e a experiência da visita. Mais do que para o “desenvolvimento de visitantes” ou para a “formação de público”, a Educação Museal atua para uma formação crítica e integral dos indivíduos, sua emancipação e atuação consciente na sociedade com o fim de transformá-la.

Vale ainda ressaltar que a Educação Museal, como processo museal e ação profissional específica, difere-se de ações de comunicação e de mediação cultural¹, por seus objetivos, metodologias e conteúdos próprios, porém sem deixar de ser necessário que seja integrada a essas práticas.

Referências Bibliográficas

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.). Conceitos-chave de Museologia. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Florianópolis: FCC, 2014. p. 54.

¹No caso de ações de mediação cultural que não possuem explicitamente um perfil pedagógico.

Os conceitos mencionados Neste texto, que constituem o histórico da concepção de Educação Museal, podem ser estudados a partir das referências a seguir. Uma busca por outras obras dos autores mencionados também pode complementar estes estudos.

ALLARD, Michel. BOUCHER, Suzanne. Le musée et l'école. Québec: Hurtubise HMH, 1991. In: DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Conceitos-chave de Museologia. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura, 2015. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

A publicação a seguir, organizada por Desvallées e Mairesse, é como um dicionário, que contém as expressões “educação” e “museal”:

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Conceitos-chave de Museologia. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura, 2015. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

CASTRO, Fernanda. O que o museu tem a ver com educação? Educação, cultura e formação integral: possibilidades e desafios de políticas públicas de Educação Museal na atualidade. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/dfernandarabello.pdf>>. Acesso em: 28 de nov. 2017.

Da mesma autora, uma discussão sobre o conceito de Educação Museal pode ser vista em:

CASTRO, Fernanda. Há sentido na educação não formal na perspectiva da formação integral? Revista Museologia e interdisciplinaridade, Brasília, v. 4, n. 8, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/14999/12204>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FALK, John H.; DIERKING, Lynn D. The museum experience. Washington: Whalesback Books, 1998. GRINSPUM, Denise. Educação para o Patrimônio: museu e escola – responsabilidade compartilhada na formação de públicos. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20patrim%C3%A3o%20GRINSPUM_D.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

HEIN, George. Learning in the museum. London: Routledge, 1998.

HOOPER-GREENHILL, Eileen (Ed.). The educational role of the museum. London: Routledge, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Sobre Educação Patrimonial, ver também:

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas: o enigma e o desafio da Educação Patrimonial. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <https://www.academia.edu/11934966/Li%C3%A7%C3%B5es_das_Coisas_o_enigma_e_o_desafio_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Patrimonial>. Acesso em: 28 nov. 2017.

IPHAN – INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

MARTINS, Luciana Conrado. A constituição da educação em museus: o funcionamento do dispositivo pedagógico por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e

tecnologia. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04072011-151245/pt-br.php>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

MATOS, Isla Andrade Pereira de. Educação museal: o caráter pedagógico do museu na construção do conhecimento. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium*, Ituiutaba, v. 5, n. 1, p. 93-104, Jan./Jun. 2014.

MCMANUS, Paulette. Educação em museus: pesquisas e prática. São Paulo: FEUSP, 2013. Disponível em: <<http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wp-content/uploads/2013/03/Educa%C3%A7%C3%A3o-em-Museus-versao-web.pdf.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

MELO, Manuela Dias de. Educação Museal: reflexão sobre semelhanças e contrastes com uma forma escolar. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/17200/VERS%C3%83%20FINAL%20DISSERTA%C3%87%C3%83%20COM%20FICHA%20CATALOGRAFICA%20MANUELA%20DIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. Educação Museal. Entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional. 2010. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/marcele_regina_nogueira_pereira.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

SIQUEIRA, Juliana Maria de. Educação Museal: cartografias, trilhas e marcos. Trabalho final da disciplina “Sociedade, Conhecimento e Informação”. São Paulo: USP, 2010. 27p.

Andréa Costa

É licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, mestra e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio. Chefe da Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional da UFRJ. Docente do Departamento de Estudos e Processos Museológicos e da Escola de Museologia da Unirio. Membro do Comitê Gestor da Redes de Educadores de Museus do Rio de Janeiro - REM-RJ.

Fernanda Castro

É licenciada e bacharela em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestra em Educação pela UFRJ e doutoranda em Educação na Universidade Federal Fluminense - UFF. É educadora nos Museus Castro Maya – Chácara do Céu/Ibram desde 2010. É membro do Comitê Gestor da Redes de Educadores de Museus do Rio de Janeiro - REM-RJ desde 2014. Foi coordenadora do GT de Redes e Parcerias do Programa Nacional de Educação Museal.

Milene Chiovatto

É graduada em Educação em Artes pela Faculdade de Comunicações da Universidade Mackenzie, mestra em Ciências da Comunicação – Sociologia da Arte pela Universidade de São Paulo - USP. Professora de História da Arte na Faculdade de Comunicação da Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP. Coordena o Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo desde 2002. Atualmente é presidente do Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus – CECA/ICOM.

Ozias Soares

É doutor em Ciências Sociais, mestre em Educação e pedagogo. Educador nos Museus Castro Maya (Ibram/MinC – 2006-2014), docente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Museal (Instituto Brasileiro de Museus/Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – Ibram/Iserj – 2014-2016); docente na Especialização em Divulgação e Popularização da Ciência desde 2015. Foi coordenador do GT Perspectivas Conceituais do Programa Nacional de Educação Museal; é pesquisador no Museu da Vida (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz).

A caracterização e diferenciação dos espaços de educação não formal não se constitui em tarefa simples. Apesar de se reconhecer as especificidades educativas que os museus possuem, muitas vezes, os termos formal, não formal e informal são utilizados de modo controverso.

Há diferenças de definições nas literaturas anglofônica e lusofônica (CAZELLI, 2000), pois os autores de língua inglesa usam os termos informal science education (educação informal em ciências) e informal science learning (aprendizagem informal em ciências) para todo o tipo de educação que pode acontecer em lugares como museus, centros culturais, exposições, zoológicos, jardins botânicos, no trabalho, em casa, entre outros. Já os de língua portuguesa e espanhola muitas vezes subdividem a educação que ocorre fora da escola em dois subgrupos: educação não-formal e educação informal, associando esse último aos ambientes cotidianos familiares, de trabalho, do clube etc.

A educação não formal tornou-se parte do discurso internacional em políticas educacionais no final dos anos 1960 (SMITH, 1996), em certa medida como oposição ao sistema de educação formal, considerado inadequado frente às mudanças sócio-econômicas em curso, exigindo que diferentes setores da sociedade se articulassem para enfrentar as novas demandas sociais. Marco desse movimento é o documento da UNESCO, de 1972, “Learning to be - The Faure Report”, que influenciou uma divisão já visível do sistema educacional em três categorias, descritas por Combs, Prosser e Ahmed, em 1973 e discutidas por Smith (1996):

- Educação formal: sistema de educação hierarquicamente estruturado e cronologicamente graduado, da escola primária à universidade, incluindo os estudos acadêmicos

e as variedades de programas especializados e de instituições de treinamento técnico e profissional.

- Educação não formal: qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possui objetivos de aprendizagem.

- Educação informal: verdadeiro processo realizado ao longo da vida em que cada indivíduo adquire atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos da experiência cotidiana e das influências educativas de seu meio – da família, no trabalho, no lazer e nas diversas mídias de massa.

Para Gohn (1999), a educação não formal trata de um processo com várias dimensões e destaca os vários espaços onde se desenvolvem as atividades de educação não formal como as associações de bairro, os sindicatos, as organizações não-governamentais, os espaços culturais e as próprias escolas, ou seja, nos espaços interativos dessas com a comunidade educativa. Para ela, entretanto, a educação não formal não contempla experiências vivenciadas com a família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros etc., sendo estas categorizadas como educação informal, já que possuem caráter espontâneo e permanente.

Já Falk e Dierking (2002) cunharam a expressão free-choice learning (aprendizagem por livre escolha) como forma de enfrentar a confusão entre os termos formal, não formal e informal. Para eles, a “aprendizagem por livre escolha” é todo tipo de aprendizagem que pode ocorrer fora da escola, especialmente em museus, centros de ciências, organizações comunitárias e nas mídias impressa e eletrônica (incluindo a internet). Rogers (2004), afirma que a educação não formal e a informal, em conjunto com a educação formal, devem ser vistas como um continuum em

vez de categorias estanques, apontando mais para a articulação entre essas modalidades do que para a separação.

Em síntese, a expressão educação não formal é polissêmica, fruto também do fato de ser constituída pela própria negação da ideia: aquilo que não é formal! Há também referências na literatura que optam por utilizar outras expressões e conceitos que se aproximam da ideia de não formal ou mesmo dialogam com ela como “pedagogia social” e “educação social”, “educação integral”. Uma rápida busca na internet sobre o termo não formal revela que muitas vezes a diferenciação se dá em bases de valores sobre práticas mais conservadoras e transmissivas (formais) e aquelas mais participativas e auto-gestionadas. Deve-se contudo ter cuidado com esta valoração, pois ela não considera a pluralidade das práticas educativas escolares e os próprios desafios da educação não formal.

Bibliografia Usada

CAZELLI, S. Divulgação Científica em espaços não formais. In: Anais do XXIV Congresso da Sociedade de Zoológicos do Brasil, Belo Horizonte, p. 10-10, 2000.

FALK, J.; DIERKING, L. D. Lessons Without Limit – how free-choice learning is transforming education. California: Altamira Press, 2002.

GOHN, M. G. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

MARANDINO, M.; SILVEIRA, R. V. M.; CHELINI, M. J.; BIZERRA, A. F.; GARCIA, V. A. R.; MARTINS, L. C.; LOURENÇO, M. F.; FERNANDES, J. A.; FLORENTINO, H. A. A educação não formal e a divulgação científica: o que pensa quem faz? In: Atas do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Ciências – ENPEC. 2004.

ROGERS, A. Looking again at non-formal and informal education - towards a new paradigm. Disponível em: <http://www.infed.org/biblio/non_formal_paradigm.htm>. Acesso em: 28 de set. 2007.

SMITH, M. Non formal education. 1996. Disponível em: <<http://www.infed.org/biblio/b-nonfor.htm>>. Acesso em: 28 de set. 2007.

Bibliografia Sugerida

CHAGAS, I. Aprendizagem não formal/formal das ciências: relação entre museus de ciências e as escolas. Revista de Educação, Lisboa, v. 3, n. 1, p. 51-59, 1993.

COOMBS, P. H. The world educational crisis: a systems analysis. Oxford: Oxford Press, 1968.

DELORS, J. et al. Learning: the treasure within. Report to UNESCO of the Twenty-first Century. Paris: UNESCO Publishing, 1996.

FALK, J. Free-Choice Science Learning: framing the discussion. In: FALK, J. Free-Choice Science Education – How We Learn Science Outside of School. Nova York: Teachers College Press, 2001.

FAURE, E. et al. Learning to be: the world of education today and tomorrow. Paris: UNESCO/Harrap, 1972.

GOHN, M da G. Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010, 104 p.

GOMES DIESTE, C.; MARTINEZ LATRE, C; PERRUCA CALVO, P.; ROS MAORAD, P.; VELILLA CALASELL, E. Educación no Formal en el Museo. Demandas Culturales de la Sociedad. In: VI Jornada Nacionales DEAC – Museos. Museo Nacional de Escultura. Valladolid. p. 63-103, 1988.

TRILLA, J.; GHANEM, E.; ARANTES, V. A. (Org.). Educação formal e não formal: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.

UNESCO. Education for the twenty-first century: Issues and prospects. Paris: UNESCO,1998.

Martha Marandino

É bióloga formada pela Universidade Santa Úrsula, é mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo - USP. É atualmente Professora Associada da Faculdade de Educação da USP, onde coordena o Grupo de Estudo de Pesquisa em Educação Não Formal e Divulgação da Ciência. É membro do International Council of Museum/ICOM e do Comitê de Museus de Ciência e Tecnologia/CIMUSET e do Comitê de Educação e Ação Cultural/CECA.

Por “formação integral” entende-se o desenvolvimento pleno e harmônico de todas as componentes da vida humana: físicas, técnicas, materiais e econômicas, intelectuais, emocionais, políticas, éticas, artísticas, lúdicas, culturais e sociais. O conjunto unitário destas dimensões, indissociavelmente entrelaçadas e reciprocamente fecundadas, interliga a singularidade do indivíduo, como sujeito ativo e criativo, à rica diversidade dos outros, à imensidão da natureza e à complexidade do mundo, constituindo a personalidade inconfundível de cada um e a base fundamental de uma sociedade autogovernada e civilizada.

Hoje, como nunca, o direito inviolável e universal à formação integral, voltada a promover um ser humano uno e multilateral, tornou-se necessidade urgente e o maior desafio para a educação diante do modelo predominante de “globalização” que implementa um processo desintegrativo e destrutivo no nosso planeta. Sob o manto uniformizador de uma rede tecnológica e midiática que passa a ideia aparente de unificação mundial, uma minoria de grupos e países concentra um poder cada vez corrosivo que agrupa emocionalmente as massas, as domina pelo medo, as desagrega pela precariedade e as divide pelas desigualdades, pelas discriminações, pelas interdições e pela disseminação de muros de toda natureza. Incluída no sistema de forma subordinada e descartável, à maioria da população é oferecida uma visão parcial e distorcida do mundo, uma instrução técnica e operacional para o trabalho e uma ideologização unilateral que a torna permeável aos valores das classes dominantes.

Um número crescente de pensadores e artistas têm diagnosticado a atomização, a manipulação e a desagregação desencadeadas na época moderna, mostrando que o sentido do mundo encontra-se na construção de um modo de produção e reprodução

efetivamente integrado e que a realização do ser humano se alcança na totalidade orgânica de uma sociedade democrática que educa todos os seus cidadãos à autodeterminação, à criatividade e à socialização.

Entre as teorias mais significativas, a filosofia da práxis é a proposta que com maior eficácia apresenta um projeto de formação integral intimamente vinculado a uma concepção de mundo a ser construído democraticamente, capaz de promover transformações históricas e dialéticas entre objeto e sujeito, matéria e espírito, produção material e simbólica, política e filosofia, ambiente e cultura, população e instituições públicas, razão e paixão, ciência e arte, ser humano e natureza. A sua visão levanta a crítica não só das teorias que mutilam e deformam o ser humano, reduzindo-o exclusivamente ao âmbito ideal e espiritual, aos aspectos vulgarmente materialistas e naturalistas, aos interesses individualistas e privados, às expressões culturais particularistas, narcisistas e exibicionistas, mas desmascara também as narrativas hipócritas de conciliação paternalista entre as classes e os discursos de “democracia racial” que deixam tudo como está.

Recluso no cárcere fascista, Antonio Gramsci elaborou de forma original e clara uma proposta surpreendente de formação integral, sintetizada particularmente no Caderno 12, onde desenha os elementos constitutivos de uma educação ampla e “desinteressada” para todos e de uma “escola unitária de cultura geral em tempo integral” capaz de conectar trabalho intelectual e industrial com “toda a vida social”, de modo a desenvolver todas as potencialidades humanas e sociais e a criar nas massas populares a personalidade de protagonistas ativos em condições de dirigir a sociedade nas suas múltiplas dimensões. Os sujeitos desta formação

integral aprendem, livre e criativamente, a “pensar, estudar, dirigir e controlar quem dirige” e todos, cada um com suas especialidades, se tornam “intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao orgânico desenvolvimento de uma sociedade integral, civil e política”. A maior obra de arte, sem dúvida, que o Brasil com a sua especificidade e a humanidade na variedade das suas formas podem vir a produzir.

Bibliografia

FERRETTI, C.J. O pensamento educacional em Marx e Gramsci e a concepção de politecnicidade. *Trab. educ. saúde*, v. 7, suppl.1, p. 105-128, 2009.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 56. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MANACORDA, Mario A. *O princípio educativo em Gramsci*. Campinas: Alínea, 2008.

MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnicidade. *Trab. educ. saúde*, v.1, n.1, p.131-152, 2003.

SEMERARO, G. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. *Rev. Bras. Educ.*, Campinas, n. 16, p.95-104, 2001.

SEMERARO, G. *Gramsci e a Sociedade Civil: cultura e educação para a democracia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEMERARO, G. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. 3. ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2015.

Sites:

Gramsci e o Brasil – <http://www.acesa.com/gramsci/>

International Gramsci Society Brasil - www.igsbrasil.org

Giovanni Semeraro

Possui Graduação em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma/Itália, Mestrado em Filosofia da Educação pela Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ, Doutorado sanduíche em Filosofia Política na Università degli Studi di Padova/Itália, Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Pós-Doutorado na Universidade de Urbino/Itália. É Professor Titular na Universidade Federal Fluminense - UFF.

MEDIAÇÃO

Mirian Celeste Martins



Visitantes/obras/espacos.

Foto-ensaio composto por fotografias digitais realizadas no Rijksmuseum em Amsterdam; na 31ª Bienal Internacional de São Paulo; na Pinacoteca do Estado de São Paulo; e no Museu de Arte Antiga, em Lisboa.

Imagens podem ser a tradução deste verbete, pois desvelam sua força maior, não como explicação, mas como modo de pensar a aproximação estética com a arte, com o patrimônio cultural, com os espaços públicos e as instituições que os preservam, apresentam e os difundem. Mediação provocada pelas próprias obras, por dispositivos diversos, pela família, pelos amigos, pela ação de educadores em museus ou professoras e professores que levam

seus estudantes aos espaços expositivos, como vemos nas imagens.

O vocábulo “mediação” nasce do latim *mediatio*, do verbo *mediare* – dividir pela metade, estar no meio, advindo da raiz *med* (meio). O termo foi publicado na Enciclopédia Francesa de 1694 e pode ser compreendido na contemporaneidade como conceito, como função e como ação.

Como conceito [1], tem sido usado na advocacia e está regulamentada por leis. Aristóteles já anunciava a justiça corretiva como mediação utilizada como um método alternativo na busca de solucionar conflitos e resolver litígios de forma justa para as partes. Em processos educativos é um conceito vislumbrado por estudiosos como Vygotsky, Bakhtin, Dewey, Freire, Rancière, entre outros, que estabelecem estreita relação entre a arte e a vida. No senso comum, talvez por influências do uso jurídico, nota-se que o conceito pode ser entendido como “ponte” entre lados opostos. Para além dessa ideia, nas áreas de educação, arte e cultura, o “estar no meio” implica complexa posição de “estar entre”, que possibilita uma rede de múltiplas provocações e possibilidades de relações entre sujeitos, objetos, espaços e contextos envolvidos. Um território potente e de tensões que abrange estranhamentos, surpresas, choque, indignação, afinidades, gostos, resistências, aberturas, diálogos, trocas, percepções ampliadas, empatia, alteridade. Assim, considerando o ser humano como um ser histórico e social inserido em sua cultura, a mediação é compreendida como interação e diálogo que valoriza e dá voz ao outro, ampliando horizontes que levam em conta a singularidade dos sujeitos em processos educativos na escola ou fora dela. Podemos denominá-la como “mediação cultural”.

Como função [2], a mediação está vinculada aos programas/serviços educativos que hoje estão presentes em instituições culturais. Quando Bourdieu e Darbel publicaram, em 1969, sua pesquisa sobre os museus de arte na Europa e seu público, afirmaram que as instituições fortalecem laços ou excluem os que não tiveram na família ou na escola oportunidades de desenvolver o “amor pela arte”; nessa época, o responsável nos museus era o conservador. Hoje, o curador ganha maior espaço e, em algumas exposições, o responsável pelo programa educativo é denominado de curador pedagógico. Embora recebendo verbas consideráveis, este programa nem sempre tem a sua devida valorização e reconhecimento por parte das equipes que não estão diretamente vinculadas à educação. Como função, também vemos a passagem da denominação de “monitor” para o educador de museu, também chamado por vezes de mediador; entretanto, cabe apontar as diferenças entre a função e a ação mediadora.

Embora não haja uma única definição possível, compreender a mediação como ação [3] implica voltar-se ao conceito que o coloca “entre” outros na busca de uma maior aproximação com os objetos e as manifestações artísticas. Não basta o acesso tendo em vista a socialização da arte. Não bastam apenas informações gerais. Levamos em conta as diferentes necessidades do público com o oferecimento de diversos meios – como catálogos, materiais educativos, audioguias, jogos para a família, dispositivos específicos para grupos de surdos ou cegos, formação para aos educadores etc. – é importante e tem por objetivo facilitar o acesso e democratizar as culturas. Entretanto, para tornar a visita “uma experiência estética”, como diria Dewey, a atitude frente ao outro, frente aos objetos e ao próprio museu ou instituição cultural há de ser um convite à *aesthesis*, desarmando a anestesia que leva à indiferença. Um convite à disponibilidade e à abertura frente ao que lê e interpreta com seus próprios referenciais ampliados no diálogo e na multiplicidade de camadas de sentidos que a arte, os objetos, o patrimônio e as manifestações culturais evocam, nos espaços em que são preservados, expostos e divulgados. Um convite para aprofundar a percepção, para analisar detalhes e o todo, para trocar e ampliar os saberes diante da multiplicidade, do antigo e do novo, do familiar e do inesperado, do concreto, do histórico e do simbólico. Os estudos e as pesquisas têm se avolumado neste campo, assim como se vê surgir o que alguns denominam como *educational turn*, o que evidencia o caráter provisório de um verbete que poderia ser considerado em processo, enredado no dinamismo da cultura contemporânea.

Bibliografia

AIDAR, Gabriela; CHIOVATTO, Milene; AMARO, Danielle R (Coord.). Entre a ação cultural e a social: museus e educadores em formação. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2016.

Apresenta a experiência do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca de São Paulo na formação de educadores sociais, projetos socioeducativos com pessoas em situação de vulnerabilidade social, as ações do museu e o universo e formação dos educadores sociais e da educação não formal.

BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane G (Org.). Arte/educação como mediação cultural e social. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

Reunindo artigos escritos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros sob quatro tópicos – Questões da Mediação; Mediação em Museus e Centros Culturais; A mediação Cultural e o Contexto Educacional; Mediação e Reconstrução Social – este livro oferece abrangente visão sobre a mediação cultural e social.

BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin, dialogismo e construção de sentido. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

O livro reúne estudos sobre os principais conceitos, o contexto epistemológico e histórico de Bakhtin (1895-1975). Embora cercado a linguagem verbal, Bakhtin contribui com seu pensamento sobre a concepção histórica e social da linguagem.

BORDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Universidade de São Paulo: Zouk, 2003.

Neste livro publicado primeiramente em 1966 contando com grande equipe de pesquisadores e modelo matemático de análise, os autores apresentam uma minuciosa pesquisa sobre os museus de arte na Europa e seu público. Atestam que o nível de instrução é a marca dos que frequentam os museus desvelando a importância da família e da educação. Embora o panorama tenha mudado, o livro alicerça a importância do museu que pode ainda hoje fortalecer laços ou afastar aqueles que não tiveram na família ou na escola oportunidades de desenvolver o “amor pela arte”.

CAUNE, Jean. Cultura e Comunicação: convergências teóricas e lugares de mediação; tradução Laan Mendes de Barros. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Considerando os aspectos comunicacionais da mediação e que “Na verdade, a obra de arte está baseada em estruturas de percepção que são culturais e não naturais” (p.115), o estudioso distingue a mediação artística e a mediação estética. A primeira, operatória, cerca a obra de arte como sensibilização ou apresentação, facilitando o acesso à obra ou ao objeto artístico; a segunda é da ordem da experiência estética, como fonte de relações sensíveis que se desenvolve no campo social. A diferença não se dá em relação a sua natureza, mas à sua visão estratégica.

DEMARCHI, Rita. Ver aquele que vê: um olhar poético sobre os visitantes em museus e exposições de arte. Tese de Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1925>>. Acesso em: 10 de set. 2017. A captura poética de flagrantes nas exposições e reflexões teóricas compõe esta pesquisa de cunho fenomenológico que discute questões na paisagem contemporânea como o excesso, o espetáculo, o consumo, a velocidade, o turismo, nomeados como penumbra que alimenta atitudes de visitantes como sujeitos fugidios. Em meio à penumbra, ao labirinto e ao crepúsculo, o trabalho vislumbra a experiência estética como terreno do peregrino.

DEWEY, John. Arte como experiência. tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010 (Coleção Todas as Artes).

Este livro de John Dewey (1859-1952) se origina de dez conferências realizadas em 1931 na Universidade de Harvard quando o filósofo, educador, psicólogo e cientista político e social tinha 72 anos. O conceito de experiência estética é um dos aspectos centrais para o conceito de mediação, assim como o valor dado à criação do leitor de qualquer obra.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 14. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Reunindo textos escritos entre 1968 e 1974, este livro complementa outro – Educação como prática da liberdade, escrito em 1965. Em ambos, a proposta de uma educação voltada para o sujeito implicado em sua realidade e sua transformação pautada na humanização que aspira a liberdade, a descolonização, a educação vista não como a transferência de conhecimento mas como autêntico “ato de conhecer”.

MARTINS, Mirian Celeste (Org.). Pensar juntos mediação cultural: [entre]laçando conceitos e experiências. São Paulo: Terracota, 2014.

Escrito por integrantes do Grupo de Pesquisa Mediação Cultural: provocações e contaminações estéticas/ GPeMC filiado à Universidade Presbiteriana Mackenzie, o livro reúne artigos sobre os vários territórios da mediação cultural: experiência estética; acesso cultural; patrimônio cultural; ação e criação docente; formação do professor/mediador; curadoria educativa e mediação como [com]tato.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa. Mediação cultural para professores andarilhos na cultura. São Paulo: Intermeios, 2012.

Diferentes experiências no exercício da mediação cultural e no pensar sobre elas tecem textos nascidos em momentos diversos para o estudo e a prática na formação de educadores para ações educativas em instituições culturais e educacionais.

RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2012.

Após escrever Mestre Ignorante, Rancière amplia a reflexão sobre o ato embrutecedor daquele que explica ressoando na questão do espectador, como um participante ativo. Discute também o pensamento crítico, a arte política e as imagens, especialmente a fotografia.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Horizontes culturais: lugares de aprender. São Paulo: FDE, 2008. Disponível em: <<http://educacao.faber-castell.com.br/wp-content/uploads/2014/07/Horizontes-Culturais-Lugares-de-aprender.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2017.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. Psicologia Pedagógica. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Psicologia e Pedagogia)

Entre outros livros de Vigotsky que abordam a relação com a arte, neste encontramos um capítulo dedicado à Educação Estética. Valorizando a vivência artística como criação, como catarse que amplia o olhar, o estudioso introduz a educação estética na própria vida acreditando nas potencialidades criadoras do ser humano.

Além dos livros citados há outros listados abaixo. Recomenda-se a busca por dissertações, teses e artigos sobre mediação cultural, além da pesquisa em sites de museus que com frequência oferecem materiais educativos.

DESGRANGES, Flávio. A pedagogia do espectador. São Paulo: Hucitec, 2003.

LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana (Org.). Museu, Educação e Cultura: encontros de crianças e professores com a arte. Campinas: Papyrus, 2005.

NETZEL, Adair; CARVALHO, Carla (orgs.). Mediação cultural, formação de leitores e educação estética. Curitiba: CRV, 2016.

PEIXOTO, Maria Inês Hartmann. Arte e grande público: a distância a ser extinta. Campinas: Autores Associados, 2003.

PINHEIRO, Anderson (Org.) Diálogos entre arte e público: caderno de textos I “ - (...) dos diálogos que temos aos diálogos que queremos (...)”. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, v.1, 2008.

_____. Diálogos entre arte e público: caderno de textos II – Educadores entre museus e salas de aula: que diálogos são esses? Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, v.1, 2009.

_____. Diálogos entre arte e público: caderno de textos III – Acessibilidade cultural: o que é acessível, e para quem? Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, v.1, 2010.

WILDER, Gabriela S. Inclusão social e cultural: arte contemporânea e educação em museus. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

Mirian Celeste Martins

É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura e do curso de Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora aposentada do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista - Unesp, com mestrado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - USP e doutorado na Faculdade de Educação da USP. Atuou na coordenação de programas educativos na 25ª Bienal de São Paulo, 4ª Bienal do Mercosul além de outras em que também criou materiais educativos.

A expressão “museu integral” faz parte dos documentos finais que cuidaram da sistematização dos debates, resoluções, recomendações e encaminhamentos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada no período de 20 a 31 maio de 1972. É indispensável registrar que foi durante o governo socialista, democraticamente eleito, de Salvador Allende, que se realizou essa bem famosa Mesa Redonda que tratou do tema: “A importância e o desenvolvimento dos museus no mundo contemporâneo”. O curioso, no entanto, é que a expressão “museu integral” nos documentos produzidos à época não é hegemônica e não traduz inteiramente a ideia de seu principal formulador, o cientista e museólogo argentino conhecido como Mario Teruggi.

No conjunto dos documentos da Mesa Redonda de Santiago do Chile as expressões “museu integral”, “museu integrado” e “museu social” estão presentes e são potentes, ainda que gradualmente, ao longo do tempo, as duas últimas tenham sido esvaziadas. O que seriam enfim o “museu integral”, o “museu integrado” e o “museu social”? Nos documentos de Santiago do Chile não há muita distinção entre estas três expressões.

Para Hugues de Varine o “sentido verdadeiramente inovador, senão revolucionário” da Mesa Redonda de Santiago do Chile está situado em duas noções: 1ª - a de “museu integral”, “que leva em considera-

ção a totalidade dos problemas da sociedade” e 2ª - a de “museu como ação”, que compreende o museu como ferramenta, como “instrumento dinâmico de mudança social”¹.

O próprio Hugues de Varine diz: “A meu ver é, aliás, lamentável que o vocábulo “ecomuseu”, nascido em outras circunstâncias e com outros objetivos, tenha substituído o de museu integral, como que em um retorno ao eurocentrismo. Na própria América Latina, o encontro de Santiago não teve muitos resultados concretos para os museus: o conservadorismo local acabou por se impor. Mas no México as experiências de “casa del museo”² e de museus locais, e até mesmo escolares, deveram muito à doutrina do museu integral. E é certo que muitos museólogos, na América Latina e alhures, refletiram e continuam a refletir segundo as mesmas diretrizes”³.

A proposta de criação de um novo tipo de museu que também poderia ser chamado de “museu integrado” ou de “museu social” foi explicitada, como anteriormente indicado, por Mario Teruggi. No documento que registra o debate sobre “o museu e o meio urbano”⁴, sob a rubrica “museu social”, encontra-se a seguinte referência:

“Finalmente, quase no final da sessão sobre a missão do museu em relação ao ambiente urbano, uma ideia que vinha se formando quase desde o início da mesa-redonda assumiu a forma de uma proposta prática”. Essa ideia

¹Ver o texto “A respeito da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972)”, de Hugues de Varine, publicado em 2010, no livro O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados, organizado por Maria Cristina Oliveira Bruno, São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.

²Vale observar que as expressões “casa del museo” e “ecomuseu” guardam entre si estreitas correspondências.

³Ver o texto “A museologia se encontra com o mundo moderno”, de Hugues de Varine, publicado em 2012, no livro Mesa Redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos em el mundo contemporáneo, organizado por Allan Trampe, Paula Assunção dos Santos e J. N. Júnior, Brasília: Ibram/MinC: Programa Ibermuseos. Disponível em: http://www.iber museums.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_1.pdf

⁴Idem, V.I, p.62-63.

havia surgido em torno da questão da integração entre problemas rurais e urbanos e continuou a tomar corpo com a contribuição de grupos multidisciplinares para a organização de exposições, que incluíam sociólogos, antropólogos, educadores.

Finalmente, o participante argentino, o Dr. Mario Teruggi, sugeriu a criação de um novo tipo de museu, no qual o homem seria mostrado juntamente com o seu ambiente. Cada exposição, independentemente do tema que abordasse e do museu no qual fosse realizada, deveria vincular o objeto ao ambiente, ao homem, à história, à sociologia e à antropologia.

Um museu dessa natureza deveria ser, efetivamente, um centro de pesquisa composto por especialistas em várias disciplinas, trazendo uma abordagem diferente para o estudo do mesmo objeto.

A criação desse novo tipo de museu não seria uma tarefa fácil e seria necessário adquirir experiência para esse fim.

O representante do México ofereceu o Museu Nacional de Antropologia para ser o centro de uma exposição temporária que serviria de projeto piloto. A instituição arcaria com os custos envolvidos. Havia a possibilidade de outros museus também organizarem exposições semelhantes sobre outros temas para acelerar o processo de execução do projeto.

A ideia foi recebida com entusiasmo e foi designado um grupo, composto por seu proponente, o Dr. Mario Teruggi, e pelo Sr. Mario Vázquez e a Sra. Dussan, para definir o plano e lançar as bases para o “museu social”, como foi inicialmente chamado.”⁵

A citação é longa, mas é indispensável para o argumento que aqui se constrói. No documento final da Mesa Redonda de Santiago do Chile a expressão “museu social”⁶ não foi incluída. No entanto, lá estão presentes as expressões “museu integral”⁷ e “museu integrado”, como se fossem sinônimos. É possível imaginar que depois de alguns debates, de algumas discussões e tensões a expressão “museu social” tenha sido abandonada, inclusive em virtude de componentes políticos e ideológicos. Como explicar, no entanto, que ao longo dos últimos 45 anos a expressão não tenha sido retomada e ressignificada?

⁵Idem, V.I, p.62-63.

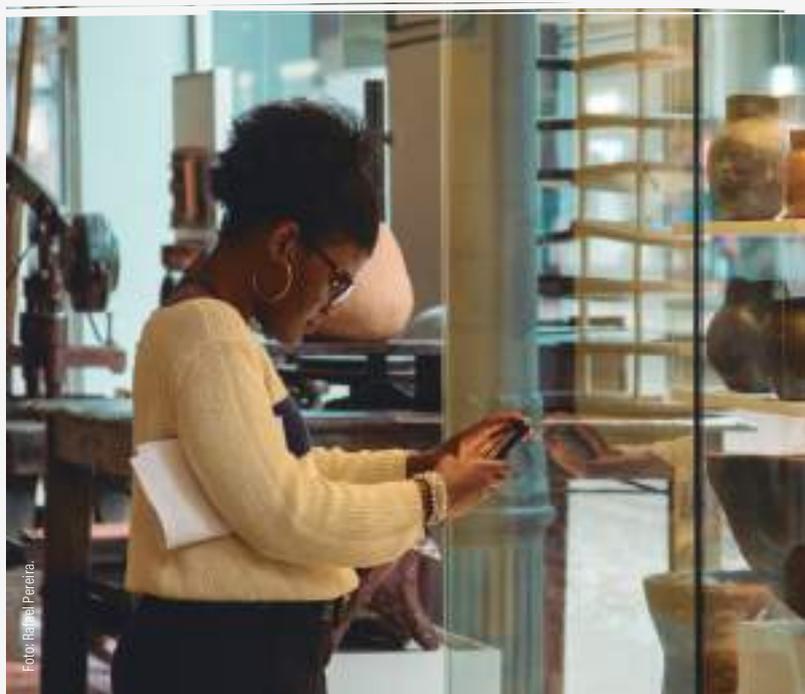
⁶Idem, V.I, p.29

⁷Idem, V.I, p.30.

Olhando por outro lado. Por mais que os participantes da Mesa Redonda de Santiago do Chile tenham investido em não estabelecer distinções entre o “museu integral” e o “museu integrado” existem diferenças conceituais entre essas expressões e elas não são pequenas. No presente texto elas não serão aprofundadas, serão apenas enunciadas.

Parece indispensável dizer que o “integral” guarda um desejo de totalidade, de completude, de irrestrrição, de absoluto. O integrado, ao contrário, deseja fazer parte, harmonizar-se, adaptar-se, contribuir, participar de modo orgânico. Parece igualmente importante dizer que o desejo de integrar-se ao integral também pode estar presente no desejo do integrado.

Como pode ser observado, a expressão “museu integral” fez e continua fazendo parte das disputas de sentido e de narrativa sobre práticas e teorias que continuam impactando o mundo contemporâneo. O presente texto leva em consideração o contexto histórico das práticas e teorias museológicas produzidas no Brasil modernista e contemporâneo. Nesse sentido, não deve ser olvidado o passado “integralista” da museologia brasileira. Esse passado deveria servir como um alerta para um uso mais cuidadoso e cada vez mais contextualizado da expressão “museu integral”.



Oficina de Formação de Professores - Olhares do patrimônio. Museu de Artes e Ofícios (MG).

Bibliografia

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010.

MAIO, Marcos Chor. Nem Rothschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

TRAMPE, Allan; SANTOS, Paula Assunção; JUNIOR, José do Nascimento (Orgs.). Mesa-redonda sobre la importância y el desarrollo de los museos em el mundo contemporâneo 1972. Brasília: Ibram; MinC, 2012. (Programa Ibermuseos). v. 1 e 2.

Mario de Souza Chagas

É époeta, possui graduação em museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, licenciatura em Ciências pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, mestrado em Memória Social pela Unirio e doutorado em Ciências Sociais pela UERJ. Atualmente é professor da Unirio, com atuação na Escola de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS e diretor do Museu da República - IBRAM/MinC.



Oficina de Formação de Professores - Olhares do patrimônio. Museu de Artes e Ofícios (MG).

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Luiz Guilherme Vergara

Neste cenário contemporâneo de conflitos e enfrentamentos, identifica-se a importância do planejamento participativo como mediação, acontecimento solidário (SANTOS) ou comunitário, estratégia de resistência de baixo para cima (grassroots utopia) diante da gravidade dos regimes de poder dominantes ou alienantes do primado econômico do capital. Sua trajetória tem ressonância com as lutas libertárias, indissociáveis da produção de subjetividades, valores e significação compartilhados, que envolvem museus e escolas, jogos e festas populares comunitárias cuja manutenção e circulação alimentam vínculos intergeracionais e imaginários e do poder-herança imaterial do simbólico artístico-cultural, dando territorialidade e corporeidade espiritual a uma comunidade ou povo.

É através desta unidade popular simbólica e ecológica que o participativo se traduz também em agenciamento de cuidados coletivos, sociais, artísticos e culturais, integrando de forma holística as redes públicas de saúde, educação, assistência, habitação, lazer etc.

A complexa conjugação entre Planejamento & Participação, entre planejar a participação, participar do planejamento, planejar participante e o participar planejante, incluindo outras variações, remete a muitas leituras entre as quais a “visão em paralaxe” de Slavoj Žižek , o “equilíbrio frágil” de Sennett e até mesmo as raízes dos movimentos anarquistas.

Em primeiro lugar, essa complexa convergência tanto pode ser vista como um sintoma de amadurecimento social responsivo à necessidade de mudanças das esferas de governança público-privadas quanto à intuição que incorpora uma memória social ressur-

gente do que pode-se chamar de pragmática utópica para o crescente papel das organizações sociais para o século XXI.

O planejamento participativo deve ser visto como um jogo, meio e fim, onde todos os lados das micro e macropolíticas institucionais ou das organizações sociais ficam expostos. Mas, sem dúvida, ele é parte de uma prescrição terapêutica emergencial para o contemporâneo. Os planejamentos participativos devem ser reconhecidos como instrumentos de luta contínua, mediação e transformação da realidade social dentro de uma estrutura viva com lentes multifocais que contemplem suas singularidades, considerando caso a caso os riscos de contaminação microfascista presentes nas relações humanas. Há que se reconfigurar continuamente como os propositores, planejadores e gestores públicos, decisores maiores e menores (dos governos, setor empresarial etc., termo bem apropriado de Milton Santos), mas também, agentes, artistas, educadores e ativistas, incorporam o participativo em seus processos consultivos, diretivos ou normativos de suas organizações. Para tanto, é preciso se reinventar o sentido de comunidade, consciência e ação direta do comum no seu espelhamento sistêmico, como heterotopias ou terapêuticas das mudanças em processo na realidade social.

Bibliografia

- ANDRADE, Oswald. A utopia antropofágica. São Paulo: Globo, 1990.
- ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: _____. A condição humana. São Paulo: Forense Univesitária, 1981.
- BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luiz. Dialogismo, polifonia, intertextualidade. São Paulo: EDUSP, 2003.
- BOURDIEU, P. O amor pela arte. São Paulo: EDUSP, Zouk, 2003.
- BOURRIAUD, Nicolas. Estética relacional. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- DE VARINE, Hugues. As raízes do futuro: o patrimônio do desenvolvimento local. Porto Alegre: Madianiz, 2012.
- DE VARINE, Hugues. Entrevista concedida a Mario Chagas. Cadernos do CEOM, Unochapecó, ano 27, n. 41, p. 243, dez. 2014. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2605/1504>>. Acesso em: 15 de out. 2016.
- DUBATTI, Jorge. Filosofia del teatro I: convivio, experiencia, subjetividade. Buenos Aires: Atuel, 2007.
- ESPINOSA, Baruch de. Ética demonstrada segun el orden geométrica. México: Fondo de Cultura Econômica, 1985.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços - heterotopias. In: _____. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.
- GADAMER, Hans-Georg. La actualidad de lo bello. Buenos Aires: Ediciones Paidós, 2008.
- GEERTZ, C. A arte como um sistema cultural. In: _____. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GUATTARI, Felix. A transversalidade. In: _____. Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- GUATTARI, Felix. Três ecologias. São Paulo: Papyrus, 2002.
- ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas. Petrópolis: Vozes, 1985.
- KESTER, Grant. Colaboração, arte e subculturas. In: SESCSP. Caderno Videobrasil 02: Arte mobilidade sustentabilidade. São Paulo: SESCSP, 2006.
- SANTOS, Milton. O processo espacial: a acontecer Solidário. In: _____. A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2002. p. 165-168.
- SANTOS, Paula Assunção dos. A mesa de Santiago para pensar o futuro. In: JUNIOR, José do Nascimento; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (Org.). Mesa Redonda Sobre la Importancia de Los Museos en El Mundo Contemporâneo. Revista Museum, v. II, p. 9-10, 1973. Disponível em: <http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_II.pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2018.

VERGARA, Luiz Guilherme. Dilemas éticos do lugar da arte contemporânea. Acontecimentos Solidários de Múltiplas Vozes. Visualidades (UFG), v. 11, p. 59-81, 2013.

VERGARA, Luiz Guilherme. Potência frágil da arte contemporânea: Terapêuticas antropofágicas em tempos de florestas, museus e laboratórios. Revista NAVA, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jan/jun. 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistanava/edicao-atual>>. Acesso em: 15 de jan. 2018.

Artigos disponíveis na internet:

BEY, Hakim. Caos: terrorismo poético e outros crimes exemplares. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 99-117, 2013.

FREITAS, Bruno Peres. Caminhos do planejamento: alternativas de reflexão e ação na contemporaneidade. Cadernos Zygmunt Bauman, v. 5, n. 10, 2015.

MAHKU. Movimentos dos artistas Huni Kuin. <https://www.facebook.com/movimentosdosartistashunikuin/>

Mariana Várzea. Museu mais Aberto
Rede Web de Museus da Secretaria - Acervos
Política Setorial de Museus.

MUSEU – CAMPANHA ISTO PERTENCE A VC: (REPROGRAME) http://reprograme.com.br/wp-content/uploads/2016/02/reprograme_vol_2.pt_.pdf

MUSEUS ABERTOS E RELEVANTES - NINA SIMON – A ARTE DA RELEVANCIA - <http://www.artofrelevance.org/>

SZANIECKI, Barbara et al. Mapa-Praça-Máquina: experimentos de design no espaço público. Arcos Design, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign/article/view/30947>>. Acesso em: 15 de jan. 2018.

TIBOLA, Talita; SZANIECKI, Barbara. Pragmatismo do disforme no design. Revista Trágica, estudos de filosofia de imanência, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 86-95, 2016.

Prof. PhD. Associado. Luiz Guilherme Vergara,

É Professor PhD. Associado do Departamento de Arte, Pós-Graduações em Estudos Contemporâneos das Artes e Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense - UFF. Coordena Grupo de Pesquisa: Interfluxos Contemporâneos - Arte e Sociedade, explorando os dilemas éticos da arte e cultura contemporânea. Curador/diretor do Museu de Arte Contemporânea de Niterói - MAC de 2005-2008 e 2013-2016.

POLÍTICA EDUCACIONAL, MISSÃO EDUCATIVA, PROGRAMA EDUCATIVO E CULTURAL

Luciana Conrado Martins

A política educacional de um museu é a base que orienta as ações educacionais institucionais. Ela engloba tanto as diretrizes de nível estruturante quanto as diretrizes de nível intermediário e operacional da educação em um museu ou processo museológico. Ou seja, a política educacional é o todo educacional museal, incluindo a estrutura e a operação desse fazer educacional.

É importante considerar que o termo política educacional refere-se também às políticas públicas, que direcionam as diferentes tipologias e processos educacionais existentes na sociedade. Na área da educação em museus, existem alguns marcos legais referenciais para as políticas públicas: o Estatuto de Museus (Lei nº 11.906/2009) e a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), além de documentos oficiais, como o Plano Nacional Setorial de Museus.

Os dois níveis apontados (institucional e público) são dimensões do funcionamento do campo da Educação Museal, que influenciam de diferentes maneiras a forma como a educação irá acontecer em cada museu (MARTINS, 2011).

Para melhor caracterizar como as políticas educacionais museais funcionam, dois aspectos podem ser ressaltados. O primeiro deles refere-se à não obrigatoriedade do cumprimento das políticas públicas da área museal, já que a legislação específica¹ estru-

tura-se, em sua maioria, como recomendações, às quais os museus podem ou não aderir (MARTINS; MARRANDINO, 2013). Ou seja, os marcos legais são apropriados pelos museus a partir de parâmetros próprios de realização, nos quais diferentes forças – financiamento, equipes internas, equipes dos órgãos gestores, públicos visitantes – atuam para a implementação das normas prescritas. Essa dinâmica do funcionamento da área traz um desafio importante para a implantação e a aderência a uma política educacional, na medida em que a educação ainda é uma prática de importância “contestada” nas instituições museais².

O segundo aspecto a ser considerado é a intensa participação da sociedade civil na construção das políticas públicas museais, especialmente as de educação. O processo de constituição da PNEM é um exemplo desse envolvimento. Educadores de museus, professores, redes de educadores de museus e interessados no tema contribuíram, durante as diversas fases do processo³, trazendo para o debate público a importância da educação nos museus na contemporaneidade. Essa participação parece apontar para uma maior permeabilidade da política no que se refere aos setores educativos das instituições. O futuro estudo do ciclo da PNEM⁴ irá evidenciar como acontecerão a inserção e a utilização da política, tanto no nível da prática institucional quanto governamental.

O Programa Educativo e Cultural é um dos compo-

¹A legislação que regula a área museal no Brasil é denominada Estatuto de Museus (Lei nº 11.906/2009). Para mais informações sobre a legislação sobre museus ver: Legislação sobre museus [recurso eletrônico] : Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série legislação ; n. 268 PDF) .

²Para mais detalhes sobre as disputas em torno da educação nos museus, ver Martins (2013), Seibel-Machado (2009) e Valente (2008).

³Sobre o processo de elaboração da PNEM, ver o texto intitulado “Processo de desenvolvimento da PNEM” na presente publicação.

⁴A fase de implementação da política é quando as regras, as legislações e os processos transformam-se de intenções em ações (O’TOOLE JR., 2003).

nentes da política educacional de um museu, e o documento no qual se estabelecem as diretrizes estruturantes e de ação da instituição. Ele define, entre outros aspectos, a missão e os objetivos educacionais do museu, assim como detalha seus programas e ações. Sua estrutura é bastante variável, dependendo dos processos educacionais em curso ou almejados⁵. A aderência da equipe do museu às propostas do programa pode ser potencializada se de sua construção participarem, além dos educadores, a comunidade museal envolvida com o museu e as equipes de profissionais das diferentes áreas.

A missão educacional faz parte do nível estruturante da política educacional. Ela pode ser considerada o coração da política, pois define o motivo de um museu desenvolver um processo educacional. Sua redação deve estar no Programa Educativo e Cultural expressando, de maneira direta, aquilo que precisa ser realizado cotidianamente pelas equipes do museu. Mais uma vez coloca-se a importância de a missão educacional estar em diálogo com a missão institucional, evidenciando a importância do papel social e educacional dos museus na atualidade.

Referências

IBRAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Brasília: Ibram, 2016.

LEGISLAÇÃO SOBRE MUSEUS [recurso eletrônico] : Lei n° 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, Lei n° 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série legislação ; n. 268 PDF). Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/14599>. Acesso em: 19 fev. 2018.

MARTINS, Luciana Conrado. A constituição da educação em museus: o funcionamento do dispositivo pedagógico museal por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARTINS, Luciana Conrado; MARANDINO, Martha. Políticas de financiamento da educação em museus: a constituição das ações educacionais em museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. Ensino em Revista, v. 20, n. 1, p. 57-68, jan./jun. 2013.

O'TOOLE JR., Laurence J. Interorganizational relations in implementation. In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (Eds.). Handbook of public administration. London; California: Thousand Oaks; Sage Publications, 2003.

SEIBEL-MACHADO, Maria Iloni. O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do Museu da Vida. 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VALENTE, Maria Esther. Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970. 2008. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

O tema das políticas educacionais nos museus ainda é muito recente e pouco explorado na bibliografia, tanto nacional quanto internacional. Uma perspectiva para compreensão da constituição do campo da Educação Museal, e, conseqüentemente, de suas políticas, são os documentos resultantes de reuniões de associações de profissionais e instituições museais.

⁵Para diretrizes sobre a composição do Programa Educativo e Cultural, veja Ibram (2016) e o texto "A PNEM na prática: inspirações para a Educação Museal" deste caderno.

São exemplos de documentos com impactos na Educação Museal: as recomendações do “Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus” (Rio de Janeiro, 1958); os resultados da “Mesa-Redonda de Santiago do Chile sobre o Papel do Museu na América Latina” (Chile, 1972); a Declaração de Quebec (Canadá, 1984); as recomendações do seminário “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”, organizadas na Declaração de Caracas (Caracas, 1992); e, mais recentemente, a Carta de Petrópolis, resultante do I Encontro de Educadores dos Museus do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) (Petrópolis, 2010).

Análises dos impactos dos documentos citados para a constituição da Educação Museal no Brasil e de suas políticas, além de outros aspectos da constituição desse campo, podem ser encontrados em:

CASTRO, Fernanda Santana Rabello de. O que o museu tem a ver com educação? Educação, cultura e formação integral: possibilidades e desafios de políticas públicas de Educação Museal na atualidade. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MARTINS, Luciana Conrado. A constituição da educação em museus: o funcionamento do dispositivo pedagógico museal por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SEIBEL-MACHADO, Maria Iloni. O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do Museu da Vida. 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VALENTE, Maria Esther. Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970. 2008. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

Além desses estudos, existem também alguns trabalhos centrados na análise do impacto de políticas públicas em tipologias específicas de museus, em especial nos seus aspectos educacionais, como os mencionados a seguir:

CAZELLI, Sibebe. Alfabetização científica e os museus interativos de ciências. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1992.

NAVAS, Ana Maria. Concepções de popularização da ciência e da tecnologia no discurso político: impactos nos museus de ciências. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. Educação Museal – entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Unirio, 2010.

Uma outra vertente de publicações é composta de artigos e monografias que propõem caminhos para a formulação de sua própria política educacional, missão educativa e Plano Educativo-Cultural. O termo Policy Museum Education pode ser encontrado com relativa facilidade, associado ao planejamento estratégico de museus, nos quais aparece também a missão educativa. Já o Plano Educativo-Cultural pode apresentar diferentes nomenclaturas, como: Programa Educativo, Serviço de Ação Educativa etc. Alguns exemplos dessa tipologia de trabalho são:

BARRIGA, Sara; SILVA, Susana Gomes. Serviços Educativos na Cultura. Porto: Setepés, 2007. (Coleção

Públicos, n. 2). Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/27108437/Colecao-Publicos-Servicos-Educativos>>. Acesso em: 1º dez. 2017.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. Writing a museum education policy. Leicester: Department of Museum Studies, 1991. Disponível em: <https://members.museumsonario.ca/sites/default/files/members/EileanHooperGreenhillEducationPolicy_0.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2017.

MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION. Educação em Museus. São Paulo: Editora da USP; Fundação Vitae, 2001. (Série Museologia, n. 3). Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/download_arquivo/roteiro3.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2017.

PATCHEN, Jeffrey H.; RAND, Anne Grimes. Fostering effective free-choice learning institutions: integrating theory, research, practice, and policymaking. In: FALK, John.; DIEKING, Lynn. et al. (Eds.). In principle, in practice: museums as learning institutions. Lanham: AltaMira Press, 2007.

WILKINSON, Sue. Developing a policy for an education service. In: MOFFAT, H.; WOOLLARD, V. (Eds.). Museum and Gallery Education: a manual of good practice. Lanham: AltaMira Press, 2000.

Luciana Conrado Martins

Cursou História e fez mestrado e doutorado em Educação na Universidade de São Paulo (USP). Realizou cursos de especialização em Museologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e na Universidad de Valladolid, Espanha. Começou sua atuação em museus como educadora. É coordenadora da seção brasileira do Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (CECA-ICOM) e membro da Rede de Educadores de Museus de São Paulo.

Muitos termos designam os públicos presentes nos museus – convidados, visitantes, usuários, clientes, espectadores, consumidores, comunidade – de acordo com a visão da instituição e o contexto em que está inserida.

Os proprietários de coleções nos períodos medieval e renascentista decidiam quem poderia ter o privilégio de conhecer seu gabinete de curiosidades, seu salão com espécimes e obras de arte: nobres, estudiosos e membros da Igreja formavam o restrito “público” dessas coleções. Entre o final do século XVII e ao longo do século XVIII, inúmeras coleções particulares passaram para a tutela do Estado e de universidades e, mesmo parte daquelas que permaneceram sob a propriedade de particulares, abriram suas portas para um público que, embora mais amplo, era ainda muito seletivo e sujeito à obediência de horários e regras que lhe limitavam o acesso. Ao “abrir” suas portas, em 1759, o *British Museum* adotou um modelo de agendamento de visitas que, ao condicionar as visitas a uma autorização prévia por escrito, restringia suas dependências a uma elite de “notáveis” e “especialistas”. Havia então o controle de quem deve ou não frequentar museus.

A ideia do que é um museu, do que deve ser, está intimamente relacionada às expectativas do que possa ser o seu público. O museu nasce centrado nos objetos, nas coleções, mas, ao longo do tempo, essa centralidade desloca-se em direção às pessoas, ao ser humano. Este não é um processo linear nem unidirecional, ocorrendo em museus de várias partes do mundo em um movimento que se tornou mais intenso nos últimos 40 anos. Se os primeiros museus abertos à visitação pública, a partir do século XVII, tinham regras que restringiam e selecionavam seus públicos, no século XXI todas as pessoas, em teoria,

têm acesso garantido aos museus. Embora ingressos gratuitos e horários estendidos tentem quebrar os obstáculos para a visitação a museus, existem barreiras que, apesar de invisíveis, continuam dificultando a apropriação desses equipamentos culturais por toda a sociedade.

Os públicos de museus podem ser separados em diversas tipologias, de acordo com as questões e a abordagem da pesquisa. O potencial visitante distingue-se de um visitante efetivo, que realiza uma visita presencial, porque este último entra efetivamente no museu. Há públicos dos museus que o visitam virtualmente, bem como as exposições. A visita virtual pode se dar por meio da navegação de sites de museus, pela troca de fotografias e filmes entre pessoas que os visitaram ou por meio de uma reportagem assistida pela televisão. Estes seriam públicos não presenciais, que têm contato com as exposições e os programas do museu de forma não corporal, física.

Dos públicos de museus são esperados diversos comportamentos. Vigiar é a ação mais duradoura instaurada pelos museus: guardas e seguranças observam os visitantes para que não quebrem, roubem ou prejudiquem os objetos em exposição; espera-se também que os próprios visitantes vigiem uns aos outros. Apreciar esteticamente obras de arte e outros objetos, assim como aprender sobre temas e formas apresentadas nas exposições e outras ações voltadas aos públicos, também são ações esperadas.

Participar das ações propostas aos públicos de maneira ativa, chegando a protagonizar algumas dessas ações, é a maneira por meio da qual alguns museus têm transformado a ação de seus públicos.

Esse movimento muda a ideia de que a quantidade

de público é determinante da qualidade das ações que o museu oferece, para a ideia de que a qualidade da experiência vivida pelo público no museu é mais importante.

Novos formatos de museus criam outras maneiras de participação dos públicos. Nos comunitários, a construção das exposições e de outros programas fica a cargo de pessoas da comunidade, que atuam junto com os profissionais no desenho da instituição.

A necessidade de públicos em museus é inegável, validando a importância de registro e divulgação do número de visitas. Trata-se de “número de visitas”, e não de “visitantes”, porque frequentemente uma mesma pessoa realiza mais de uma visita no período em que o registro é realizado. Para além do registro de números, os estudos de públicos visam identificar o perfil sociodemográfico, os hábitos culturais, as preferências, as percepções sobre a experiência da visita, as opiniões sobre os programas oferecidos pelos museus, entre outros temas. Tais estudos utilizam metodologias que acompanham as transformações do papel e das visões de e sobre os públicos de museus.

Bibliografia

Os estudos de públicos de museus passaram a ser mais conhecidos no início do século XX. Nos Estados Unidos, partiam de uma perspectiva derivada da Psicologia, como aqueles realizados por Benjamin Ives Gilman (1916) e Edward Stevens Robinson (1928).

A partir do final dos anos 1960, abordagens voltadas para a aprendizagem estão presentes nas pesquisas de Chandler G. Screven (1990) e Harris H. Shettel (1973).

Na Inglaterra, Roger Miles (1986a; 1986b) centra seus estudos no desenvolvimento de novas exposições do British Museum.

Em 1966, Pierre Bourdieu e Alain Darbel (2003) realizam obra que se tornou uma referência da análise sociológica francesa dos públicos de museus: “L’amour de l’Art: Les musées d’art européens et leur public”, traduzida tardiamente para português em 2003. Destacam-se, ainda na França, os estudos de Hana Gottesdiener (1987), que são do campo da Psicologia, e a pesquisa antropológica de Eliseo Verón e Martine Levasseur (1989).

A partir dos anos 1980 o número de estudos de públicos de museus vai se ampliando. Nos Estados Unidos, no Canadá, na França e na Inglaterra destacam-se autores como Roger J. Loomis (1987), John Falk e Lynn Dierking (1992), Zahava Doering (coordenou grupo de pesquisa de públicos da Smithsonian Institution onde publicou inúmeros estudos institucionais e artigos – vide <https://soar.si.edu/published-articles>), Marilyn Hood (1983), Stephen Bitgood (1992), M. B. Alt (1980), Beverly Serrel (1996), Judy Diamond (1986), Min-da Borun (1977); Colette Dufresne-Tassé (1997), Bernard Schiele (2016), Michel Allard (1998); Lucien Mironer (2001), Jaqueline Eildeman e Michel Van-Praët (2000), Daniel Jacobi (1997), Jean Davallon (1992), Anne Krebs (2003), Joëlle Le Marec (2001), Aymard de Mengin e Marie-Claire Habib (2005); Paulette MacManus (1991), Eileen Hoper-Greenhill (1994), entre muitos outros.

No México, estudos de públicos foram desenvolvidos por Arturo Monzon (1952), Rita Eder (1977) e Esther Cimet e Nestor García Canclini (1987), sendo que estes últimos deram força para as análises sociológicas. Ana Rosas Mantecón (2005) comenta, em seu artigo, parte dessas pesquisas.

Na Argentina e na Espanha, entre outros países ibero-americanos, também se produziram pesquisas de públicos significativas, sendo que algumas estão presentes na publicação do Observatório Ibero-americano de Museus (2014).

No Brasil, os primeiros estudos de público de iniciativa institucional relatados são da década de 1970. Em São Paulo, em 1976, o Museu de Arte de São Paulo pesquisou o perfil de seu público por três meses e interpretou esses dados em um relatório. Maria Cristina Bruno (1984), em sua pesquisa de mestrado, entrelaçou a avaliação da exposição com sua ação educativa.

Algumas pesquisas foram realizadas sobre a imagem dos museus para as pessoas, como a coordenada por Mario de S. Chagas (1987).

A primeira pesquisa acadêmica voltada especificamente para estudos de público no Brasil foi realizada por Cristina Silva (1989), em sua dissertação de mestrado. Baseada em estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a visitação de museus brasileiros, a autora sugeriu algumas metodologias de estudos de público.

No início dos anos 1990, alguns educadores realizaram pesquisas etnográficas de públicos de museus no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), como Sibelle Cazelli (1992), Beatriz Freire (1992) e Maria Esther Valente (1995).

Em pesquisa de avaliação realizada na Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), Adriana Mortara Almeida (1995) aplicou questionários e entrevistas aos visitantes do Museu do Instituto Butantan e analisou quantitativamente os dados sobre a compreensão da proposta da exposição e a aprendizagem dos conteúdos. Marília Xavier Cury (1999) também faz pesquisa de mestrado na área, tratando do tema a partir das teorias de comunicação.

Nos anos 2000, destaca-se a criação do Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC), que cria um protocolo a ser aplicado em museus do Rio de Janeiro (2005) e de São Paulo (2006-2007) e que gerou diversas publicações coordenadas por Luciana Sepúlveda Köptcke (OMCC, 2006; 2008; KÖPTCKE; CAZELLI; LIMA, 2008).

Um balanço sobre as pesquisas de públicos no Brasil é apresentado por Denise Studart, Adriana M. Almeida e Maria E. Valente (2003).

Nos anos 2010 foram realizados alguns estudos mais amplos de práticas culturais que incluem visitas a exposições museológicas, como os conduzidos por João Leiva ([s.d.]; 2013) em São Paulo e no Rio de Janeiro e pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) em todo Brasil (2013).

Além do OMCC, o Itaú Cultural ([s.d.]) tem observatório que congrega em seu site inúmeras informações da cultura, incluindo estudos de públicos.

ALLARD, Michel; LAROCHE, Marie-Claude; MEUNIER, Anik; THIBODEAU, Pierre. Guide de planification et d'évaluation des programmes éducatifs. Montréal: Les Éditions Logiques, 1998.

ALMEIDA, Adriana Mortara. A relação do público com o Museu do Instituto Butantan: análise da exposição 'Na natureza não existem vilões'. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ALT, M.B. Four years of visitor surveys at the British Museum (Natural History). *Museums Journal*, 80, p.10-19.

BITGOOD, Stephen. Does audience research from museum apply to zoos? A response to Milan & Wourms' article. *Curator*, 35(3), p.166-169, 1992.

- BORUN, Minda. Measuring the immeasurable: A pilot study of museum effectiveness. Washington DC: Association of Science-Technology Centers, 1977.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. Tradução de Guilherme João de Freitas Ferreira. São Paulo: Editora da USP; Zouk, 2003.
- BRUNO, Maria Cristina. O Museu de Pré-História: um museu a serviço da pesquisa científica. 1984. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- CAZELLI, Sibelle. Alfabetização Científica e os Museus Interativos de Ciências. 1992. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- CHAGAS, Mario de S. Museu: Coisa Velha, Coisa Antiga. Rio de Janeiro: Unirio, 1987.
- CIMET, Esther; CANCLINI, Nestor García. El público como propuesta: cuatro estudios sociológicos en museos de arte. México: Inba, 1987.
- CURY, Marília Xavier. Exposição: análise metodológica do processo de concepção, montagem e avaliação. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- DAVALLON, Jean. Introduction. Le public au centre de l'évolution du musée. Culture & Musées, Année 1992 (2), pp. 10-18, 1992.
- DIAMOND, Judy. The behavior of family groups in science museums. Curator, 29(2), p.139-154, 1986.
- DUFRESNE-TASSÉ, Colette. Comparaison du rôle de l'évaluation à l'école et au musée: implications pour la pratique muséale. In ALLARD, M. & LEFEBRE, B. Le musée, um lieu éducatif. Montréal: Musée d'Art Contemporain de Montréal, 1997, 353-361. EDER, Rita. et al. El público de arte en México: los espectadores de la exposición Hammer. Plural, México, v. 4, n. 70, p. 12-23, 1977.
- EILDEMAN, Jacqueline & VAN PRAËT, Michel. La Muséologie des sciences et ses publics: Regards croisés sur la Grande Galerie de l'Évolution du Muséum national d'Histoire naturelle, Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- FALK, John; DIERKING, Lynn. The museum experience. Washington: Whalesback Books, 1992.
- FREIRE, Beatriz. O encontro museu/escola: o que se diz e o que se faz. 1992. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- GILMAN, Benjamin Ives. Museum Fatigue. The Scientific Monthly, v. 2, n. 1, p. 62-74, jan. 1916. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/6127>>. Acesso em: 28 jan. 2018.
- GOTTESDIENER, Hana. Comportement des visiteurs dans l'espace des expositions culturelles. Psychologie Française, v. 32, n. 1/2, p. 55-64, 1987.
- HOOD, Marilyn. Staying away: why people choose not to visit museums. Museum News, v. 61, n. 4, p. 50-57, 1983.
- HOPER-GREENHILL, Eilean. Museums and their visitors. London; New York: Routledge, 1994.
- ITAÚ CULTURAL. Observatório Itaú Cultural. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/explore/observatorio/>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

JACOBI, Daniel. Les musées sont-ils condamnés à séduire toujours plus de visiteurs? La Lettre de l'OCIM no 49, p. 9-14, 1997.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda; CAZELLI, Sibeles; LIMA, José Matias de. Museus e seus visitantes: Relatório de Pesquisa Perfil-Opinião 2005. Brasília: OMCC; Iphan, 2008.

KREBS, Anne. Évaluation de la reception de l'exposition Léonard de Vinci: Dessins et manuscrits. Paris: Louvre, 2003.

LEIVA, João. A pesquisa. Pesquisa em São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.pesquisasp.com.br/pesquisa.html>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

_____. Hábitos culturais dos cariocas: população residente na cidade do Rio de Janeiro com 12 anos ou mais. Datafolha no Rio de Janeiro, out./2013. versão 2. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4478506/4113215/HabitosCulturaisCarioca.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

LE MAREC, Joëlle. Le Public: definitions et representations. Bulletin des Bibliothèques de France, v.2 (46), p.50-55, 2001.

LOOMIS, Roger J. Museum Visitor Evaluation. Nashville: American Association for State and Local History, 1987.

MACMANUS, Paulette. Watch your language! People do read labels. ILVS Review: A Journal of Visitor Behavior, v. 1, n. 2, p. 125-127, 1991.

MANTECÓN, Ana Rosas. Usos y desusos del patrimonio cultural: retos para la inclusión social en la ciudad de México. Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 13, n. 2, p. 235-256, 2005.

MENGIN, Aymard de; HABIB, Marie-Claire (orgs). Les Visiteurs: Synthèse des études 1986-2004. Cité des Sciences et de l'Industrie, DEP, p.7-8, 2005.

MILES, Roger. Lessons in "human biology". International Journal of Museum Management and Curatorship, v. 5, n. 3, p. 227-240, 1986a.

_____. Museum audiences. International Journal of Museum Management and Curatorship, v. 5, p. 73-80, 1986b.

MIRONER, Lucien. Cent musées à la rencontre du public. MINISTERE DE LA CULTURE ET DE LA COMMUNICATION ; DIRECTION DES MUSEES DE FRANCE ; DEPARTEMENT DES PUBLICS ; OBSERVATOIRE PERMANENT DES PUBLICS. - Cabestany : France Edition, 2001.

MONZON, Arturo. Bases para incrementar el público que visita el Museo Nacional de Antropología. In: INSTITUTO NACIONAL DE ANTROPOLOGÍA E HISTORIA, t. VI, 2ª parte, 1952, México. Anales... México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1952.

OBSERVATÓRIO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS. Estudos de Público de Museus em Iberoamérica. Brasília: IBERMUSEUS, 2014. Disponível em: <<http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2015/06/14850-1.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

OMCC – OBSERVATÓRIO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS. I Boletim: Pesquisa Perfil-Opinião. Rio de Janeiro: OMCC, 2006.

_____. II Boletim: Pesquisa Perfil-Opinião. São Paulo: OMCC, 2008.

ROBINSON, Edward Stevens. The behavior of the museum visitor. Washington: American Association of Museums, 1928. (New Series, n. 5). Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED044919.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

SCHIELE, Bernard. Visitor studies: a short history. *Loisir et Société / Society and Leisure* Vol. 39, Iss. 3, p. 331-356, 2016.

SCREVEN, Chandler G. Uses of Evaluation Before, During, and After Exhibit Design. *ILVS Review: A Journal of Visitor Behavior*, v. 1, n. 2, p. 33-66, 1990.

SERREL, Beverly. Exhibit labels: An interpretative approach. Walnut Creek, CA: Altamira Press, 1996.

SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Públicos de cultura. [s.l.]: [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/portal/site/publicosdecultura>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

SHETTEL, Harris H. Exhibits: art form or educational medium? *Museum News*, v. 52, p. 32-41, 1973.

SILVA, Cristina. Pesquisa de público em museus e instituições abertas à visitação – fundamentos e metodologias. 1989. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

STUDART, Denise; ALMEIDA, Adriana M.; VALENTE, Maria E. Pesquisa de Público em Museus: desenvolvimento e perspectivas. In: GOUVÊA, Guaracira.; MARANDINO, Martha.; LEAL, Maria Cristina. (Orgs.). Educação e Museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência. Rio de Janeiro: Editora Access; FAPERJ, 2003. p. 129-157.

VALENTE, Maria Esther. Educação em museus. O público de hoje no museu de ontem. 1995. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

VERÓN, Eliseo; LEVASSEUR, Martine. *Ethnographie de l'exposition: l'espace, le corps et le sens*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1989.

Os autores citados acima, assim como muitos outros, têm publicações no campo dos estudos de públicos em museus.

Periódicos

Publicados pela Visitor Studies Association (VSA):

- “Visitor studies: theory, research and practice” – Anais das Conferências da VSA de 1988 a 1996;
- International Laboratory for Visitor Studies (ILVS) – “ILVS Review: A Journal of Visitor Behavior” (1988-1992), “Visitor Behavior” (1986-1997) e “Visitor Studies Today” (1998-2006). Atualmente publica a “Visitor Studies”, pela editora Taylor & Francis;
- “Publics & Musées (Presses universitaires de Lyon)”, de maio de 1992, torna-se “Culture & Musées (Actes Sud)” em junho de 2003.

Sugestões de sites

<<http://observatorio.iberomuseus.org/pt/>> – Observatório Ibero-Americano de Museus.

<https://sic.cultura.gob.mx/publicaciones_ep.php> – Sistemas de Informação Cultural do México.

<<http://www.encyrm.edu.mx/index.php/publicaciones#publicaciones>> – dois volumes sobre estudos de públicos.

<<http://www.credoc.fr/publications/sourcing.php?theme=A3>> – Centro de Pesquisas para o Estudo e Observação das Condições de Vida (Crédoc, na sigla em francês) – estatísticas França.

Adriana Mortara Almeida

É historiadora com pós-graduação em Comunicações e Museologia. É diretora do Museu Histórico do Instituto Butantan e vice-presidente do Conselho Internacional de Museus – ICOM/BR. Atua nas áreas de educação e estudos de públicos em museus desde 1989. Participou das discussões sobre a Política Nacional de Educação Museal - PNEM em São Paulo e em Belém.

Conceito polissêmico, repleto de significados por vezes divergentes, afinal, a que nos referimos quando falamos em sustentabilidade?

Sem dúvida, o conceito de sustentabilidade é instigante, complexo e desafiador. Faz-nos pensar sobre as dimensões da vida em sociedade em suas relações com a natureza. Entre os anos de 1970 e 2000, foi concebido preponderantemente de modo multissetorial (econômico, cultural, político, social, ambiental e ecológico), em que se chegava a destacar apenas um desses aspectos (principalmente o ambiental ou o econômico). Era como se fossem dimensões independentes que por vezes interagiam, podendo ser tratadas em si mesmas.

Na literatura mais recente, esse modelo foi em muito superado, pois se entendeu que a sustentabilidade é o próprio resultado das interações entre todos esses aspectos. Afinal, não há sustentabilidade econômica sem justiça social e respeito à diversidade cultural. Assim como não há sustentabilidade ambiental sem respeito à dignidade humana ou sustentabilidade ecológica sem condições sociais mínimas garantidas a todas as pessoas com base em um novo patamar de relações sociais e de produção material.

Em linhas gerais, a sustentabilidade remete à capacidade de suporte das bases naturais no movimento de reprodução de nossa existência social, que deve ser concebida sob premissas de respeito mútuo, igualdade e reconhecimento do outro, resultando em modos de vida que não sejam destrutivos. Isso implica, entre outras coisas, pensar sociedades historicamente determinadas que possam ser mantidas, em tese indefinidamente, sem gerar uma degradação (humana e natural) que acabe por afetar a própria viabilidade da espécie.

Esse tipo de entendimento do conceito leva-nos a afirmar que uma sociedade, para ser sustentável, necessita: 1) conhecer e respeitar os ciclos materiais e energéticos dos ecossistemas em que se realizam; 2) atender a necessidades humanas sem comprometer o contexto ecológico e, do ponto de vista ético, respeitando as demais espécies; 3) garantir a existência de certos atributos essenciais ao funcionamento dos ecossistemas, sem os quais estes perderiam suas características organizativas; 4) projetar a sua manutenção em termos temporais (necessidade de incorporar projeções futuras no planejamento das atividades humanas com base nos saberes disponíveis).

É interessante observar que este é um conceito que coloca em diálogo saberes e conhecimentos biológicos e sociais, e que parte da premissa de indissociabilidade sociedade-natureza, superando dicotomias que levaram à ideia de progresso como sinônimo de uso sem limites da natureza ou de conservação biológica como preservação dos biomas afastados da presença humana.

Pensar a sustentabilidade institui o desafio público e coletivo de se propiciar modelos de desenvolvimento que sejam duradouros e promovam a vida a partir da realidade presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras em bem viver e coabitar o planeta com as demais espécies. Em um momento de tanta ênfase no imediato e na efemeridade, em que há indícios contundentes de banalização e coisificação da vida, propor o inverso é algo consideravelmente relevante e desafiador!

Há uma vasta literatura nacional e internacional sobre o tema. As indicações feitas referem-se a obras reconhecidas e que ajudam a pensar criticamente o debate sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Bibliografia

- ALIMONDA, H. O. (Ed.). *Ecología Política: Naturaleza, Sociedad y Utopia*. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- BOFF, L. *Sustentabilidade. O que é, o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Edunicamp, 2001.
- FREITAS, C. M. de; PORTO, M. F. *Saúde, ambiente e sustentabilidade*. Rio de Janeiro: EDFIOCRUZ, 2014.
- LITFIN, K. *Ecovillages: Lessons for Sustainable Community*. Cambridge: Polity Press: 224 p. 2014.
- LOUREIRO, C. F. B. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. 1. reimp. da 1. edição. São Paulo: Cortez, 2014.
- MCKENZIE, S. *Social sustainability: towards some definitions*. Hawke Research Institute. Working Paper Series. University of South Australia. Magill, South Australia 2004.
- MONTIBELLER FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável*. Florianópolis: EDUFSC, 2001.
- VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 3. edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

Documentários:

A história das coisas – Vídeo de 20 minutos, que se tornou um clássico do debate ambiental. De modo didático explica o funcionamento da sociedade contemporânea e os desafios para uma sociedade sustentável.

A Revolução dos Cocos - um documentário de 50 minutos que retrata aquela que é considerada a primeira ecorrevolução do mundo, a guerra de independência de Bougainville, cujo gatilho foram os impactos provocados pelas operações de uma mineradora britânica.

Life in Syntropy – Vídeo de 15 minutos que apresenta caminhos para uma produção agrícola sustentável.

Carlos Frederico B. Loureiro

É professor associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, ambos da UFRJ. Líder do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade - Lieas/UFRJ. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).





Documentos



Aprendendo noções básicas de escavação arqueológica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM

CARTA DE PETRÓPOLIS

Subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal

Foi realizado no Museu Imperial em Petrópolis, nos dias 28, 29, 30 de junho e 1º de julho de 2010, o Iº Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Este Encontro teve como objetivo traçar diretrizes e estratégias para a elaboração de uma Política de Educação para os museus do Ibram, além de promover a integração, o intercâmbio de experiências e a reflexão acerca de temas considerados prioritários. Um dos resultados deste encontro é o documento aqui apresentado, construído a partir das propostas encaminhadas pelos educadores e diretores participantes.

O presente documento lança as bases de uma Política Nacional de Educação Museal, tendo em conta o Estatuto de Museus, a fim de fundamentar a promoção das ações educacionais, no que concerne à diversidade cultural e ao acesso democrático. Nesse sentido, procurou-se conciliar o arcabouço jurídico do Estatuto com o que foi proposto pelos museus do Ibram.

Durante o I Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), os museus se dividiram em três grupos de trabalho, com a finalidade de discutir as prioridades e as diretrizes para a Política de Educação. Estes grupos foram coordenados por Maria Célia Teixeira Moura Santos, Maria Ilone Seibel Machado, Barbara Harduim e Aparecida Mariana de Souza Rangel, todas especialistas com vasta experiência na área da educação em museus. Na ocasião, contou-se também com a participação de Ana Cristina Venâncio Mignot, Sibebe Cazelli e Maria Esther Alvarez Valente, além de Libânia Nacif Xavier. O Encontro também contou com a participação de Paulo Rogério Marques Sily, Dalna Leyton, Joanna Guimarães e Rosane Maria Rocha de Carvalho, que apresentaram experiências no campo da educação em museus.

Os educadores e diretores de museus que integraram as discussões e contribuíram com a elaboração deste documento foram:

Adolfo Samyn Nobre de Oliveira, Museu da Abolição; Girlene Chagas Bulhões, Hamilton de Brito Moraes, Lia Barros da Silveira e Anna Christina Sabino, Museu das Bandeiras; Anderson Nunes Loureiro e Lourdes Rosseto, Museu Victor Meirelles; Maria De Simone Ferreira, Maria Luiza Cândido Silva e Stelvio Henrique Figueiró da Silva, Museu de Arqueologia de Itaipu; Rosemberg Ferreira Martins, Museu de Biologia Mello Leitão; Rossano Antenuzzi de Almeida, Museu Nacional de Belas Artes; Magaly Cabral, Normanda Freitas e Maria de Lourdes da Silva Teixeira, Museu da República; Anderson Antônio de Araújo e Lillian

Aparecida Oliveira, Museu do Diamante; Adriano Veloso de Jesus, Maria da Graça da Conceição e Luiz Carlos Alves da Silva, Museu de Arte Sacra e Museu do Forte Defensor Perpétuo de Paraty; João Luiz Domingues Barbosa, Museu Regional de São João Del Rey; Mônica Maria da Costa Oliveira Esteves, Márcia Ladeira Monteiro e Maria de Lourdes de Melo Barbosa, Museu Villa Lobos; José Rui Guimarães Mourão e Viviane Micheline Veloso Danese, Museu da Inconfidência; Sônia Maria Barbosa e Ronaldo do Espírito Santo, Museu de Caeté; Dolores Brandão Tavares, Francisco José Mendes Marins e Gerson Dalfior Vidal, Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio; Elaine de Souza Carrilho e Mércia Correia Freire, Museu Casa de Benjamin Constant; Carolina Moreira da Silva Knibel, Mauricio Vicente Ferreira Júnior e Regina Helena de Castro Resende, Museu Imperial; Anny Christina Lima, Museu Lasar Segall; Carlos Alberto Silva Xavier, Museu Regional Casa dos Ottoni; Isabela Souza, Museu das Missões; Kátia Regina de Oliveira Frecheiras, Lise Corrêa Rodrigues e Ruth Beatriz Caldeira, Museu Histórico Nacional; Angela Vieira Abreu, Sonia Maria de Aguiar Pantigoso e André Santos Sesquim, Museu Solar Monjardim; Ângelo Zacarias Lanza e Ricardo Alfredo de Carvalho Rosa, Museu do Ouro; Ozias de Jesus Freire, Museus Castro Maya, e Karina Waleska Scanavino Costa, Museu Histórico de Alcântara.

SÍNTESE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

As propostas apresentadas pelos grupos de trabalho reunidos durante o I Encontro de Educadores dos Museus do Ibram foram pautadas nos referenciais teóricos e metodológicos, nas reflexões e experiências dos integrantes de cada grupo. Também foi levada em consideração a Política Nacional de Museus lançada em maio de 2003 e a Lei 11.904/2009, que instituiu o Estatuto de Museus, com especial ênfase nos artigos que se seguem:

"Art. 2. São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional;

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural".

"Art. 19. Todo museu deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar dos usuários e funcionários."

"Art. 20. Compete à direção dos museus assegurar o seu bom funcionamento, o cumprimento do plano museológico por meio de funções especializadas, bem como planejar e coordenar a execução do plano anual de atividades."

"Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§ 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.

§ 2º Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

"Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação."

"Art. 30. Os museus deverão disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação."

"Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente."

Nesse sentido, apresenta-se a síntese das propostas construídas pelos educadores e diretores dos museus do Ibram:

PLANO MUSEOLÓGICO:

Fomentar, programar e garantir o desenvolvimento dos Programas Educacionais previamente apresentados no Plano Museológico do museu.

MISSÃO DA ÁREA EDUCACIONAL DOS MUSEUS:

A partir da missão institucional do museu, definir a missão da área educacional;

Compreender que a ação educacional é importante para o cumprimento da missão do museu, bem como para o desenvolvimento do processo museológico;

Considerar o acervo institucional e operacional como referenciais importantes para o desenvolvimento das ações educacionais do museu, levando em consideração a missão da instituição e os anseios dos atores sociais com os quais os projetos estejam sendo desenvolvidos.

BASES CONCEITUAIS QUE ORIENTAM OS MUSEUS:

Definir teorias educacionais e correntes pedagógicas que melhor se apliquem às ações do museu;

Explicitar as concepções de Museu, Museologia e Educação adotadas no desenvolvimento das ações educacionais, contextualizando os métodos e técnicas, levando em consideração as especificidades de cada museu, bem como o perfil e os anseios de seus usuários

ESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SETORES/ SERVIÇOS / DIVISÕES / NÚCLEOS EDUCACIONAIS NOS MUSEUS:

Garantir a presença do setor/área/coordenação/departamento educacional na estrutura organizacional do museu, dotando-o de infra-estrutura necessária para sua implementação e para o desenvolvimento de seus projetos;

Garantir no orçamento da instituição um percentual necessário à estrutura e ao funcionamento do setor/área/coordenação/departamento;

Estimular a elaboração do Projeto Político-Pedagógico para orientar o planejamento, a execução e a avaliação das ações educacionais oferecidas pelo museu;

Inventariar as ações educativas e sistematizar sua documentação e memória.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO:

Estimular a qualificação dos profissionais em todos os níveis de formação, a fim de desenvolver um programa de formação continuada;

Promover e financiar estágios técnicos interinstitucionais nacionais e estrangeiros;

Criar cursos que possibilitem a qualificação dos profissionais, observando as especificidades de cada museu e os contextos nos quais estão inseridos;

Garantir a participação dos profissionais em diferentes fóruns e eventos.

COMUNICAÇÃO, CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE REDES:

Estimular a promoção e a difusão do conhecimento produzido na área educacional do museu;

Estimular a criação de redes de informação e de interação entre o museu e a sociedade, a partir de variadas iniciativas, tais como a criação de blogs dos educadores, criação de boletins informativos, a promoção de encontros periódicos de educadores de museus, entre outras;

Propiciar o intercâmbio do repertório teórico e das práticas educacionais intra e interinstitucionais.

INCENTIVO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS ACADÊMICAS COM FOCO NA EDUCAÇÃO EM MUSEUS:

Criar mecanismos que favoreçam a produção de conhecimento a partir dos projetos e das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos setores educacionais do museu;

Incentivar o desenvolvimento de pesquisa acadêmica em seus diferentes níveis: graduação, especialização, mestrado e doutorado.

ESTUDOS DE PÚBLICO E AVALIAÇÃO:

Promover periodicamente estudos de público e não-público, com caráter qualitativo e quantitativo, além de diagnósticos de participação, com o intuito de avaliar o cumprimento dos objetivos do museu, visando à progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e ao atendimento às necessidades dos visitantes.

ACESSIBILIDADE:

Promover ações educacionais que garantam à acessibilidade ao museu

Estimular a formação da equipe de educação do museu a partir de parcerias com instituições especializadas no atendimento de pessoas com necessidades especiais.

..

PROPOSTAS APRESENTADAS PELO GRUPO I

GRUPO 1:

Local: Arquivo Histórico

Coordenadora: Aparecida Rangel

Instituições representadas:

1. Museu da Abolição (Adolfo Nobre)
2. Museu das Bandeiras (Girleene Bulhões, Hamilton Brito, Lia Barros)
3. Museu Victor Meirelles (Anderson Loureiro)
4. Museu de Arqueologia de Itaipu (Maria De Simone, Luiza Cândido)
5. Museu de Biologia Mello Leitão (Rosemberg Martins)
6. Museu Nacional de Belas Artes (Rossano Antenuzzi)
7. Museu da República (Magaly Cabral, Normanda Freitas, Lourdinha Teixeira)
8. Museu do Diamante (Anderson Araújo)

Propostas para a construção de diretrizes e estratégias para a Política de Educação em Museus do IBRAM:

1. Implementar o organograma proposto no Plano Museológico das unidades museológicas;
2. Estruturar a área educativa com recursos humanos, físicos e financeiros suficientes para que ela coloque em prática suas ações;
3. Oferecer cursos de capacitação continuada em educação em museus;
4. A partir da missão institucional do museu, definir a missão da área educativa;
5. Definir a teoria educacional e correntes pedagógicas que melhor se apliquem a cada ação;
6. Promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação (Art. 29, Estatuto de Museus);
7. Promover estudos de público, diagnósticos de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes (Art. 28, §2º, Estatuto de Museus);
8. Promover e financiar estágios técnicos interinstitucionais nacionais e estrangeiros;

9. Estimular a promoção e a difusão do conhecimento produzido nas áreas educativas das instituições.

PROPOSTAS APRESENTADAS PELO GRUPO II

GRUPO DE TRABALHO 2

COORDENADORA – Profa. Maria Célia T. Moura Santos

MUSEUS DO IBRAM:

Museu de Arte Sacra (Adriano Veloso de Jesus, Maria da Graça e Luiz Carlos)

Museu do Forte Defensor Perpétuo de Paraty (Adriano Veloso de Jesus, Maria da Graça e Luiz Carlos)

Museu São João Del Rey (João Luiz Domingues Barbosa)

Museu Villa Lobos (Mônica Maria da Costa Oliveira Esteves, Márcia Ladeira Monteiro e Maria de Lourdes de Melo Barbosa)

Museu da Inconfidência (José Rui Guimarães Mourão e Viviane Micheline Veloso Danese)

Museu de Caeté (Sônia Maria Barbosa e Ronaldo do Espírito Santo)

Museu de Arte Religiosa e Tradicional - Cabo Frio (Dolores Brandão Tavares, Francisco José Mendes Marins e Gerson Dalfior Vidal)

Museu Casa de Benjamin Constant (Elaine de Souza Carrilho e Mércia Correia Freire)

Os participantes do GRUPO 3, tendo como referencial os documentos - Bases para a Política Nacional de Museus, a LEI Nº 11.904/2009 que institui o Estatuto dos Museus e o Relatório Geral das Ações Educativas dos Museus do IBRAM, definiram que os princípios apresentados no artigo 2 do Capítulo I da Lei Nº 11.904/2009, bem como o artigo 29 da subseção II, ambos citados a seguir, sejam considerados como os **princípios básicos** para o desenvolvimento das ações educativas, nos museus do IBRAM:

Art. 2º. São princípios fundamentais dos museus:

I - A valorização da dignidade humana;

II - A promoção da cidadania;

III - O cumprimento da função social;

IV - A valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V - A universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural,

VI - O intercâmbio institucional

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Definiram, ainda, as seguintes diretrizes e estratégias para o desenvolvimento das ações educativas dos Museus do IBRAM:

- Compreender que a ação educativa é de fundamental importância para o cumprimento da missão dos museus, bem como para o desenvolvimento do processo museológico;
- Explicitar as concepções de museu, de Museologia e de Educação que estão sendo adotadas no desenvolvimento das ações educativas, contextualizando os métodos e técnicas, levando em consideração as especificidades de cada museu, bem como o perfil e os anseios de seus usuários;
- Considerar os acervos institucional e operacional como referenciais importantes para o desenvolvimento das ações educativas dos museus, levando em consideração a missão da instituição e os anseios dos atores sociais com os quais os projetos estejam sendo desenvolvidos;
- Garantir o desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus;
- Estimular a criação de redes de informação e de interação em todos os âmbitos entre os museus do IBRAM, interna e externamente, e entre os museus e a sociedade:
 - Criar o blog do educador;
 - Criar um jornal informativo para todos os museus do IBRAM;
 - Promover Encontros periódicos de Educadores dos museus do IBRAM.
- Fomentar a acessibilidade total às instituições museológicas do IBRAM;
- Criar mecanismos que favoreçam a produção de conhecimento a partir dos projetos e das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos setores educativos do IBRAM;
- Fomentar estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas com o intuito de avaliar o cumprimento dos objetivos e a reestruturação das ações educativas do IBRAM;
- Estimular a qualificação dos profissionais em todos os níveis de formação;
- Estabelecer Termos de Cooperação Técnica que atendam aos anseios tanto das instituições museológicas quanto de ensino, com foco na área de ação educativa;
- Criar cursos que possibilitem a qualificação dos profissionais, observando as especificidades de cada museu e dos contextos nos quais estão inseridos;

- Fomentar, implementar e garantir o desenvolvimento dos Programas Educativos dos museus do IBRAM previamente estabelecidos no Plano Museológico de cada instituição;
- Dotar os museus de infra-estrutura necessária à implantação dos setores educativos e ao desenvolvimento de seus projetos.

PROPOSTAS APRESENTADAS PELO GRUPO III

Grupo 3

Coordenação: Maria Ilone Seibel Machado e Bárbara Maria Pereira Harduim

Relatoria: Bárbara Maria Pereira Harduim e Sibebe Cazelli

Colaboração: Anny Christina Lima e Regina Helena de Castro Resende

Museus participantes:

Museu Imperial

Museu Lasar Segall

Museu Casa dos Ottoni

Museu das Missões

Museu Histórico Nacional

Museu Solar Monjardim

Museu do Ouro

Diretrizes formuladas:

- 1) Estimular a formação e qualificação profissional
 - Propiciar o intercâmbio de repertório teórico e de práticas educativas intra e interinstitucionais;
 - Desenvolver programa de formação continuada;
 - Incentivar o desenvolvimento de pesquisa acadêmica;
 - Garantir a participação dos profissionais em diferentes fóruns e eventos.
- 2) Ampliar os mecanismos de comunicação através de:
 - Formação de rede de museus do IBRAM;
 - Divulgação das publicações e relatórios entre as unidades;
 - Promoção de encontros presenciais periodicamente;

- Sistematização da comunicação de práticas e experiências em plataforma digital – no site do IBRAM;
 - Estabelecimento de roteiro básico para relatório, visando o registro dos programas, projetos e ações desenvolvidos pelas unidades.
- 3) Estruturar o setor/área/coordenação/departamento
- Garantir a presença do setor/área/coordenação/departamento educativo na estrutura organizacional da instituição;
 - Garantir no orçamento da instituição um percentual necessário à estrutura e funcionamento do setor/área/coordenação/departamento;
 - Estimular a elaboração de proposta político-pedagógica para orientar o planejamento, a execução e a avaliação das ações educativas oferecidas pela instituição;
 - Inventariar as ações educativas e sistematizar a prática de registro.
- 4) Propor a integração das coordenadorias do IBRAM para incentivar e normalizar a acessibilidade em todas as unidades
- Adequação física dos prédios;
 - Formação de pessoal a partir de parcerias com instituições especializadas no atendimento de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Textos de referência:

- Política Nacional de Museus
- Lei Nº11.904, de 14 de janeiro de 2009
- Pesquisa "Ações Educativas dos Museus do IBRAM"
Relatório geral dos responsáveis - Quadro 19: Sugestões para o incremento das ações educativas nos museus

Componentes do grupo:

1. Angela Vieira Abreu – Museu Solar Monjardim
2. Anny Christina Lima – Museu Lasar Segall
3. Ângelo Zacarias Lanza – Museu do Ouro
4. Barbara Mara Pereira Harduim – Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro
5. Carlos Alberto Silva Xavier – Museu Casa dos Ottoni
6. Carolina Moreira da Silva Knibel – Museu Imperial

7. Isabela Souza – Museu das missões
8. Kátia Regina de Oliveira Frecheiras – Museu Histórico Nacional
9. Lise Corrêa Rodrigues – Museu Histórico Nacional
10. Maria Ilone Seibel Machado – Museu da Vida (FIOCRUZ)
11. Maurício Vicente Ferreira Júnior – Museu Imperial
12. Regina Helena de Castro Resende – Museu Imperial
13. Ricardo Alfredo de Carvalho Rosa – Museu do Ouro
14. Ruth Beatriz Caldeira – Museu Histórico Nacional
15. Sibeles Cazelli – Museu de Astronomia e Ciências Afins (MCT)
16. Sonia Maria de Aguiar Pantigoso – Museu Solar Monjardim
17. Stelvio – Museu de Arqueologia de Itaipu



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM

CARTA DE BELÉM-PA

**Princípios e Parâmetros para a criação e posterior implementação da
Política Nacional de Educação Museal**

Realizou-se no Hangar Centro de Convenções, em Belém, nos dias 24 e 25 de novembro de 2014, durante o 6º Fórum Nacional de Museus, o Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal-PNEM com o objetivo de definir os princípios e parâmetros para a criação e posterior implementação da Política Nacional de Educação Museal.

A demanda por uma Política Nacional de Educação Museal foi evidenciada no I Encontro de Educadores do Ibram, realizado em Petrópolis em 2010, onde se analisou a conjuntura e o desenvolvimento histórico da educação museal no Brasil, lançando os subsídios necessários para a construção de uma política que fortalecesse e consolidasse o campo, existente desde 1927 no país, com a implantação do primeiro setor educativo institucionalizado no Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Tendo como base a Carta de Petrópolis e documentos políticos da área museal, tais como Plano Nacional de Cultura, Política Nacional de Museus, Estatuto de Museus e Plano Nacional Setorial de Museus, foram formuladas propostas no Fórum Virtual do Programa Nacional de Educação Museal, contando com 708 pessoas cadastradas e 55 articuladores, entre profissionais de educação museal e representantes da sociedade civil e em 23 Encontros Regionais, realizados em 13 unidades da federação, que reuniram cerca de 650 pessoas, elencando 57 diretrizes.

A Plenária Final resultou nos princípios e encaminhamentos apresentados abaixo e na proposta de formulação da minuta da Política Nacional de Educação Museal, a ser elaborada pela equipe do PNEM, tendo como base os documentos historicamente criados para a elaboração da Política, de acordo com o texto abaixo:

PRINCÍPIO 1: Estabelecer a educação museal como função dos museus reconhecida nas leis e explicitada nos documentos norteadores, juntamente com a preservação, conservação, comunicação e pesquisa.

PRINCÍPIO 2: A educação museal compreende um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade.

PRINCÍPIO 3: Garantir que cada instituição possua setor de educação museal, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, prevendo dotação orçamentária e participação nas esferas decisórias do museu.

PRINCÍPIO 4: Cada museu deverá construir e atualizar sistematicamente a sua Política Educacional, em consonância ao Plano Museológico, levando em consideração as características institucionais e dos seus diferentes públicos, explicitando os conceitos e referenciais teóricos e metodológicos que embasam o desenvolvimento das ações educativas.

PRINCÍPIO 5: Assegurar, a partir do conceito de Patrimônio Integral, que os museus sejam espaços de educação, de promoção da cidadania e colaborem para o desenvolvimento regional e local, de forma integrada com os diversos setores dos museus.

Neste sentido, apontamos como o próximo passo da criação e posterior implementação da Política Nacional de Educação Museal a realização do II Encontro Nacional do PNEM para votar o texto final da Política Nacional de Educação Museal, no segundo semestre de 2015, de acordo com as seguintes premissas:

- Garantir a sistematização de conteúdos dos documentos criados no processo de construção da PNEM, para a construção da minuta em reuniões presenciais da equipe do PNEM, no primeiro semestre de 2015.
- Ampla divulgação da minuta da Política Nacional de Educação Museal e da realização do II Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal (II ENPNEM), entre

os profissionais da educação museal, instituições culturais e educacionais, com antecedência mínima de 3 meses;

- Parceria entre o Ministério da Cultura, em especial o IBRAM, e outros Ministérios, o ICOM, os Sistemas Estaduais e Municipais de Museus, Secretarias de Educação, Cultura e afins, REMs, Museus públicos e privados, entre outras instituições e organizações, para a divulgação e construção do II ENPNEM;
- Garantia de ampla participação nacional nos fóruns de decisão e encaminhamento;
- Posterior garantia dos trâmites oficiais para a institucionalização da Política Nacional de Educação Museal, com a publicação de Documento Norteador e devidos encaminhamentos legais;
- Manutenção dos processos democráticos de consulta e participação dos educadores museais e da sociedade civil na elaboração, implementação e avaliação da Política Nacional de Educação Museal.

Ressaltando que o PNEM e a Política Nacional de Educação Museal são iniciativas pioneiras no campo e fundamentais para o fortalecimento e democratização do acesso à memória, à educação e à cultura, é imprescindível sua efetiva criação, posterior implementação e consolidação nos parâmetros acima descritos.

Assinam esta carta:

Equipe PNEM-IBRAM

Cynthia Oliveira - COMUSE

Dalva de Paula - COMUSE

Danielle de Sá Alves – UFJF/GT Gestão

Diego Vivian – Museu das Missões/ GT Museus e Comunidades

Diogo Tubbs – Museu Histórico Nacional/ GT Comunicação

Fernanda Castro – Museu da Chácara do Céu/ GT Redes e Parcerias

Kátia Frecheiras – Museu da República/ GT Formação, capacitação e qualificação

Isabel Portella – Museu da República/ GT Acessibilidade

Mônica Padilha – COMUSE

Ozias de Jesus Soares – Museu da Chácara do Céu/ GT Perspectivas Conceituais

Rafaela Gueiros – CGSIM/ GT Profissionais de Educação Museal

Renata Almendra – COMUSE

Rita Coitinho – Museu Victor Meirelles/ GT Estudos e Pesquisas

Abigail do Perpétuo Socorro e Silva – Estudante

Adrielly Ribas Moraes – Museu da Maré

Alice Bemvenuti – ULBRA / Grêmio Esportivo Ferrinho

Ana Cláudia dos Santos da Silva – Museu Paraense Emílio Goeldi

Ana Maria Pereira Lopes – Fundação Padre Anchieta – TV Cultura

Antonia Ferreira Soares – Museu de Favela/RJ
Cecilia Volkmer Ribeiro – COFEM e COREM/RS
Cid Clay Costa Cardoso – Museu Sacaca
Davidson Paris Kaseker – SISEM/SP
Denilson Cristiano Antonio – REM/SC e Museu Hassis
Edson Pereira – Museu da Família
Elisa de Souza Martinez – Casa de Cultura da América Latina / UNB
Fabiana de Lima Sales – Museu da Abolição /IBRAM e REMIC/PE
Fátima Romualdo da Silva – Museu da Maré
Gleyce Kelly M. Heitor – Museu de Arte do Rio / RJ
Hagê Gelvai - Museu da Família
Iris Letiere Santos de Menezes – COJAN/SIM/SECULT
João Maria de Araújo de Lima – SEECD/Museu Nisia Floresta
Liz Renata Lima Dias – Museu Casa Histórica de Alcântara – IBRAM/MinC
Luciana Conrado Martins – PERCEBE
Luciana Marques de Souza Eidam – Museu da Família
Luiza de Souza Lima Pacheco – RIMC/BH
Manuela Dias de Melo – UFPE
Márcia Helena da Silva Pontes – SIM/SECULT/PA
Márcia Isabel Teixeira de Vargas – REM/RS
Maria da Penha Teixeira de Souza –Museu Vivo Olho do Tempo e REM/PB
Maria Elizabete de Azevedo – Museu dos Brinquedos
Marina Sartori de Toledo – Museu da Língua Portuguesa
Mayara da S. de A. Rodrigues – UFPA
Milene Chiovatto (Mila) – Pinacoteca do Estado de São Paulo
Mona Ribeiro Nascimento – REM/BA
Nádia Helena Oliveira Almeida– ABREMC / Ecomuseu de Maranguape
Nathalia Santos Costa – Museu Militar do Comando Militar do Sul
Odinelha Silva Tergino Bezerra – SECULT/FUNCARTE/Prefeitura de Natal
Paula Fernanda Silva de Almeida – UFPA
Pedro Augusto da Silva Reis – Museu Vigia /PA
Raul Ivan Ralol de Campos – UFPA
Sílvia G. Paes Barreto – Museu do Homem do Nordeste / Fundação Joaquim Nabuco
Zenaide de Paiva – SIM-SCULT/PA

Belém, 25 de novembro de 2014



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM

CARTA DE PORTO ALEGRE

Realizou-se na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nos dias 2 e 3 de junho de 2017, durante o 7º Fórum Nacional de Museus, o 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal, que concluiu o processo consultivo de construção da Política Nacional de Educação Museal-PNEM.

Completo-se, assim, uma demanda histórica do campo, que dá início a um novo período de igual importância: de encaminhamentos e implementação das diretrizes definidas.

A partir de agora, a PNEM passa a ser o documento orientador para os sujeitos e instituições no que tange à educação museal. O desafio é fazer valer os princípios e diretrizes que constam no documento final e colocá-los em prática, sob orientação do Ibram e demais órgãos do poder público responsáveis pela implementação de políticas públicas de museus.

Para isso, os educadores museais e demais participantes do 2º Encontro Nacional do PNEM, hoje reunidos, apontam como passos necessários ao desenvolvimento da Política:

- Publicar o Caderno da Política Nacional de Educação Museal, com o conteúdo mais detalhado da proposta, um glossário, sua memória, seu histórico de construção e proposições para sua implementação;
- Realizar pesquisas, lideradas pelo IBRAM e com colaboração das Redes de Educadores em Museus e dos articuladores do PNEM, sobre o atual estágio de desenvolvimento da educação museal no Brasil;
- Realizar o 1º Encontro Nacional de Educação Museal, até o 8º Fórum Nacional de Museus, para discutir o desenvolvimento e implementação da Política Nacional de Educação Museal, conceitos e práticas do campo;



- Garantir um espaço para discussão das questões da educação museal nos Fóruns Nacionais de Museus;
- Incentivar a realização de seminários regionais para discussão e implementação da PNEM em parceria com as Redes de Educadores em Museus e articuladores regionais do Programa Nacional de Educação Museal.

Assinam a Carta de Porto Alegre:

Alline A. S. da Silva
Angelo R. Biléssimo
Átila Tolentino
Cynthia Oliveira
Cristine Pieske
Dalva de Paula
Daniele de Sá Alves
Danilo Melo
Denilson Antônio
Diego L. Vivian
Diogo Tubbs
Dora Medeiros
Felipe Tenório
Fernanda Castro
Fernanda Maziero Junqueira
Fernando Antônio Neto Lobo
Isabel Portella
Janaina Melo
Jezulino Lúcio Mendes Braga
Joana Ragattieri Adam
João Pedro Rodrigues da Conceição
Jocenaide M^a Rosseto
José do Nascimento Jr.
José Nascimento
José Rui Guimarães Mourão
Juliana M. L. Pons
Junio F. Lima
Kátia Frecheiras
Leandro Nery Nunes

Luciana Conrado Martins
Luiza de Souza Lima Macedo
Magaly Cabral
Manuelina Maria Duarte Cândido
Márcia Vargas
Maria Helena G. Carvalho Tavares
Maria Iraci S. Monetiro
Maristela Simão
Milene Chiovatto
Moises Bezerra de Moraes
Mona Nascimento
Mônica Padilha Fonseca
Natália Maranhão
Newton Fabiano
Ozias de Jesus Soares
Paola Haber Maues
Paulo Roberto Melo Sousa
Paulo Roberto Sangos Pontes
Rafaela Gueiros
Renata Bittencourt
Ricardo Ridrigues
Rita de Cássia Oliveira Valle
Rudival F. Melo
Sidney Gonçalves do Vale
Thomas Xavier Carneiro
Vitor Rocha
Wellington Ricardo

Porto Alegre, 3 de junho de 2017.



PORTARIA Nº 422, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal - PNEM e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, inciso IV, anexo I, do Decreto nº 6.845, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro 2009 e no Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, e

CONSIDERANDO a aprovação da Carta de Petrópolis, documento resultante do 1º Encontro de Educadores do Ibram, realizado no Museu Imperial/Ibram, no ano de 2010, que oferece subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal;

CONSIDERANDO o processo de consulta e construção participativa para a constituição do Programa Nacional de Educação Museal, iniciado em 2012, por meio de espaço virtual (Blog - <http://pnem.museus.gov.br>) composto por eixos temáticos coordenados por servidores do Ibram, com o objetivo de reunir reflexões, discussões e receber propostas relativas à educação museal;

CONSIDERANDO a realização de 23 encontros presenciais regionais, com a colaboração de articuladores do campo e das Redes de Educadores em Museus - REMs, e com o intuito de discutir documento preliminar, resultado das propostas enviadas nos fóruns virtuais do Blog;

CONSIDERANDO a aprovação da Carta de Belém, documento resultante do 1º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal, realizado no âmbito do 6º Fórum Nacional de Museus, na capital do estado do Pará, em novembro de 2014, contendo os cinco princípios que norteiam a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), que tomam como base as diretrizes do eixo temático Perspectivas Conceituais;

CONSIDERANDO a aprovação do documento final, com os princípios e diretrizes da PNEM, resultante do 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal, realizado no âmbito do 7º Fórum Nacional de Museus em Porto Alegre-RS, em junho de 2017;

CONSIDERANDO que a PNEM é fruto do trabalho coletivo realizado por servidores do Ibram, educadores museais, integrantes das REMs, professores dos diversos níveis e esferas de ensino, estudantes, profissionais e usuários de museus, resolve:

Art. 1º Estabelecer a Política Nacional de Educação Museal - PNEM, que visa à organização, ao desenvolvimento, ao fortalecimento e à fundamentação do campo da educação museal no Brasil.

Parágrafo único. A PNEM é um conjunto de princípios e diretrizes que tem o objetivo de nortear a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, fortalecer a dimensão educativa em todos os setores do museu e subsidiar a atuação dos educadores.

Art. 2º Para fins desta Portaria compreende-se por Educação Museal um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade.

Art. 3º A presente Portaria destina-se ao campo museal brasileiro como um todo, reconhecendo os museus e os processos museológicos como lugares ideais para a prática dos princípios e diretrizes aqui formalizados.

Parágrafo Único. Esta portaria adota as definições de museu e processos museológicos do artigo 2º, incisos IX e X, respectivamente, do Decreto nº 8.124/2013:

- museu - instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;

- processo museológico - programa, projeto e ação em desenvolvimento ou desenvolvido com fundamentos teórico e prático da museologia, que considere o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas, para produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico.

Art. 4º São princípios da PNEM:

I - estabelecer a educação museal como função dos museus, reconhecida nas leis e explicitada nos documentos norteadores, juntamente com a preservação, comunicação e pesquisa;

II - a educação museal compreende um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade;

III - garantir que cada instituição possua setor de educação museal, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, prevendo dotação orçamentária e participação nas esferas decisórias do museu;

IV - cada museu deverá construir e atualizar sistematicamente o Programa Educativo e Cultural, entendido como uma Política Educacional, em consonância ao Plano Museológico, levando em consideração as características institucionais e dos seus diferentes públicos, explicitando os conceitos e referenciais teóricos e metodológicos que embasam o desenvolvimento das ações educativas;

V - assegurar, a partir do conceito de Patrimônio Integral, que os museus sejam espaços de educação, de promoção da cidadania, e colaborem para o desenvolvimento regional e local, de forma integrada com seus diversos setores.

Parágrafo Único. De acordo com as conclusões e recomendações do I Encontro do Comitê Regional para a América Latina e Caribe, do Comitê Internacional para Museologia do Conselho Internacional de Museus (ICOM) para América Latina e Caribe (ICOFOM LAM), realizado em Buenos Aires, em 1992, considera-se Patrimônio Integral o conjunto que abrange as coleções de museus e seu entorno, incluindo as manifestações imateriais da cultura.

Art. 5º São diretrizes da PNEM:

Eixo I - Gestão

I - incentivar a construção do Programa Educativo e Cultural, entendido como uma Política Educacional, definido a partir da missão do museu, pelo setor de educação museal, em colaboração com os demais setores do museu e a sociedade;

II - promover o desenvolvimento do Programa Educativo e Cultural no Plano Museológico e estabelecer entre suas atribuições: missão educativa; referências teóricas e conceituais; diagnósticos de sua competência; descrição dos projetos e plano de trabalho; registro, sistematização e avaliação permanente de suas atividades e formação continuada dos profissionais do museu;

III - incentivar mecanismos de financiamento, fomento e apoio a programas, projetos e ações educativas museais, complementando sua dotação orçamentária permanente;

IV - incorporar a contribuição dos setores de educação museal como parte integrante das programações e na constituição da memória do museu por meio do registro e divulgação de suas ações.

Eixo II - Profissionais, formação e pesquisa

I - promover o profissional de educação museal, incentivando o investimento na formação específica e continuada de profissionais que atuam no campo;

II - reconhecer entre as atribuições do educador museal: a atuação na elaboração participativa do Programa Educativo Cultural; a realização de pesquisas e diagnósticos de sua competência; a implementação dos programas, projetos e ações educativas; a realização do registro, da sistematização e da avaliação dos mesmos; e promover a formação integral dos indivíduos;

III - fortalecer o papel do profissional de educação museal, estabelecendo suas atribuições no Programa Educativo e Cultural em conformidade com a PNEM;

IV - valorizar o profissional da educação museal, incentivando a formalização da profissão, o estabelecimento de planos de carreira, a realização de concursos públicos e a criação de parâmetros nacionais para a equiparação da remuneração nas várias regiões do país;

V - potencializar o conhecimento específico da educação museal de forma a consolidar esse campo, por meio da difusão e promoção dos trabalhos realizados, do intercâmbio de experiências e do estímulo à viabilização de cursos de nível superior em educação museal;

VI - valorizar a troca de experiências por meio de parcerias nacionais e internacionais para a realização de estágios profissionais em educação museal;

VII - fortalecer a pesquisa em educação em museus e em contextos nos quais ocorrem processos museais, reconhecendo esses espaços como produtores de conhecimento em educação;

VIII - promover o desenvolvimento e a difusão de pesquisas específicas do campo por meio da articulação entre os setores educativos e agências de fomento científico, universidades e demais instituições da área;

IX - promover, em colaboração com outros setores dos museus, diagnósticos, estudos de público e avaliação, visando à verificação do cumprimento de sua função social e educacional.

Eixo III - Museus e sociedade

I - estimular a colaboração entre órgãos públicos e privados de educação, promovendo a difusão da educação museal, em consonância com a PNEM, visando à formação integral;

II - incentivar e apoiar a criação e o fortalecimento de redes de profissionais da educação museal, visando à articulação, ao crescimento e à difusão da profissão e do campo da educação museal;

III - promover a acessibilidade plena ao museu, incentivando a formação inicial e continuada dos educadores museais para o desenvolvimento de programas, projetos e ações educativas acessíveis;

IV - estimular, promover e apoiar a sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural nos programas, projetos e ações educativas, respeitando as características, as necessidades e os interesses das populações locais, garantindo a preservação da diversidade e do patrimônio cultural e natural, a difusão da memória sociocultural e o fortalecimento da economia solidária;

V - promover programas, projetos e ações educativas em colaboração com as comunidades, visando à sustentabilidade e incentivando a reflexão e a construção coletivas do pensamento crítico;

VI - estimular e ampliar a troca de experiências entre museu e sociedade, incentivando o uso de novas tecnologias, novas mídias e da cultura digital.

Art. 6º O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) compromete-se a:

I - realizar, de preferência no âmbito do Fórum Nacional de Museus, Encontros Nacionais de Educação Museal para discutir o desenvolvimento e implementação da PNEM, bem como conceitos e práticas do campo.

II - gerir o Blog (<http://pnem.museus.gov.br>), canal de comunicação, articulação e informação sobre a Educação Museal.

III - possibilitar a criação de uma instância representativa e consultiva da PNEM, que poderá ser integrada por servidores do Ibram, educadores museais, professores dos diversos níveis e esferas de ensino, estudantes, profissionais e usuários de museus integrantes ou não das Redes de Educadores em Museus, com o objetivo de debater e construir ações conjuntas e para acompanhamento da implementação da PNEM.



ibram
instituto brasileiro de museus

**MINISTÉRIO DA
CULTURA**

**GOVERNO
FEDERAL**

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-63078-58-2



9 788563 078582